

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027

RIBEIRAS DO ALGARVE (RH8)



RESUMO NÃO TÉCNICO

Agosto | 2023



Para que serve um Plano de Gestão de Região Hidrográfica?

De acordo com a Lei da Água, que transpõe a Diretiva Quadro da Água (DQA), os **Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH)** são **instrumentos de planeamento das águas que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da região hidrográfica (RH)**, promovendo o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos o a utilização sustentável da água.

Os PGRH são elaborados por ciclos de planeamento, sendo revistos e atualizados de seis em seis anos. O 2.º ciclo de planeamento referente ao período 2016-2021 esteve em vigor até ao fim de 2021.

O **3.º ciclo de planeamento, a vigorar no período 2022-2027**, foi um trabalho exigente que implicou uma atualização e avaliação contínuas, numa ótica de melhoria com base nos resultados dos ciclos anteriores, minimizando as lacunas existentes e aumentando o

conhecimento com o **objetivo último de atingir e manter o Bom estado das massas de água.**

Tendo como suporte a caracterização da região hidrográfica e a identificação das questões mais significativas para a gestão da água, foi realizado o diagnóstico face aos objetivos ambientais a atingir e o programa de medidas que os permita alcançar. São estas as etapas cruciais do PGRH.

Com o objetivo de atingir o Bom estado em todas as massas de água, foi preciso avaliar os motivos pelos quais tal não foi eventualmente alcançado e definir os prazos para o atingir. Assim, a definição de objetivos referencia as questões estratégicas e as ações a implementar, a monitorizar e a avaliar durante o período de vigência do PGRH, estabelecendo um Programa de Medidas que inclui as ações técnica e economicamente viáveis para atingir o Bom estado das massas de água. A Figura 1 ilustra resumidamente as várias etapas de elaboração do PGRH.

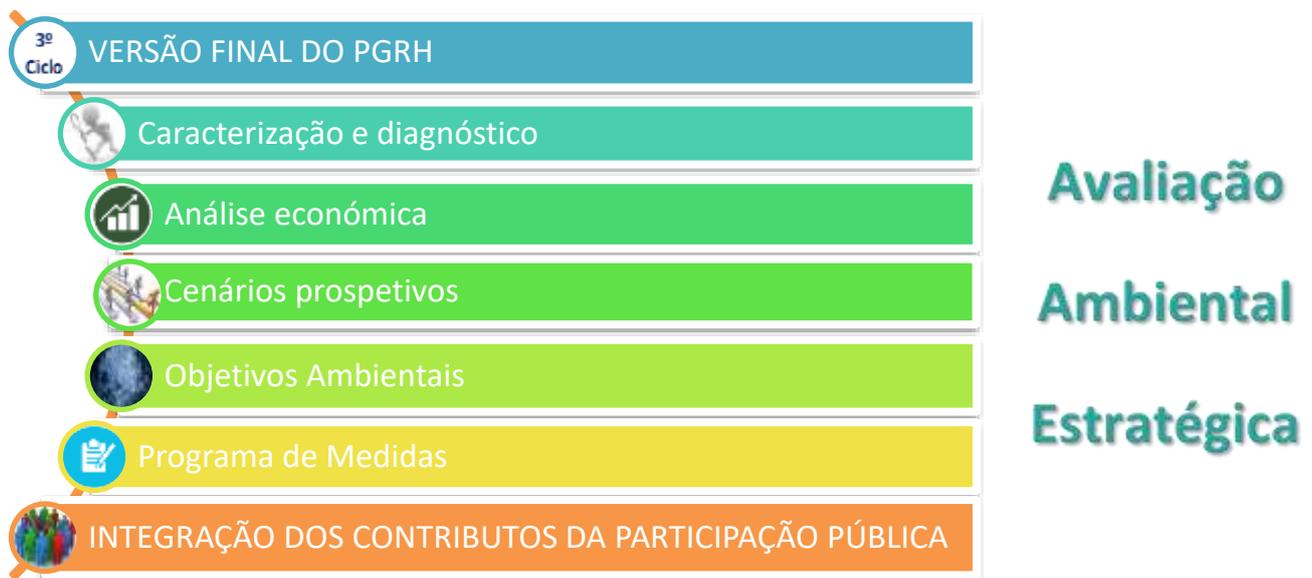


Figura 1 - Etapas de elaboração do PGRH

Porque foram promovidos processos de participação pública?

A água é transversal a todos setores e à vida de cada um de nós pelo que, a participação ativa de todos na elaboração, revisão e atualização dos PGRH, é um ponto-chave para o sucesso da prossecução dos seus objetivos.

No processo de cada ciclo de planeamento ocorrem três fases de participação pública, com uma duração mínima de 6 meses cada (Figura 2), durante as quais todos os interessados são convidados e incentivados a participar.



Figura 2 - Procedimentos de participação pública

Neste contexto, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.) promoveu os três procedimentos de participação pública em fases chave da elaboração do Plano, sendo que todos os contributos pertinentes foram integrados na **versão final do Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8)**, constituindo uma mais-valia importante para prossecução dos objetivos da DQA.

Qual o público-alvo?

Foram convidadas e incentivadas a participar nos vários procedimentos de participação pública, todas as pessoas singulares ou coletivas que, enquanto utilizadores diretos e indiretos dos recursos hídricos, desejassem participar no processo de elaboração dos PGRH que se pretendeu aberto, transparente e democrático.

Mais especificamente foram “convidados” a ter um papel ativo nestes processos:

- O Conselho Nacional da Água (CNA);
- O Conselho de Região Hidrográfica (CRH);
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR);
- A Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH);

- As organizações não-governamentais de ambiente (ONGA);
- Outras organizações com interesse em matérias da água;
- Todos os cidadãos com interesse no acompanhamento das matérias relativas à água.

Como foram divulgados?

Foram divulgados através das seguintes formas:

- Sítio da Internet: www.apambiente.pt;
- Sítio da Internet: participa.pt;
- Apresentações públicas, promovidas pela APA, I.P. (Quadro 1);

Quadro 1 - Sessões de esclarecimento e consulta realizadas – Versão provisória do PGRH

Tipo	Data
Regional	7/julho/2022
Setorial	16/novembro/2022

- Sessões com os principais stakeholders.

Onde encontrar a informação disponibilizada?

A informação inerente a todo este processo, é disponibilizada *online* no site da APA (www.apambiente.pt). O presente documento apresenta uma síntese das Partes que constituem o PGRH das Ribeiras do Algarve (RH8) disponíveis em:

<https://apambiente.pt/agua/planos-de-gestao-de-regiao-hidrografica-1>.

Parte 1 – Enquadramento e Aspetos Gerais

Enquadramento

A DQA e Lei da Água estabelecem um enquadramento para a proteção das águas superficiais interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas que:

- Evite a degradação e proteja e melhore o estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente associados;
- Promova um consumo de água sustentável;
- Reforce e melhore o ambiente aquático através da redução gradual ou a cessação de descargas, emissões e perdas de substâncias prioritárias;
- Assegure a redução gradual e evite o agravamento da poluição das águas subterrâneas;
- Contribua para mitigar os efeitos das inundações e secas.

O planeamento das águas visa fundamentar e orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das suas utilizações com as suas disponibilidades sendo para tal elaborados os PGRH.

Os objetivos ambientais, estabelecidos na DQA/LA, são atingidos através da execução de programas de medidas especificados nos PGRH e devem ser alcançados de forma equilibrada, atendendo, entre outros aspetos, à viabilidade das medidas que têm de ser aplicadas, ao trabalho técnico e científico a realizar, à eficácia dessas medidas e aos custos operacionais envolvidos.

A Figura 3 ilustra as várias fases de planeamento.

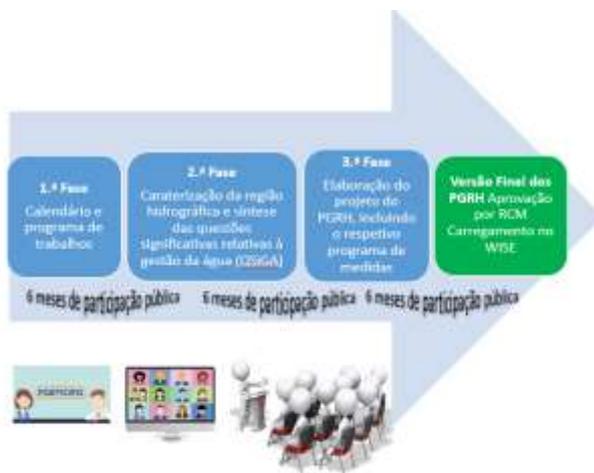


Figura 3 - Fases do processo de planeamento

O início do 3.º ciclo de planeamento foi estabelecido pelo Despacho n.º 11955/2018, 2.ª série, de 12 de dezembro, ao determinar a revisão dos PGRH referentes ao 2.º ciclo.

A região hidrográfica do Hidrográfica das Ribeiras do Algarve

A Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – RH8, com uma área total de 5 511 km², integra as bacias hidrográficas das ribeiras do Algarve incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes (Figura 4).

A RH1 abrange 18 dos 278 municípios portugueses do continente (6,5%), sendo que 10 estão totalmente englobados na RH. A região concentra uma população residente cerca de 390 mil habitantes o que corresponde a 4% do total do continente (2018).

Os principais cursos de água da região hidrográfica nascem nas serras de Monchique e Espinhaço de Cão, a Ocidente, e na do Caldeirão no setor Nordeste, sendo o mais importante o rio Arade.

A orientação geral dos cursos de água principais é perpendicular à costa, tendo a maioria uma extensão inferior a 30 km. Constituem exceção o rio Arade e as ribeiras de Odelouca, Seixe, Algibre, Alportel e Gilão, quer em extensão, quer relativamente à orientação geral que apresentam.



Figura 4 - Delimitação geográfica da região hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8)

São consideradas oito sub-bacias hidrográficas que integram as principais linhas de água afluentes às ribeiras do Algarve e ainda às bacias costeiras (Figura 5).

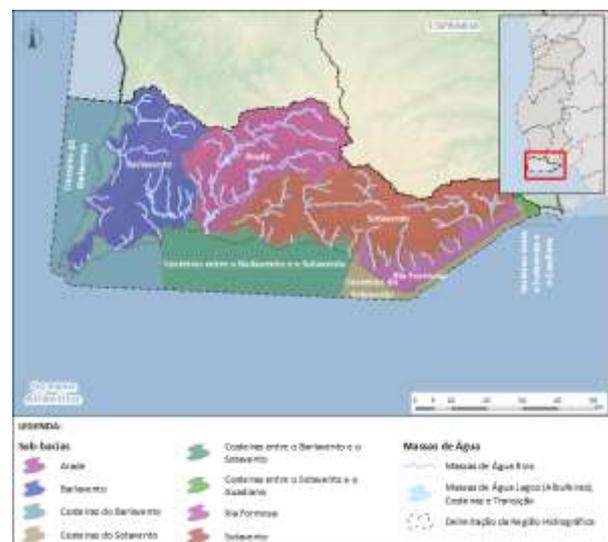


Figura 5 - Sub-bacias hidrográficas na RH

Avaliação do 2.º ciclo 2016-2021

No 2.º ciclo foram consideradas **83 massas de água superficiais** das quais **70%** apresentaram **estado Bom e Superior** e **25 subterrâneas**, das quais **84%** apresentaram **Bom estado** (Figura 6).



Figura 6 - Estado das massas de água do 2.º ciclo

Em termos das **pressões qualitativas** pontuais identificadas, o **setor urbano** foi o que mais contribuiu para as cargas de CQO (Carência Química de Oxigénio) e CBO₅ (Carência Bioquímica de Oxigénio rejeitadas). No entanto, a **agricultura e pecuária** foram as atividades económicas responsáveis pela maioria da carga de azoto total que potencialmente atingiu as massas de água.

A CBO₅ mede a quantidade de oxigénio consumida pelos microrganismos ao fim de 5 dias pelo que, é um indicador da quantidade de matéria orgânica biodegradável presente na água. A CQO mede a quantidade de oxigénio necessária para a oxidação total da matéria orgânica e não apenas da fração biodegradável.

Os principais **volumes captados/consumidos foram relativos à agricultura (67%) e ao abastecimento público (21%)**. O abastecimento público fez-se essencialmente a partir da água com origem superficial, destacando-se as albufeiras de Odelouca, Funcho e Bravura. A atividade agrícola foi suportada fundamentalmente pela água de origem subterrânea. Salienta-se ainda o volume captado para o golfe, predominantemente proveniente de águas subterrâneas e que representa 7% do total.

No que se refere aos impactes, cada massa de água pode ter vários impactes em simultâneo. Os impactes mais significativos verificados nas 22 massas de água superficiais com estado inferior a Bom na RH foram devido a poluição orgânica (22 massas de água) seguido da poluição por nutrientes (20 massas de água) e poluição microbiológica (7 massas de água).

Durante o 2.º ciclo de planeamento foi realizada uma avaliação intercalar, em 2019, nomeadamente avaliação da evolução do estado das massas de água.

Na Figura 7, apresenta-se a evolução da classificação das massas de água desde o 1.º ciclo até à avaliação intercalar, incluindo ainda a comparação com os objetivos ambientais propostos para 2021 no 2º ciclo dos PGRH.

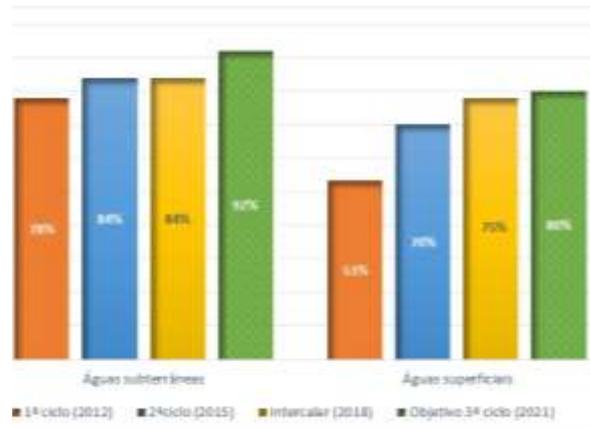


Figura 7 - Evolução da classificação das massas de água superficiais e subterrâneas em Bom estado

No **programa de medidas estabelecido para o ciclo 2016-2021** foram definidas 94 medidas, das quais 31 medidas de base (24 de âmbito regional e 7 específicas) e 63 medidas suplementares (38 de âmbito regional e 25 específicas).

O investimento inicialmente previsto para as 94 medidas foi de cerca de 58 milhões de euros.

Parte 2A – Caracterização e Diagnóstico do 3.º ciclo

Massas de água

Para o 3.º ciclo de planeamento foi novamente realizada uma revisão do processo de delimitação das massas de água, tendo-se obtido **82 massas de água superficiais** (das quais **72** são **naturais**, **8** são **fortemente modificadas** e **2** são **artificiais**) e **25 massas de água subterrâneas** (Quadro 2).

Quadro 2 - Massas de água por categoria

Categoria		Naturais (N.º)	Fortemente modificadas (N.º)	Artificiais (N.º)	TOTAL (N.º)
Superficiais	Rios	58	4	2	64
	Albufeiras	0	4	0	4
	Águas de transição	3	0	0	3
	Águas costeiras	10	0	0	10
	Águas territoriais	1	0	0	1
Sub-total		72	8	2	82
Subterrâneas		25	-	-	25

A identificação e sistematização dos vários tipos de pressões que serviram de base para a caracterização diagnóstico do 3º ciclo, teve como data de referência o ano 2018.



Figura 11 - Grupos de pressões sobre as massas de água

As **pressões qualitativas pontuais** de **origem urbana** identificadas são constituídas por 57 rejeições de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) urbanas no meio hídrico (Figura 12). Os sistemas de tratamento mais avançado que o secundário (remoção de nutrientes e/ou desinfecção) representam 63% do número de ETAR, atendendo às características de alguns meios recetores em causa (zonas sensíveis, vulneráveis, zonas de máxima infiltração) e/ou às utilizações dos recursos hídricos em determinados meios recetores (zonas balneares, zonas de criação e apanha de moluscos, reutilização de águas residuais

tratadas). Não existem ETAR públicas urbanas com rejeição no solo na RH8.



Figura 12 - Pontos de descarga das ETAR públicas urbanas no meio hídrico

Cerca de 38% da carga total é rejeitada em massas de água de transição, em particular no estuário do Rio Arade. Seguem-se as massas de água costeiras com 36% da carga total, onde é realizada a rejeição de algumas das maiores ETAR da região, como as ETAR de Vale Faro (em Albufeira), Faro Nascente e Olhão Poente (que deram origem à ETAR Faro-Olhão a partir de novembro de 2018). Nos rios é realizada a rejeição de 25% da carga total, que não inclui a bacia do Rio Arade (Figura 13).

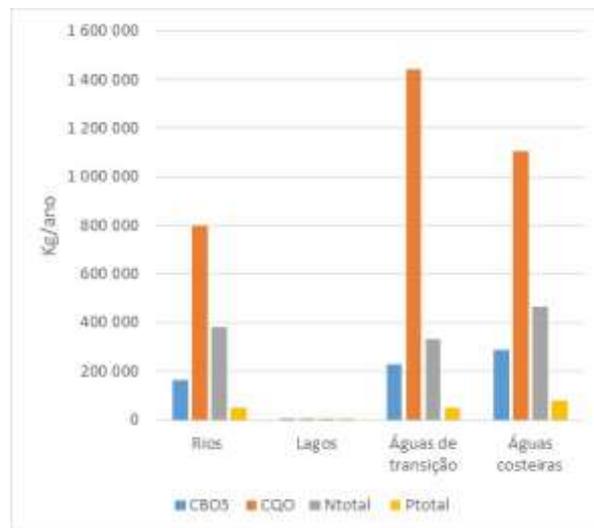


Figura 13 - Cargas rejeitadas pelos sistemas urbanos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas

A **indústria transformadora** na RH é pouco expressiva em termos de carga rejeitada, sendo ainda assim a Fabricação de outros produtos de cortiça a mais significativa (Figura 14). A sub-bacia do Sotavento é a mais pressionada, com cerca de 46% da carga total rejeitada.

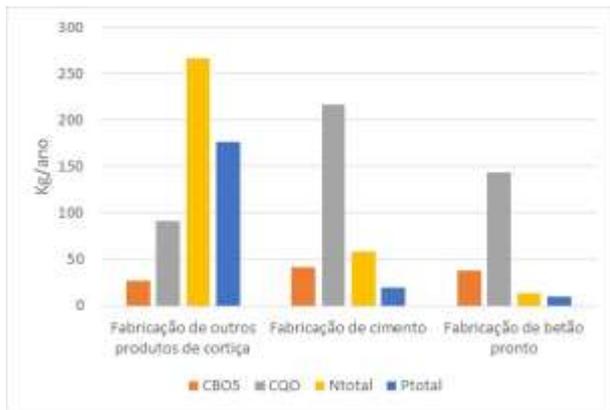


Figura 14 - Cargas rejeitadas pela indústria transformadora por tipo de atividade

No que diz respeito à **indústria alimentar e do vinho**, a atividade mais expressiva em termos de cargas rejeitadas é a produção e culturas de produtos hortícolas no sotavento algarvio, que representa 87% da carga total das rejeições pela indústria alimentar.

Quanto à **indústria extrativa** existe apenas uma exploração mineira, correspondente à mina de sal-gema de Loulé que ocupa uma área de 12,39 km².

No que se refere ao **efetivo pecuário** os caprinos são a classe mais representativa com 3% dos animais existentes em todo o território continental. Não existem explorações pecuárias com rejeição de águas residuais licenciadas na RH.

Relativamente à **aquicultura** existem 7 pisciculturas semi-intensivas, 5 na Ria Formosa e 2 na Ria de Alvor. Foram criadas duas zonas para aquicultura offshore, encontrando-se os estabelecimentos em regime de instalação. Quanto aos viveiros, foram contabilizados 1417 na Ria Formosa e 29 na Ria de Alvor sendo que a produção de bivalves é encaminhada para 3 depuradoras localizadas na Ria Formosa antes da sua colocação no mercado.

As atividades económicas associadas ao setor do **turismo** apresentam um peso significativo no tecido empresarial, no emprego e na riqueza produzida pela região. Em termos de cargas pontuais rejeitadas, o setor das atividades desportivas, de diversão e recreativas contribui com 72% da carga total rejeitada. Quanto ao golfe, existem na RH 37 campos.

Quanto aos **aterros** existe em funcionamento apenas o Aterro Sanitário do Barlavento, localizado em Portimão. Esta unidade encontra-se abrangida pelo regime das emissões industriais e rejeita as águas lixiviantes no meio hídrico, após tratamento em estação própria (Figura 15). No que respeita às **lixei**

mantêm-se as 22 encerradas, já identificadas no 2.º ciclo.

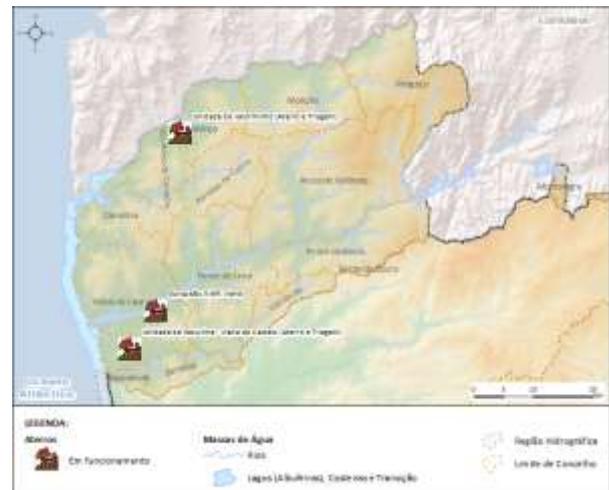


Figura 15 - Aterros na RH

Existem ainda **outras atividades** com rejeição dos recursos hídricos das quais se destacam a armazenagem e atividades auxiliares dos transportes e as atividades imobiliárias.

Substâncias prioritárias, perigosas prioritárias, outros poluentes e poluentes específicos

As emissões mais significativas quer em termos de cargas quer em termos de diversidade de substâncias poluentes (18) ocorrem na sub-bacia do Arade. A sub-bacia do Barlavento é a que recebe menor carga e a sub-bacia Costeiras entre o Barlavento e o Sotavento é a que recebe menor diversidade de substâncias poluentes. Verificou-se que o Ftalato de di-(2-etil-hexilo) é a substância com maior carga rejeitada, sobretudo na sub-bacia do Sotavento, seguindo-se o zinco e o crómio e seus compostos. De facto, com exceção da sub-bacia do Arade, em que o zinco e seus compostos é a substância poluente mais emitida, o Ftalato de di-(2-etil-hexilo) é mesmo a substância com maior carga rejeitada para as águas superficiais.

Ao nível dos setores de atividade, verificou-se que são 3 os setores responsáveis pela emissão deste tipo de substâncias poluentes para as águas superficiais (CAE 37, 38 e 47), sendo que as sub-bacias do Barlavento e do Arade recebem emissões provenientes de 2 setores e as sub-bacias da Ria Formosa, do Sotavento e Costeiras entre o Barlavento e do Sotavento recebem emissões apenas de um setor de atividade (CAE 37 - Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais). O setor identificado com o CAE 37 é o único presente nas cinco sub-bacias, sendo também o responsável pela maior carga e diversidade de substâncias poluentes rejeitadas.

Em **SÍNTESE**, verifica-se que o setor urbano é o mais representativo em termos de cargas rejeitadas, correspondendo a 97% da carga total rejeitada. Estes valores devem-se à fraca expressão da indústria na RH e ao facto de os setores de comércio e serviços estarem na sua grande maioria ligados aos sistemas públicos urbanos de drenagem e tratamento (Quadro 4).

Quadro 4 - Carga pontual rejeitada na RH, por setor de atividade

Setor		Carga (kg/ano)			
		CBO ₅	CQO	N _{total}	P _{total}
Urbano	Águas residuais urbanas	680367	3346244	1181023	175928
Atividades económicas	Indústria transformadora	106	450	338	207
	Indústria alimentar e do Vinho	13081	50777	11826	1308
	Indústria extrativa	149	567	57	38
	Pecuária	-	-	-	-
	Aquicultura	5082	11718	3498	214
	Empreendimentos turísticos	5860	17444	3332	1218
	Outras atividades	3297	12459	1412	260
	Resíduos	1	10	28	0,03
TOTAL		707943	3439669	1201514	179173

Para a caracterização das **pressões qualitativas difusas**, foram utilizadas:

- A superfície agrícola utilizada (SAU);
- A superfície regada;
- Os regadios públicos;
- A estimativa das cargas provenientes da agricultura, da pecuária e do golfe;

A SAU representa cerca de 43% da área total do território continental sendo que nesta região representa cerca de 20,5% da área da RH. A relação entre a área regada e a área da região é de 5,6%.

Nesta RH existem 8 regadios públicos, com origem de água superficial a partir das albufeiras da Bravura, Arade e Odeleite / Beliche, com exceção dos perímetros de rega de Benaciate e Vale de Loulé, cuja origem de água é subterrânea, a partir de captações instaladas na massa de água subterrânea Querença – Silves e o perímetro de rega do Pinhal na massa de água Albufeira-Ribeira de Quarteira.

A estimativa das cargas de origem difusa, provenientes da agricultura da pecuária e do golfe (Quadro 5), permitiu concluir que a agricultura é a atividade mais

expressiva, com valores superiores de cargas estimadas de azoto (N) e fósforo (P).

Quadro 5 - Carga difusa estimada na RH

Setor	Carga (kg/ano)	
	N _{total}	P _{total}
Agricultura	1 362 130	88 032
Pecuária	571 619	254 344
Golfe	33 677	698
TOTAL	1 967 426	343 074

Nota: A carga de fósforo proveniente da pecuária foi estimada em P-P₂O₅.

A sub-bacia do Sotavento é a mais pressionada em termos de pressões difusas no que se refere às águas superficiais.

Em termos de **pressões quantitativas**, os principais volumes captados/utilizados na RH dizem respeito à agricultura com cerca 67% do total captado, seguindo-se o abastecimento público com 22% (Figura 16).

Verifica-se que o maior volume captado na RH tem como origem as águas subterrâneas (66%), seguindo-se a sub-bacia do Arade com 22% do volume total captado.

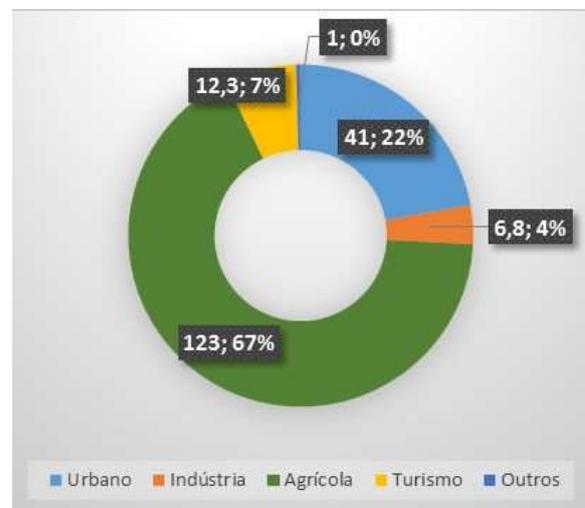


Figura 16 - Distribuição dos consumos de água pelas principais utilizações consumptivas (hm3)

As **pressões hidromorfológicas**, causadas por ações e atividades promovidas pelo Homem (alteração das linhas de água, implantação de obstáculos, alteração das margens, entre outros), correspondem a alterações do regime hidrológico e a modificações nas características físicas das massas de água superficiais (leito e margens dos cursos de água, estuários e orla costeira).

Nesta tipologia de pressões podem ser consideradas as estruturas que constituem barreiras ao escoamento natural; circuitos hidráulicos para desvio e transferência de caudais; ações de desassoreamento e

regularização do leito para proteção contra cheias ou a construção de estruturas para a proteção da costa e das áreas inundáveis.

Face à diversidade de tipologias e de impactes que existem ao nível das pressões hidromorfológicas, na inventariação que foi realizada para cada região hidrográfica, procedeu-se à identificação das seguintes tipologias de pressões:

- Barragens e os açudes;
- Diques de proteção lateral e respetivas válvulas/comportas;
- Obras de proteção costeira como os esporões, quebra-mares e molhes;
- Alterações do leito e da margem com desvio e regularização de linhas de água;
- Canalizações e entubamentos das linhas de água;
- Pontes, viadutos, pontões e passagens hidráulicas;
- Transvases e desvio de caudais para diversos usos;
- Marinas, fluvinas, cais e outras estruturas para apoio de embarcações;
- Dragagens, desassoreamento e remoção de substratos aluvionares (extração de inertes), com consequente deposição de sedimentos e realimentação artificial de praias.

Uma pressão hidromorfológica é considerada significativa se for responsável, ou contribuir, para colocar em risco a possibilidade da massa de água interferida, direta ou indiretamente, poder atingir o Bom estado ou potencial ecológico.

O Quadro 6 identifica as barragens e açudes identificados na RH.

Quadro 6 - Número total de barragens e açudes identificados na RH

Classes	Número	Volume Total (dam ³) ⁽¹⁾	N.º com dispositivo que permite libertar RCE
RSB - Grande Barragem: (Altura >= 15 m) ou (Altura >= 10 m e Volume >= 1 hm ³)	9	271 556	1
RPB: Altura >=10 m e <15 m, com Volume <1 hm ³	17	703	
RPB: Altura >=5 m e <10 m	1 832	8 432	
RPB: Altura >=2 m e <5 m	825	2 729	
Açudes com altura <2 m	24		
Altura > 2 m mas sem determinação ⁽²⁾	5	2 500	
Total	2 712	283 423	1

(1) Por falta de dados nem sempre existe uma correspondência entre o número de infraestruturas e o respetivo somatório do volume total.

(2) Altura superior a 2m verificada em fotografia aérea, mas não se dispõe de informação que permita classificar a estrutura

Nesta RH, para além das barragens e açudes, foram contabilizadas 733 pressões hidromorfológicas distribuídas nas tipologias de pressão identificadas no Quadro 7 e na Figura 17.

Quadro 7 - Número de intervenções por tipologia de pressão

Tipologia	N.º total de intervenções		
Alteração do leito e da margem	Limpeza	0	
	Desobstrução	0	
	Regularização	8	
	Canalização	1	
	Reabilitação	0	
	Renaturalização	0	
	Sub-total	9	
Inertes	Extração de inertes	0	
	Dragagens	3	
	Desassoreamento	0	
	Alimentação artificial de praia	1	
	Sub-total	4	
Intervenções costeiras	Esporão	14	
	Molhe	14	
	Pontão	7	
	Quebramar	1	
	Defesa Frontal	2	
	Obras de Proteção	4	
	Muro	1	
	Sub-total	43	
	Estruturas de apoio à navegação em águas de transição e costeiras	Cais e ponte-cais	23
Rampa		3	
Fluvina		0	
Ancoradouros		1	
Pontão		0	
Sub-total		27	
Pontes e viadutos		Pontes	357
	Viadutos	27	
	Pontões	0	
	Aquedutos	0	
	Sub-total	384	
	Diques e Comportas	Diques	88
		Comportas	165
Sub-total		253	
Entubamentos		10	
Instalações portuárias		3	
Portos		3	
Total		733	

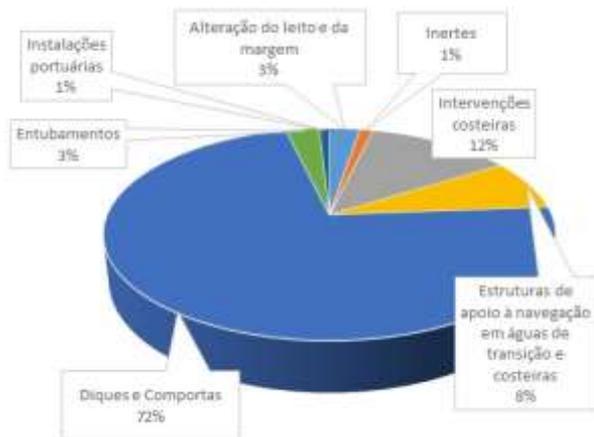


Figura 17 - Número de intervenções por tipologia de pressão (sem pontes)

No que se refere às **pressões biológicas**, verifica-se que a introdução de espécies é o fator com maior representatividade, merecendo também nota a exploração de recursos faunísticos (sobretudo peixes e bivalves). Relativamente à introdução de doenças, a informação disponível não indicia que esta seja uma pressão significativa sobre a qualidade das massas de água desta região hidrográfica.

A introdução de espécies exóticas invasoras pode acarretar importantes impactes sobre a qualidade das massas de água, bem como sobre os usos, como seja a alteração das comunidades biológicas, a perda de habitats, a alteração dos ciclos de nutrientes, o bloqueio de infraestruturas, o condicionamento à prática de atividades recreativas e perda de valor paisagístico, entre outros.

De uma forma global, considerando todas as categorias de massas de água, o maior número de espécies introduzidas na RH8 (Figura 18) está associado ao grupo das plantas terrestres (com 22 espécies), seguido pela fauna piscícola (9 espécies).

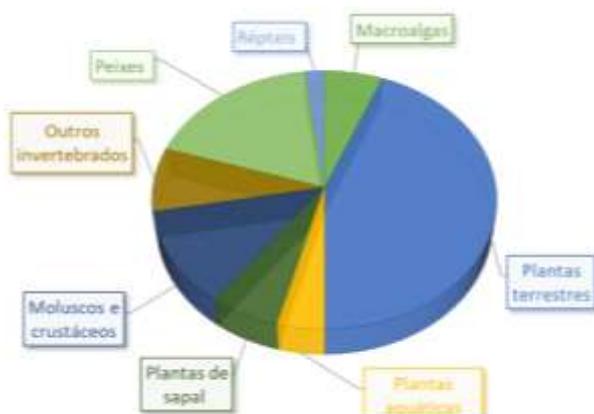


Figura 18 - Proporção de espécies introduzidas

A exploração e remoção de espécies é também considerada como potencial fator de pressão sobre a qualidade das massas de água, podendo afetar direta ou indiretamente o funcionamento dos ecossistemas aquáticos.

Nas massas de água desta região continua a assumir importância a captura e remoção de algumas espécies nativas com elevado valor socioeconómico, em particular espécies migradoras, como a enguia-europeia. Nas águas costeiras e de transição são também praticadas atividades de apanha de animais marinhos, como bivalves. Neste contexto merecem destaque enquanto fator de pressão as práticas ilegais, como a captura em áreas ou épocas em que esta atividade se encontra condicionada ou proibida.

Programas de monitorização

Para avaliar o estado das massas de água são implementados **programas de monitorização de vigilância, operacional e, onde necessário, de investigação**. No caso das zonas protegidas, os programas de monitorização são complementados pela monitorização específica constante da legislação que criou cada uma dessas zonas protegidas.

Os **principais objetivos da monitorização** são os seguintes:

- Avaliação do estado das massas de água;
- Avaliação de alterações, de longo prazo, nas condições naturais;
- Avaliação de alterações, de longo prazo, resultantes das atividades humanas;
- Estimativa das cargas poluentes transferidas entre fronteiras internacionais ou descarregadas no mar;
- Avaliação das alterações das massas de água identificadas como estando em risco, em resposta às medidas aplicadas para melhoria ou prevenção da deterioração;
- Apoiar a identificação das causas do não cumprimento dos objetivos ambientais das massas de água, quando a razão para esse incumprimento não tenha sido identificada;
- Apoiar a identificação da magnitude e impactes da poluição acidental;
- Apoiar a aferição dos sistemas de classificação;
- Avaliação do cumprimento dos objetivos e obrigações estabelecidas ao nível das zonas protegidas;

- Caracterização das condições de referência (onde existem) para as massas de água superficial.

NA RH7, as redes operacional e de vigilância garantem a monitorização do **estado/potencial ecológico** em 86% das massas de **água superficial** da categoria rios, 90% costeiras e em todas as massas de água de transição e albufeiras.

Relativamente ao **estado químico**, foi assegurada a monitorização de 72% das massas de água da categoria rios, 90% costeiras e de todas as massas de água de transição e albufeiras.

O mapa da Figura 19 apresenta a localização das estações de monitorização das águas superficiais.



Figura 19 - Rede de monitorização das águas superficiais

No âmbito da avaliação do estado químico, foram ainda implementadas nesta região uma estação de controlo da matriz biota (mexilhão de águas costeiras) e duas estações para a matriz sedimentos.

As 25 massas de **água subterrânea** existentes na RH são monitorizadas para avaliação do **estado químico** e do **estado quantitativo**.

Os mapas da Figura 20 e da Figura 21 apresentam respetivamente, as estações de monitorização do estado químico e do estado quantitativo das massas de água subterrâneas.



Figura 20 - Rede de monitorização do estado químico das águas subterrâneas

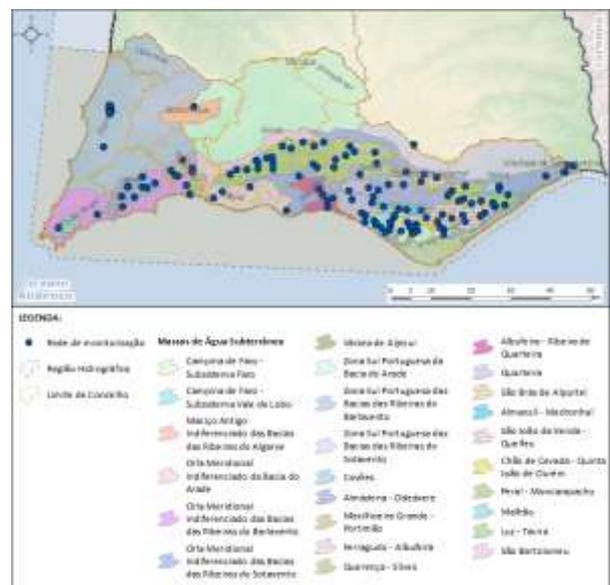


Figura 21 - Rede de monitorização do estado quantitativo das águas subterrâneas

Complementarmente as massas de águas superficiais e subterrâneas designadas como zonas protegidas na RH foram sujeitas a monitorização suplementar para avaliar se permite atingir os objetivos definidos para cada zona protegida.

Os programas de monitorização das zonas protegidas integram:

- Locais de captação de água para a produção de água para consumo humano;
- Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico;
- Massas de água designadas como águas de recreio, incluindo zonas designadas como águas balneares;
- Zonas designadas como vulneráveis aos nitratos de origem agrícola.

O Quadro 8 apresenta o número de estações de monitorização das zonas protegidas na RH.

Quadro 8 – Rede de monitorização das zonas protegidas

REDE DE MONITORIZAÇÃO DAS ZONAS PROTEGIDAS		Estações (N.º)
Captações de água superficial para a produção de água para consumo humano	Albufeiras	2
Captações de água subterrânea para a produção de água para consumo humano		35
Águas piscícolas	Ciprinídeos	2
Águas conquícolas	Águas costeiras e de transição	16
Águas balneares	Águas costeiras e de transição	107
Zonas vulneráveis		31

Estado das massas de água

Águas superficiais

O estado das águas superficiais inclui:

- A avaliação do estado ecológico e do estado químico para as massas de água naturais;
- A avaliação do potencial ecológico e do estado químico para as massas de água fortemente modificadas e para as artificiais.

O **estado global** resulta da combinação do estado /potencial ecológico e do estado químico, não englobando a avaliação das zonas protegidas.

O **estado/potencial ecológico** baseia-se na classificação de vários elementos de qualidade (biológicos, químicos e físico-químicos e hidromorfológicos), os quais variam de acordo com a categoria da massa de água.

A avaliação do **estado químico** está relacionada com a presença de substâncias químicas que em condições naturais não estariam presentes água ou que estariam em concentrações reduzidas.

A classificação do estado das massas de água superficiais para o 3.º ciclo teve por base os resultados dos **programas de monitorização implementados no período 2014-2019**. Refira-se ainda que a classificação do estado químico das massas de água superficiais interiores envolveu as matrizes água e biota-peixes.

As massas de água superficiais englobadas em **zonas protegidas** estão sujeitas a uma avaliação complementar realizada segundo critérios específicos.

De uma forma geral no 3.º ciclo, observa-se um ligeiro decréscimo na **qualidade ecológica das massas de água (MA) naturais** da categoria **rio**, por comparação com os resultados obtidos no 2.º ciclo de planeamento,

verificando-se a classificação como Bom e Superior de menos 3 MA no 3.º ciclo. Também nas massas de água de **transição** e **costeiras** se verificou um decréscimo do número de massas de água em estado Bom e superior. (Quadro 9).

Quadro 9 - Comparação do estado ecológico das massas de água superficiais naturais, entre o 2.º e o 3.º ciclos

Massas de água		Bom e Superior (%)	Inferior a Bom (%)	Desconhecido (%)	Evolução*
Rios	2.º Ciclo	72,9	27,1	0	↓
	3.º Ciclo	69	31	0	
Águas de transição	2.º Ciclo	66,7	0	33,3	↓
	3.º Ciclo	0	100	0	
Águas costeiras	2.º Ciclo	88,9	11,1	0	↓
	3.º Ciclo	70	30	0	

* Variação relativamente à proporção de massas de água classificadas como "Bom e superior" em cada ciclo.

As **massas de água fortemente modificadas (MAFM) rios** apresentaram um decréscimo de qualidade no 3.º ciclo. As **albufeiras** apresentaram uma estabilidade nas classificações obtidas entre ciclos. As MA **artificiais** foram classificadas pela primeira vez neste ciclo (Quadro 10).

Quadro 10 - Comparação do potencial ecológico das massas de água superficiais fortemente modificadas e artificiais, entre o 2.º e o 3.º ciclos

Massas de água		Bom e Superior (%)	Inferior a Bom (%)	Desconhecido (%)	Evolução*	
Fortemente modificadas	Rios	2.º Ciclo	16,7	50	33,3	↓
		3.º Ciclo	0	100	0	
	Albufeiras	2.º Ciclo	100	0	0	→
		3.º Ciclo	100	0	0	
Artificiais	Rios	2.º Ciclo	0	0	100	↑
		3.º Ciclo	100	0	0	

* Variação relativamente à proporção de massas de água classificadas como "Bom" em cada ciclo.

O mapa da Figura 22 apresenta o estado ecológico/potencial das massas de água superficiais no 3.º ciclo de planeamento.

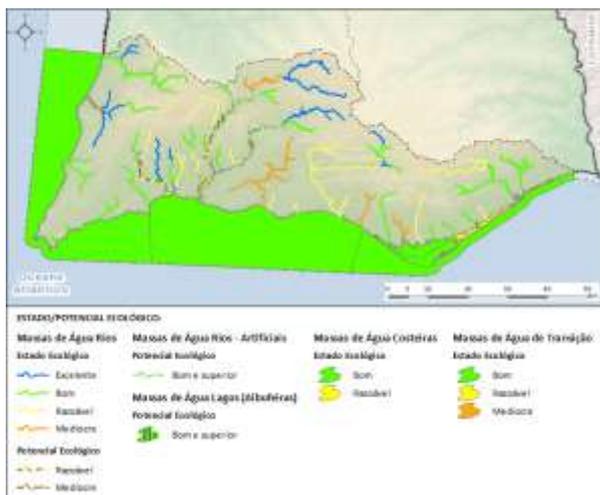


Figura 22 - Classificação do estado ecológico/potencial das massas de água superficiais no 3.º ciclo de planeamento

No que diz respeito ao **estado químico das massas de água superficial naturais** da categoria **rios**, verificou-se uma melhoria comparativamente ao 2.º ciclo. As massas de águas de **transição** e **costeiras** registaram também uma melhoria na sua classificação face ao 2.º ciclo, encontrando-se todas com estado químico Bom (Quadro 11).

Quadro 11 - Comparação do estado químico das massas de água superficiais naturais, entre o 2.º e o 3.º ciclos

Massas de água		Bom (%)	Insuficiente (%)	Desconhecido (%)	Evolução*
Rios	2.º Ciclo	54,2	0	45,8	↓
	3.º Ciclo	86,2	12,1	1,7	
Águas de transição	2.º Ciclo	66,7	0	33,3	↑
	3.º Ciclo	100	0	0	
Águas costeiras	2.º Ciclo	77,8	11,1	11,1	↑
	3.º Ciclo	100,0	0	0	

* Variação relativamente à proporção de massas de água classificadas como "Bom" em cada ciclo.

Quanto ao **estado químico das massas de água fortemente modificadas** verifica-se uma melhoria acentuada nas massas de água das categorias **rios**, com a totalidade classificada em Bom estado químico. As **albufeiras** mantêm a classificação já obtida no 2.º ciclo com a totalidade das massas de água classificadas em Bom estado químico. Não foi possível classificar as MA **artificiais** em relação ao estado químico (Quadro 12).

Quadro 12- Comparação do estado químico das massas de água superficiais fortemente modificadas e artificiais, entre o 2.º e o 3.º ciclos

Massas de água		Bom (%)	Insuficiente (%)	Desconhecido (%)	Evolução*	
Fortemente modificadas	Rios	2.º Ciclo	33,3	0	66,7	↑
		3.º Ciclo	100	0	0	
	Albufeiras	2.º Ciclo	100	0	0	→
		3.º Ciclo	100	0	0	
Artificiais	Rios	2.º Ciclo	0	0	100	→
		3.º Ciclo	0	0	100	

O mapa da Figura 23 apresenta o estado químico das massas de água superficiais no 3.º ciclo de planeamento.



Figura 23 - Classificação do estado químico das massas de água superficiais no 3.º ciclo de planeamento

Tendo por base o universo das massas de água superficiais existentes nesta RH, constata-se que cerca de 62% apresentam um **estado global Bom e Superior** e 38% apresentam um estado global Inferior a Bom. (Quadro 13 e Figura 24).

Quadro 13 - Classificação do estado global das massas de água superficiais no 3.º ciclo

Classificação	Rios	Lagos	Transição	Costeiras	Territoriais	TOTAL	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%
Bom e Superior	39	4	0	7	1	51	62,2
Inferior a Bom	25	0	3	3	0	31	37,8
Desconhecido	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	64	4	3	10	1	82	100

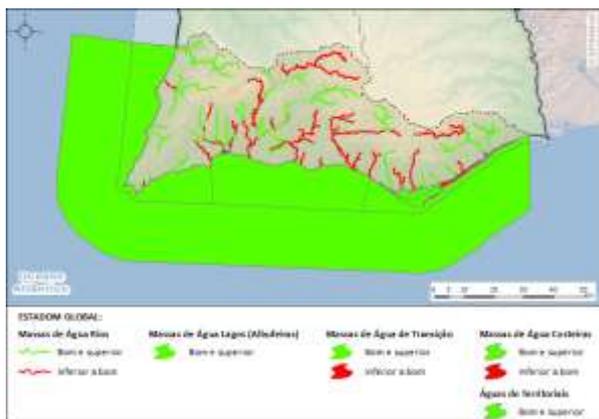


Figura 24 - Classificação do estado global das massas de água superficiais no 3.º ciclo

A evolução do estado global das massas de água superficiais entre o 1.º e o 3.º ciclos é apresentado no gráfico da Figura 25.

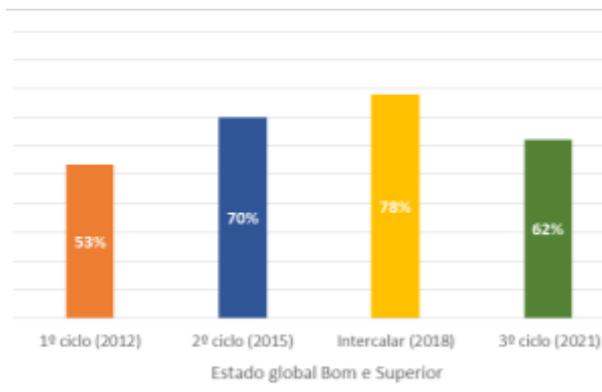


Figura 25 - Evolução do estado global das massas de água superficiais entre 2012 e 2021

Águas subterrâneas

O estado das massas de água subterrâneas engloba a avaliação do **estado químico** e do **estado quantitativo** sendo o **estado global** uma combinação dos dois anteriores.

Uma massa de água subterrânea encontra-se em Bom **estado químico** sempre que:

- Os resultados da monitorização tenham demonstrado que as condições definidas no n.º 2.3.2 do Anexo V do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março (intrusão salina, qualidade química das massas de água superficiais, ecossistemas terrestres diretamente dependentes da massa de água) estão a ser cumpridas;

Ou

- Os valores das normas de qualidade e os limiares estabelecidos não sejam excedidos em nenhum ponto de monitorização nessa massa de água.

O Bom **estado quantitativo**, de acordo com o disposto no artigo 4.º da DQA, é o estado de um meio hídrico subterrâneo em que o nível piezométrico é tal que os recursos hídricos subterrâneos disponíveis não são ultrapassados pela taxa média anual de captação a longo prazo, não estando por isso sujeitas a alterações antrópicas.

A classificação do estado das massas de água subterrâneas para o 3.º ciclo teve por base os resultados dos **programas de monitorização implementados no período 2014-2019**.

As massas de água subterrâneas englobadas em **zonas protegidas** estão sujeitas a uma avaliação complementar realizada segundo critérios específicos.

A classificação do **estado quantitativo** registou um decréscimo do 2.º para o 3.º ciclo com mais quatro massas de água a passar do estado Bom para o Medíocre (Quadro 14 e Figura 26).

Quadro 14- Comparação do estado quantitativo das massas de água subterrâneas, entre o 2.º e o 3.º ciclos

Massas de água	Bom		Medíocre		Desconhecido		Evolução*
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
2.º Ciclo	24	96	1	4,0	0	0	↓
3.º Ciclo	20	80	5	20	0	0	

* Variação relativamente à proporção de massas de água classificadas como "Bom" em cada ciclo.

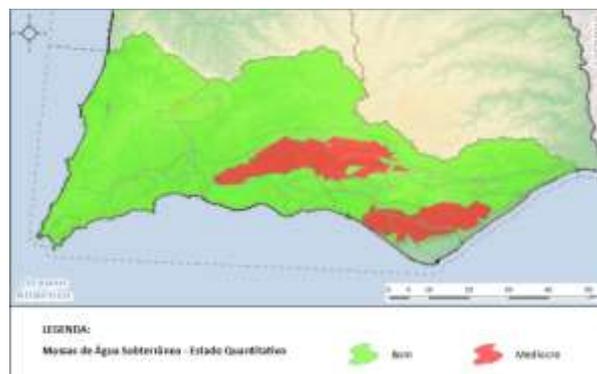


Figura 26 - Classificação do estado quantitativo das massas de água subterrâneas no 3.º ciclo de planeamento

No que diz respeito ao **estado químico** verificou-se também um ligeiro decréscimo, com um menor número de massas de água a apresentar estado Bom do 2.º para o 3.º ciclos de planeamento devido à passagem de mais duas massas de água do estado Bom para o Medíocre (Quadro 15 e Figura 27).

Quadro 15 - Comparação do estado químico das massas de água subterrâneas, entre o 2.º e o 3.º ciclos

Massas de água	Bom		Medíocre		Desconhecido		Evolução*
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
2.º Ciclo	22	88	3	12	0	0	↓
3.º Ciclo	20	80	5	20	0	0	

* Variação relativamente à proporção de massas de água classificadas como “Bom” em cada ciclo.



Figura 27 - Classificação do estado químico das massas de água subterrânea no 3.º ciclo de planeamento

No 3.º ciclo de planeamento, 72% das massas de água subterrânea apresentaram **estado global Bom** (Quadro 16 e Figura 28).

Quadro 16 - Classificação do estado global das massas de água subterrâneas no 3.º ciclo de planeamento

Classificação	Massas de água subterrânea	
	N.º	%
Bom	18	72
Medíocre	7	28
Desconhecido	0	0
TOTAL	25	100

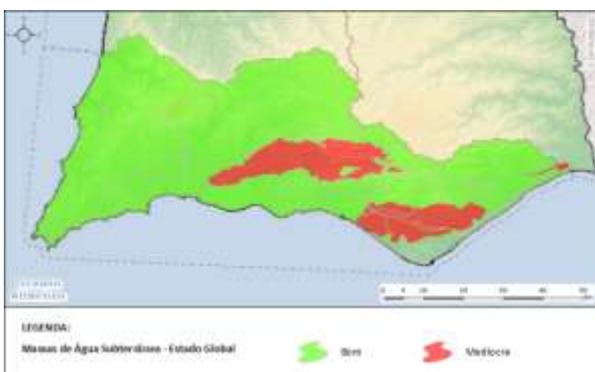


Figura 28 - Classificação do estado global das massas de água subterrâneas no 3.º ciclo de planeamento

A evolução do estado global das massas de água subterrâneas entre o 1.º e o 3.º ciclos é apresentado no gráfico da Figura 29.

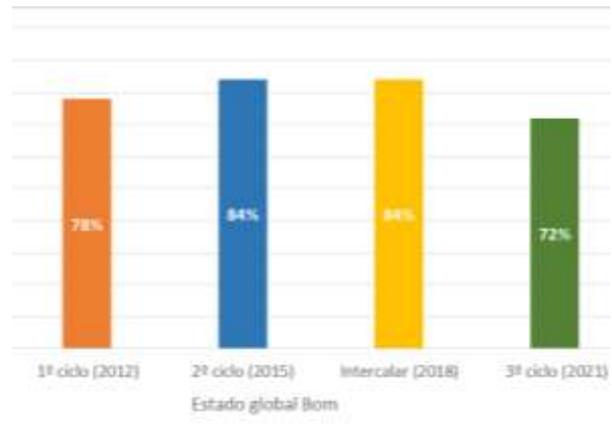


Figura 29 - Evolução do estado global das massas de água subterrâneas entre 2012 e 2021

Zonas protegidas

Complementarmente à classificação do estado nas massas de água que integram zonas protegidas definidas no âmbito da DQA, foi feita uma avaliação de cumprimento dos objetivos da zona protegida, com informação resultante da monitorização específica constante da legislação que criou cada uma dessas zonas protegidas. A avaliação complementar integra as seguintes zonas protegidas:

- Zonas designadas para a captação de água destinada à produção de água para consumo humano;
- Zonas designadas para a proteção de espécies aquáticas de interesse económico;
- Massas de água designadas como águas de recreio, incluindo águas balneares.

Nesta RH, de acordo com a avaliação complementar, verificou-se que:

- as 2 massas de água abrangidas pelas 2 zonas protegidas de **captações de água destinada à produção de água para consumo humano**, cumprem os objetivos das zonas protegidas;
- das 15 massas de água **subterrânea** abrangidas pelas **zonas protegidas para captação de água destinada à produção de água para consumo humano**, 13 cumprem os objetivos definidos para estas zonas protegidas;
- 8 massas de água inseridas nas 2 zonas protegidas para **águas piscícolas (ciprinídeos)** identificadas cumprem o objetivo de zona protegida.
- das 11 massas de água parcialmente abrangidas por **águas conquícolas** 82% cumprem os objetivos das zonas protegidas;

- as 8 massas de água incluídas nas 107 zonas protegidas para as **águas balneares** cumprem os objetivos;
- das 88 massas de água inseridas em **zonas protegidas designadas para a proteção de habitats e da fauna e flora selvagens e a conservação das aves selvagens**, 65% estão com estado Bom e superior;
- as 5 massas de água subterrânea abrangidas pelas **zonas protegidas designadas como vulneráveis aos nitratos de origem agrícola** não cumprem os objetivos definidos para estas zonas protegidas, sendo o nitrato o parâmetro responsável.

Diagnóstico

Face à atualização do estado das massas de água e das pressões torna-se necessário correlacionar a possível deterioração das massas de água com os efeitos das atividades humanas responsáveis. Esta situação de deterioração é evidenciada pelos impactos identificados nas massas de águas, decorrentes principalmente das pressões significativas inventariadas. Efetuou-se uma análise dos **impactes e das pressões significativas nas massas de água superficial com estado inferior a bom e nas massas de água subterrânea em risco de não atingir o Bom estado químico e quantitativo**, como ponto de partida para a definição das medidas necessárias para alcançar os objetivos ambientais.

Impactes significativos

Quadro 17 - Impactes significativos identificados nas massas de água superficial da RH

	Categoria de massa de água superficial				
	Rios	Albufeiras	Transição	Costeiras	TOTAL
MA superficial com estado inferior a bom (n.º)	25	0	3	3	31
IMPACTES SIGNIFICATIVOS					
ATHI - Alteração de habitats devido a variações hidrológicas	7	-	1	-	7
ATMO - Alteração de habitats devido a modificações morfológicas	-	-	1	2	3
NUTR - Poluição por nutrientes	18	-	4	3	25

	Categoria de massa de água superficial				
	Rios	Albufeiras	Transição	Costeiras	TOTAL
ORGA - Poluição orgânica	1	-	-	-	1
QUIM - Poluição química	11	-	-	-	11
OTRO - Outro tipo de impacte significativo	2	-	1	2	5
DESC - Tipo de impacte desconhecido	2	-	-	-	2
TOTAL	41	0	7	7	55

Nas 31 massas de água superficial com estado inferior a bom, o principal impacte registado é a **poluição por nutrientes**, com 45% do total de impactes registados na RH, seguindo-se a **poluição química** (20%) e as **alterações de habitats devido a variações hidrológicas** (15%). Contudo, ao analisar conjuntamente os impactes do tipo alterações de habitats, agregando os devidos a variações hidrológicas e a modificações morfológicas, constata-se que são os responsáveis por 20% do total de impactes significativos detetados nesta RH. Em concreto, numa análise realizada por categoria de massa de água superficial, verifica-se ainda que o principal impacte observado foi também a poluição por nutrientes, presente em 44% das massas de água rios, em 570% das massas de água de transição e em 43% nas massas de águas costeiras com estado inferior a bom na RH. Não foram identificadas massas de água superficial da categoria albufeiras em estado inferior a bom nesta RH.

Quadro 18 - Impactes significativos identificados nas massas de água subterrânea da RH

	MA Subterrânea (n.º)		
	Com estado global Bom		
	18		
Com estado global Médio	Em risco de passar a estado químico Médio	Em risco de passar a estado quantitativo Médio	
	7	6	12
IMPACTES SIGNIFICATIVOS (n.º)			
NUTR - Poluição por nutrientes	6	3	-
QUIM - Poluição química	4	3	-
SALI - Poluição salina / intrusão	1	-	-

	MA Subterrânea (n.º)		
	Com estado global Médio	Com estado global Bom	
		18	
		Em risco de passar a estado químico Médio	Em risco de passar a estado quantitativo Médio
	7	6	12
EXDI - Extrações excedem os recursos hídricos subterrâneos disponíveis	5	-	12
TOTAL	16	6	12

No que diz respeito às 7 massas de água subterrânea identificadas na RH com estado global medíocre observa-se que os impactes significativos registados do ponto de vista químico são sobretudo a **poluição por nutrientes** e a **poluição química**. Do ponto de vista quantitativo são as **extrações que excedem os recursos subterrâneos disponíveis** o impacte identificado como mais significativo. Relativamente às 6 massas de água com estado global bom mas em risco de passarem ao estado químico medíocre verifica-se que são também a poluição por nutrientes e a poluição química os impactes mais significativos identificados, ao passo que nas 12 massas de água com estado global bom mas em risco de passarem ao estado quantitativo medíocre são as extrações que excedem os recursos hídricos subterrâneos disponíveis o único impacte responsável.

Pressões significativas

Quadro 19 – Pressões significativas identificados nas massas de água superficial da RH

	Categoria de massa de água superficial				
	Rios	Albufeiras	Transição	Costeiras	TOTAL
MA superficial com estado inferior a bom (n.º)	25	0	3	3	31
PRESSÕES SIGNIFICATIVAS					
1.1 Pontual - Águas Residuais Urbanas	2	-	2	-	4
1.8 Pontual - Aquicultura	0	-	-	1	1
2.1 Difusa - Drenagem urbana	3	-	-	2	5
2.2 Difusa - Agricultura	9	-	1	-	10
2.6 Difusa - Águas	5	-	1	-	6

	Categoria de massa de água superficial				
	Rios	Albufeiras	Transição	Costeiras	TOTAL
residuais não ligadas à rede de drenagem					
2.10 Difusa - Outras	3	-	-	-	3
4.1.3 Alteração física do canal / leito / galeria ripícola / margens - Navegação	-	-	1	2	3
4.2.3 Barragens, açudes e comportas - Água para consumo humano	1	-	-	-	1
4.2.4 Barragens, açudes e comportas - Rega	3	-	-	-	3
4.3.6 Alteração Hidrológica - Outros	3	-	1	-	4
5.1 Introdução de espécies e doenças	2	-	1	2	5
8 Pressões antropogénicas - Desconhecidas	10	-	-	-	10
TOTAL	41	0	7	7	55

Mediante a observação do quadro e figura anteriores verifica-se que as 31 massas de água superficial com estado inferior a bom na RH apresentam como principais pressões significativas as **difusas com origem na agricultura** e as **pressões antropogénicas de origem desconhecida**, ambas afetando 18,2% do total de massas de água. No que diz respeito às massas de água da categoria rios observa-se que as principais pressões significativas correspondem a pressões difusas com origem na agricultura e nas águas residuais não ligadas à rede de drenagem, ao passo que nas águas de transição a pressão mais significativa é decorrente da descarga de águas residuais urbanas. Nas massas de água costeira as pressões de origem difusa resultante da drenagem urbana, da alteração física canal/leito/galeria ripícola/margem das massas de água para a navegação e da introdução de espécies e doenças são de forma equivalente as mais significativas.

Quadro 20 – Pressões significativas identificados nas massas de água subterrânea da RH

MA Subterrânea (n.º)			
Com estado global	Com estado global Bom		
	18		
	Em risco de passar a estado químico Médio	Em risco de passar a estado quantitativo Médio	
Médio	7	6	12
PRESSÕES SIGNIFICATIVAS (n.º)			
2.1 Difusa - Drenagem urbana	1	-	-
2.2 Difusa - Agricultura	6	4	-
3.1 Captação / Desvio de caudal - Agricultura	4	-	11
3.7 Captação ou desvio de caudal - Outra	2	-	1
TOTAL	13	4	12

No que diz respeito às 7 massas de água subterrânea identificadas na RH com estado global medíocre observa-se que as principais pressões significativas registadas que afetam o estado químico são sobretudo decorrentes da **poluição difusa com origem agrícola**. Verifica-se ainda que a **captação ou desvio de caudal para a agricultura e para outra finalidade** são as pressões significativas que mais afetam o estado quantitativo. As 6 massas de água subterrânea identificadas com estado global bom mas em risco de passarem ao estado químico medíocre apresentam como únicas pressões significativas as difusas com origem na agricultura. As 12 massas de água subterrânea identificadas com estado global bom mas em risco de passarem ao estado quantitativo medíocre apresentam como pressões significativas a captação ou desvio de caudal principalmente para a agricultura mas também para outra finalidade.

Relação Impacte-Pressão

Quadro 20 – Relação pressão, impacte e setor responsável nas massas de água superficial

Pressão significativa	Setor de atividade	Impacte significativo	Massas de água (n.º)	
Pontual	1.1 Pontual - Águas Residuais Urbanas	Urbano	NUTR - Poluição por nutrientes	4

Pressão significativa	Setor de atividade	Impacte significativo	Massas de água (n.º)	
Difusa	1.8 Pontual - Aquicultura	Indústria	NUTR - Poluição por nutrientes	1
	2.1 Difusa - Drenagem urbana	Urbano	NUTR - Poluição por nutrientes	5
		Agrícola	NUTR - Poluição por nutrientes	7
	2.2 Difusa - Agricultura		Turismo	QUIM - Poluição química
		QUIM - Poluição química		1
	2.6 Difusa - Águas residuais não ligadas à rede de drenagem	Urbano	NUTR - Poluição por nutrientes	5
			ORGA - Poluição orgânica	1
	2.10 Difusa - Outras	Pecuária	NUTR - Poluição por nutrientes	2
		Turismo	NUTR - Poluição por nutrientes	1
	Hidromorfológica	4.1.3 Alteração física do canal / leito / galeria ripícola / margens - Navegação	Transportes	ATMO - Alteração de habitats devido a modificações morfológicas
4.2.3 Barragens, açudes e comportas - Água para consumo humano		Urbano	ATHI - Alteração de habitats devido a variações hidrológicas	1
4.2.4 Barragens, açudes e comportas - Rega		Agrícola	ATHI - Alteração de habitats devido a variações hidrológicas	3
4.3.6 Alteração Hidrológica - Outros		Outro	ATHI - Alteração de habitats devido a variações hidrológicas	4
Biológica	5.1 Introdução de espécies e doenças	Outro	OTRO - Outro tipo de impacte significativo	5
Outra	8 Pressões antropogénicas - Desconhecidas	Outro	QUIM - Poluição química	4
			DESC - Tipo de impacte desconhecido	2

Pressão significativa	Setor de atividade	Impacte significativo	Massas de água (n.º)
TOTAL			57

A principal origem das pressões significativas, em número de massas de água superficial afetadas, são o **setor urbano** (28%), o **outro setor** com 26% (sendo 8,7% de origem biológica e 17,5% com origem desconhecida) e o **agropecuário** também com 26% (em que a agricultura representa 87% e a pecuária 13%).

Quadro 21 – Relação pressão, impacte e setor responsável nas massas de água subterrânea

Pressão significativa	Setor de atividade	Impacte significativo	Massas de água (n.º)
MASSAS DE ÁGUA COM ESTADO GLOBAL MÉDIOCRE			
Difusa	2.1 Difusa - Drenagem urbana	Urbano	NUTR - Poluição por nutrientes 1
	2.2 Difusa - Agricultura	Agrícola	NUTR - Poluição por nutrientes 5
QUIM - Poluição química 4			
Pontual	3.1 Captação / Desvio de caudal - Agricultura	Agrícola	EXDI - Extrações excedem os recursos hídricos subterrâneos disponíveis 4
			3.7 - Captação ou desvio de caudal - Outra
		SALI - Poluição salina / intrusão 1	
MASSAS DE ÁGUA COM ESTADO GLOBAL BOM E EM RISCO DE NÃO ATINGIR O BOM ESTADO QUÍMICO			
Difusa	2.2 Difusa - Agricultura	Agrícola	NUTR - Poluição por nutrientes 3
			QUIM - Poluição química 3
MASSAS DE ÁGUA COM ESTADO GLOBAL BOM E EM RISCO DE NÃO ATINGIR O BOM ESTADO QUANTITATIVO			
Pontual	3.1 Captação / Desvio de caudal - Agricultura	Agrícola	EXDI - Extrações excedem os recursos hídricos subterrâneos disponíveis 11

Pressão significativa	Setor de atividade	Impacte significativo	Massas de água (n.º)
3.7 - Captação ou desvio de caudal - Outra	Turismo	EXDI - Extrações excedem os recursos hídricos subterrâneos disponíveis 1	
		TOTAL	34

A principal origem das pressões e impactes significativos apresentados pelas massas de água subterrânea com estado global medíocre e também com estado global bom mas em risco de passar ao estado químico e quantitativo medíocre é o **setor agrícola** com 88%, seguindo-se o **turismo** com 9% e o **setor urbano** com 3%.

Parte 2B – Caracterização e Diagnóstico

Disponibilidades de água

Disponibilidades hídricas superficiais

Regime natural

A avaliação das disponibilidades hídricas superficiais em regime natural foi realizada por modelação hidrológica (modelo de Temez) para produzir séries de escoamento mensal a partir das séries de precipitação e de evapotranspiração potencial.

O período de referência 1930-2015 foi dividido em 1930-1988 e 1989-2015 uma vez que as variações de escoamento têm sofrido grandes alterações no final do século passado e neste século.

Verifica-se uma redução generalizada do escoamento no período 1989-2015 em relação ao período anterior de 1930-1988, sendo essa diminuição, em ano seco de 66%, em ano médio de 19% e em ano húmido de 27% (Figura 30).

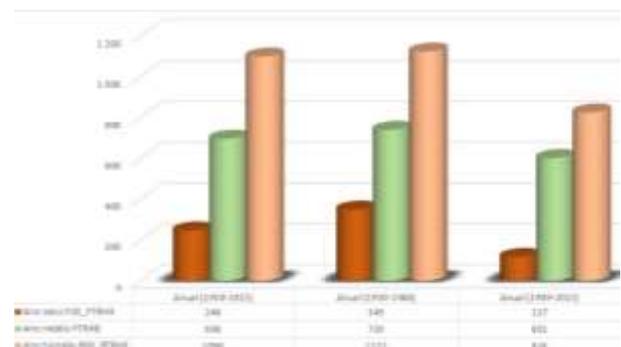


Figura 30 - Escoamento médio anual para os anos húmido, médio e seco na RH, para os três períodos de referência

Ao observar-se os valores mensais do escoamento médio para os anos húmido, médio e seco para o período de 1989-2015, verifica-se que em ano seco, o escoamento mensal diminui em todos os meses em relação ao ano médio, variando entre menos 96% em outubro até menos 75% em junho e julho (Figura 31).

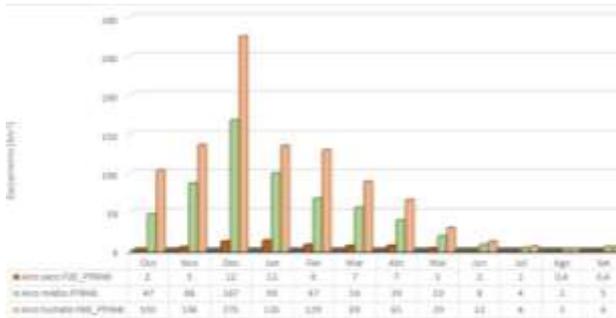


Figura 31 - Escoamento médio mensal para os anos húmido, médio e seco para o período de 1989-2015, na RH

Regime modificado

As disponibilidades potenciais de água em regime modificado foram estimadas através de um modelo de gestão de bacia que tem em conta a capacidade de armazenamento instalada a montante de cada secção.

Para efeitos de modelação consideram-se as aflúências a jusante de cada secção, às quais já foram retirados os volumes captados na secção a montante, obtendo-se assim as disponibilidades hídricas efetivamente disponíveis em cada seção modelada.

Verifica-se uma redução do escoamento no período 1989-2015 em relação ao período anterior de 1930-1988, sendo essa diminuição, em ano seco de cerca de 60%, em ano médio de cerca de 18% e em ano húmido de 41% (Figura 32).

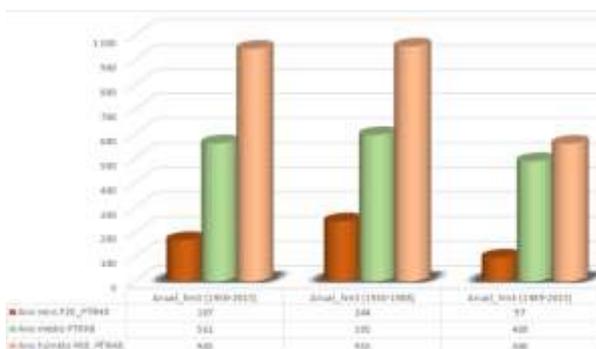


Figura 32 - Escoamento anual para o regime modificado para os anos húmido, médio e seco na RH, para os três períodos de referência

Apresentam-se na Figura 33 valores de escoamento em regime modificado mensal e anual para os anos húmido, médio e seco para o período de referência

1989-2015 na RH, verificando-se que, em ano seco, o escoamento mensal diminui em todos os meses em relação ao ano médio, exceto nos meses de julho e agosto nos quais não existe variação.

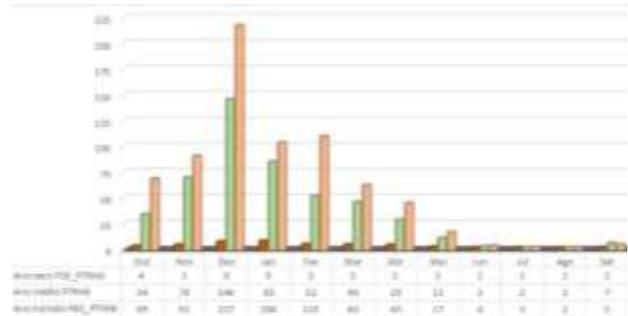


Figura 33 - Escoamento em regime modificado mensal para os anos húmido, médio e seco na RH, para o período de referência 1989-2015

O caudal ecológico corresponde ao regime de caudais que permite assegurar a conservação e a manutenção dos ecossistemas aquáticos naturais, incluindo os ecossistemas ripícolas, bem como o desenvolvimento e a produção das espécies aquícolas.

O regime de caudais ecológicos (RCE) é uma série temporal de caudais que devem ser mantidos e que variam em função das necessidades verificadas pelos ecossistemas aquáticos ao longo do ano hidrológico e das condições hidrológicas naturais que se verificam em cada ano (húmido ou seco). Este regime deve ser garantido em todas as massas de água, sendo fundamental para assegurar que os objetivos ambientais definidos para as massas de água sejam cumpridos.

A implementação de RCE surge também como uma importante medida de mitigação dos impactes resultantes da existência e exploração de infraestruturas hidráulicas contruídas nos cursos de água, contribuindo para alcançar os objetivos de qualidade definidos para as massas de água sujeitas a esta pressão, nos termos da legislação aplicável.

Disponibilidades hídricas subterrâneas

Correspondem ao volume de água que uma massa de água subterrânea pode fornecer em condições naturais. Está estreitamente relacionado com a recarga que ocorre, maioritariamente, devido à infiltração da precipitação.

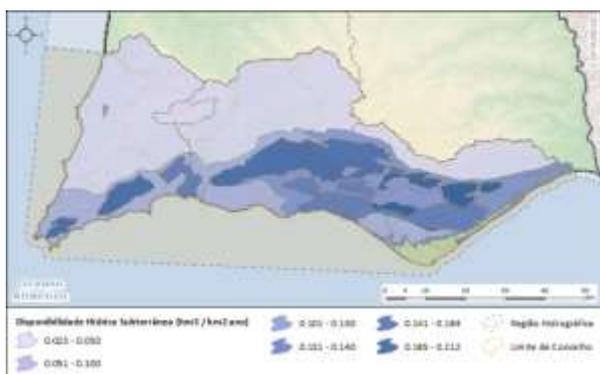


Figura 34 - Disponibilidade hídrica subterrânea por unidade de área na RH

Na RH, a disponibilidade de água está, associada a meios hidrogeológicos com grau de variabilidade alto, médio e baixo, sendo que o alto é aquele que apresenta maior volume disponível (Figura 34).

Balço entre disponibilidades e necessidades

Índice de escassez WEI+

O índice de escassez WEI+ surge no seguimento do WEI (Water Exploitation Index), que corresponde à razão entre a procura média anual de água e os recursos médios disponíveis a longo prazo e permite assim avaliar o stress hídrico a que se encontra sujeito um território. A avaliação da escassez, baseado no cálculo do WEI, divide-se em seis categorias (Quadro 22).

Quadro 22 - Categorias do índice WEI+

<10% - Sem escassez
[10% - 20% [- Escassez baixa
[20% - 30% [- Escassez moderada
[30% - 50% [- Escassez elevada
[50% - 70% [- Escassez severa
≥ 70% - Escassez extrema

Para **Portugal continental** foi obtido um WEI+ de 29,98% para o período 1930-2015, que configura uma situação de **escassez moderada** e de 34% para o período 1989-2015, que configura uma situação de **escassez elevada**. Os valores obtidos para a **RH** permitem concluir que **apresenta severa** nos períodos analisados (62% e 66% respetivamente).

O gráfico da Figura 35 apresenta os valores do WEI+ mensais para a RH, nos períodos de referência 1930-2015 e 1989-2015.

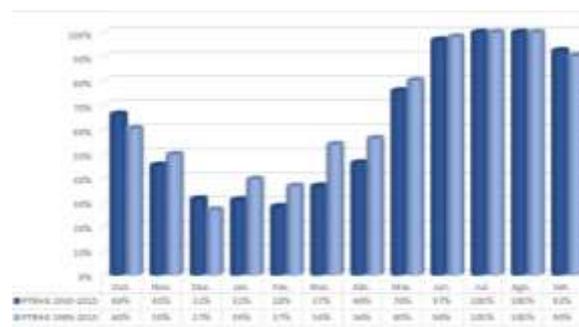


Figura 35 - WEI+ mensal para os períodos de referência 1930-2015 e 1989-2015, na RH

O mapa da Figura 36 apresenta os valores do WEI+ por sub-bacia hidrográfica.



Figura 36 - WEI+ por sub-bacia para o período 1989-2015, na RH

Coeficiente de escassez a aplicar na Taxa de Recursos Hídricos

A taxa de recursos hídricos (TRH) assume-se como um instrumento económico e financeiro essencial para a racionalização do aproveitamento dos recursos hídricos.

Por seu lado, os efeitos das alterações climáticas evidenciam a necessidade de reduzir drasticamente o uso de água. Nesse sentido, a alteração efetuada pela Lei da Fiscalidade Verde, determinou que, após a delimitação de sub-bacias hidrográficas nos PGRH, sejam aplicados coeficientes de escassez diferenciados a cada uma, devendo esses coeficientes variar entre 1 e 1,5 (Quadro 23).

Quadro 23 - Valores das classes do índice de escassez WEI+ e a sua correspondência com a variação do coeficiente de escassez a aplicar na TRH

Índice escassez WEI+ Classes	Coeficiente de escassez - TRH
<10% - Sem escassez	1,0
[10% - 20% [- Escassez baixa	1,1
[20% - 30% [- Escassez moderada	1,2
[30% - 50% [- Escassez elevada	1,3

Índice escassez WEI+	Coeficiente de escassez - TRH
Classes	
[50% - 70% [- Escassez severa	1,4
≥ 70% - Escassez extrema	1,5

Considerando os valores obtidos para o índice de escassez ao nível de cada uma das sub-bacias definidas para aplicação do referido coeficiente da TRH, foram definidos os coeficientes de escassez a aplicar que constam na tabela seguinte (Quadro 24).

Quadro 24 - Coeficiente de escassez a associar às sub-bacias na RH

Sub-bacia	Coeficiente de escassez - TRH
Arade	1,5
Barlavento	1,4
Sotavento	1,5
Costeiras do Barlavento	1,0
Costeiras entre o Barlavento e o Sotavento	1,0
Costeiras do Sotavento	1,0
Costeiras entre o Sotavento e o Guadiana	1,0
Ria Formosa	1,0

Caracterização climática

Segundo dados do *Copernicus Climate Change Service*, 2020 foi o ano mais quente a nível global, igualando o ano de 2016.

Em Portugal continental, a década de 2011-2020 foi a mais quente desde o ano de 1931, ultrapassando o anterior valor mais elevado que se verificou na década de 1991-2000, tendo ocorrido 7 ondas de calor em 2020.

Quanto à precipitação, a década 2011-2020 foi a segunda mais seca desde 1931 em Portugal continental, com uma diferença de apenas 5 mm em relação à década mais seca, que foi a de 2001-2010.

No ano de 2020 o valor médio de precipitação total anual correspondeu a cerca de 85% do valor normal. O ano de 2020 classificou-se como muito quente e seco.

Riscos

Um risco materializa um processo ou ação, natural ou tecnológico, com relevância socioeconómica e expressão territorial para o qual é preciso avaliar a sua probabilidade de ocorrência e estimar o seu impacto.

Como principais riscos naturais e tecnológicos que podem afetar o estado das massas de água existem riscos:

Naturais

- Secas e inundações;
- Erosão costeira;
- Incêndios florestais;
- Tsunamis;

Tecnológicos

- Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas e em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos;
- Colapso de pontes e aquedutos;
- Rutura de barragens;
- Acidentes em instalações fixas com substâncias perigosas.

As **secas** e a escassez de água são problemas crescentes na Europa que têm implicado tanto o aumento da temperatura média global como o aumento da frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremo.

Na última década ocorreram vários episódios de seca meteorológica (IPMA) sendo que uma das secas mais graves, quer em extensão territorial (100%) quer em intensidade, ocorreu entre 2004 e 2006. Estas alterações no regime de precipitação têm conduzido a secas hidrológicas, com elevados impactos ambientais e económicos.

O histórico da série de precipitações observadas **na RH8** permite verificar uma **ausência**, nos últimos 20 anos, **de anos húmidos ou muito húmidos** e uma maior ocorrência de períodos que atingem níveis de seca. Nesta região nos últimos dez anos a precipitação anual tem apresentando valores muito baixos, e desde o ano hidrológico de 2018/19 que a precipitação que ocorre não permite sair da situação de seca meteorológica, tendo atingido mínimos próximos da seca 1980/81, umas das mais severas.

As **inundações** são fenómenos hidrológicos extremos, de frequência variável, naturais ou induzidos pela ação humana. Na RH8 foram identificados, entre 2011 e 2018, oito eventos de inundação sendo que os de Albufeira (2018), Quarteira (2015) e Loulé/Boliqueime (2012) tiveram um impacto muito alto na população.

No âmbito do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) do 2º ciclo foram identificadas nesta RH, 12 Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações (ARSPI) tal como ilustra o mapa da Figura 37.

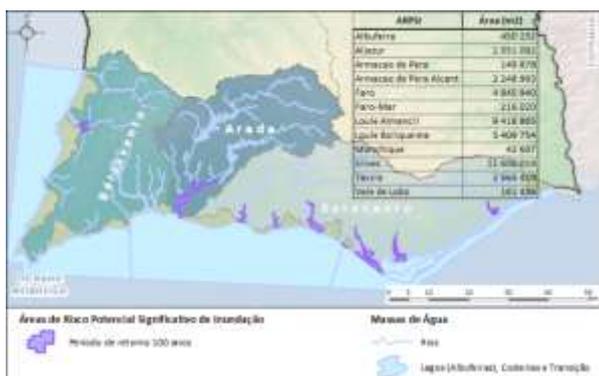


Figura 37 - Localização das ARPSI para a RH – 2.º ciclo

Cerca de 20% da totalidade da faixa costeira de Portugal Continental apresenta tendência erosiva de longo prazo, afetando o litoral baixo-arenoso constituído por sistemas praia-duna. Estima-se que cerca de 45 % do litoral baixo-arenoso seja afetado por **erosão costeira**.

No que se refere aos **incêndios florestais**, segundo dados do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF), uma tendência de diminuição no número de ocorrências desde 2006, em relação aos anos anteriores. O ano de 2020 registou o valor mais reduzido em número de incêndios e o quarto valor mais reduzido de área ardida, da década 2011-2020.

Os **tsunamis** são eventos raros associados à ocorrência de um sismo submarino forte, mas que ainda assim importa avaliar. Em Portugal Continental as regiões classificadas com suscetibilidade elevada distribuem-se ao longo de toda a costa Sul e Ocidental entre o Cabo de São Vicente e Peniche, assim como as zonas estuarinas e lagunares existentes ao longo da linha de costa. A RH8 apresenta elevada suscetibilidade à ocorrência deste risco.

A perigosidade de uma **barragem** é caracterizada em função da respetiva altura e do volume da albufeira e dos danos potenciais resultantes da rutura.

Na RH8 existem nove grandes barragens abrangidas pelo Regulamento de Segurança de Barragens, sendo que quatro são Classe I, três da Classe II e duas não estão classificadas.

Os **acidentes em equipamentos ou instalações industriais fixas** envolvendo a descarga de substâncias perigosas para o meio hídrico são riscos particularmente relevantes. A ocorrência deste tipo de risco pode estar associada a diferentes fontes de poluição. Face às consequências para o meio hídrico definiu-se uma escala de severidade para qualificar a importância de um eventual episódio de poluição accidental (Quadro 25).

Quadro 25 - Classificação de severidade dos impactes por tipologia de atividade

Tipologia das atividades	Severidade para a massa de água	Índice de severidade
Instalações Seveso	Muito elevada	5
Instalações PCIP (exceto pecuárias e aviários)	Elevada	4
Unidades do setor químico	Moderada	3
Instalações PCIP - pecuárias		
Unidades de Gestão de Resíduos e lixeiras seladas		
ETAR urbanas (> 2000 e.p.)	Baixa	2
Instalações PCIP - aviários		
Instalações portuárias	Muito baixa	1
Minas		
Postos abastecimento/ Estações de serviço		
Emissários submarinos		
Infraestruturas de transporte de matérias perigosas		

Na RH, as infraestruturas de transporte de matérias perigosas que incluem ferrovias, gasodutos e rodovias são as instalações que abrangem maior número de massa de água, seguindo-se os postos de abastecimento/estações de serviço, estando ambas as categorias classificadas com severidade muito baixa. Com severidade muito elevada destacam-se as instalações Seveso, abrangendo quatro massas de água superficiais.

O mapa da Figura 38 ilustra as massas de água diretamente afetadas por eventuais descargas poluentes accidentais, por classe de severidade.

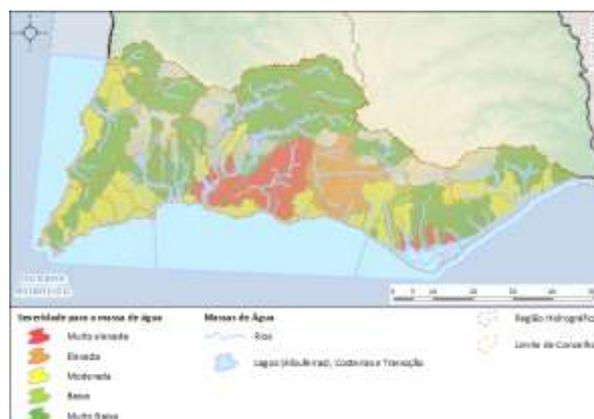


Figura 38 - Massas de água diretamente afetadas por eventuais descargas poluentes accidentais, por classe de severidade

Parte 3 - Análise económica

Caracterização Sócio Económica

Os indicadores mais relevantes do ponto de vista socioeconómico, para caracterização da Região Hidrográfica, são a **população** e o **saldo das**

importações e exportações. As respetivas evoluções são apresentadas nas figuras seguintes.



Figura 39 - População residente na RH

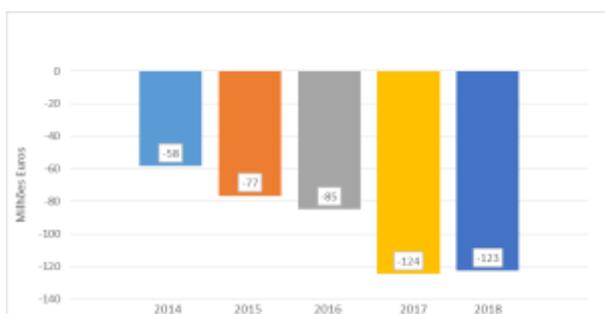


Figura 40 - Saldo das exportações e importações na RH (M€)

Perante a análise das importações e exportações, é possível concluir que o saldo do rácio entre estes dois indicadores oscilou entre a subida e a descida. Em 2015 desceu cerca de 31,7%; em 2016 desceu 11%; em 2017 voltou a descer cerca de 46,5% e em 2018 verificou-se uma subida na ordem dos 1,5%, sendo que o **decréscimo entre 2014 e 2018 foi de 110,7%**.

Caracterização dos setores utilizadores da água na região

Setor urbano

Do ponto de vista da caracterização do setor urbano, importa realçar a **acessibilidade física** e a **ligação aos serviços**, a **água faturada e não faturada**, as **perdas físicas de água** (expressas em %) e a **capitação de água** (litros/habitante.dia).

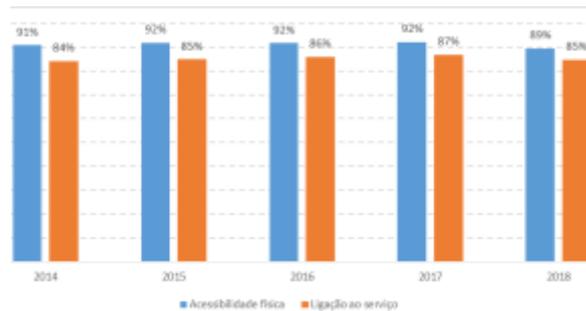


Figura 41 - Acessibilidade física e ligação ao serviço AA em baixa na RH

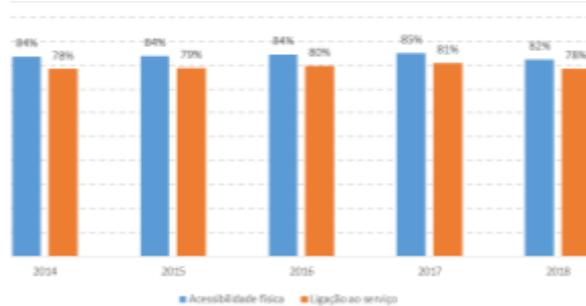


Figura 42 - Acessibilidade física e ligação ao serviço AR em baixa na RH

Nesta RH, em 2018, o valor **da acessibilidade física em AA é de 89%** e o valor **da ligação efetiva a este serviço é de 85%**. No que diz respeito ao **serviço de AR**, a **acessibilidade física é de 82%** e a **ligação de 78%**, valores com muita margem para melhoria.

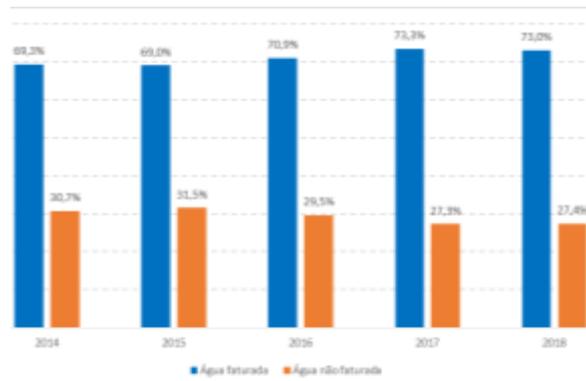


Figura 43 - Água faturada e não faturada nos sistemas de abastecimento em baixa na RH

O **volume de água não faturada** em baixa nesta região hidrográfica representa cerca de **7% do volume total** de água não faturada registado em Portugal continental no ano de 2018.

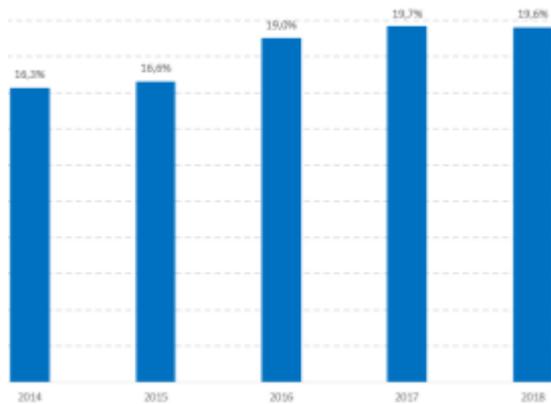


Figura 44 - Perdas físicas de água (em %) nos sistemas de abastecimento em baixa na RH

Observa-se que as **perdas físicas nesta RH, em função da água entrada nos sistemas, em 2018, representam 19,6%**, enquanto para Portugal continental esse valor é de 21,2%.

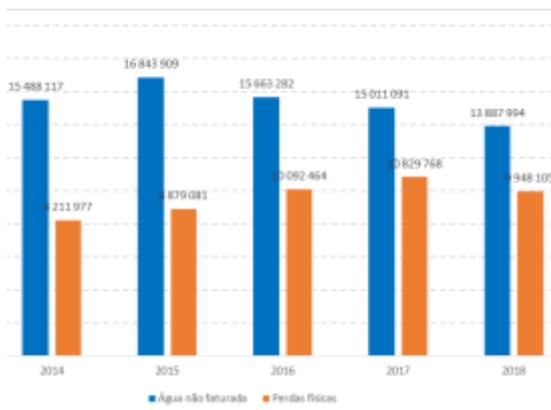


Figura 45 - Valor económico da água não faturada e das perdas físicas em baixa entre 2014 e 2018 na RH (euros/ano)

Em 2018, nesta região hidrográfica, o **valor económico da água não faturada ascende a cerca de 13,9 milhões de euros**, enquanto o **valor económico das perdas físicas de água é de cerca de 9,9 milhões de euros** (considerando no cálculo o encargo médio em €/m³ apurado para a região hidrográfica).



Figura 46 - Capitação de água na RH (litros/habitante.dia)

Os valores da capitação de água apurados para esta região hidrográfica revelam uma **subida entre 2016 e 2017**, sendo bastante superiores aos registados para Portugal continental.

Agricultura e pecuária

A **evolução do número de empresas** (organizações nas quais os empresários e os trabalhadores produzem e vendem bens ou serviços) neste setor de atividade económica na região hidrográfica e sua comparação com a verificada em Portugal continental é a apresentada na figura seguinte.

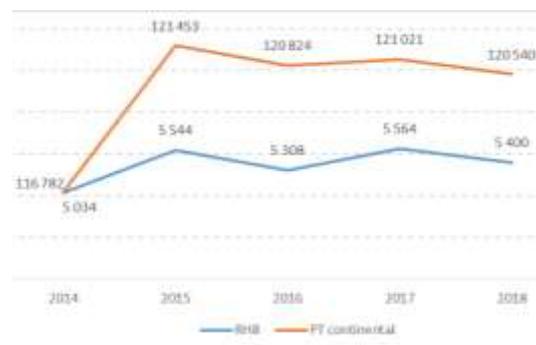


Figura 47 - Evolução do número de empresas no setor de atividade económica "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" (2014-2018)

Observa-se um **aumento do número de empresas neste setor de atividade económica na região hidrográfica entre 2014 e 2018 (7,3%)**, mais significativo do que o verificado para Portugal continental (aumento de 3,2%), apesar da tendência de descida de 2017 para 2018 em ambas as escalas. Em 2018, o número de empresas neste setor de atividade na RH representa cerca de 4% do total de Portugal continental.

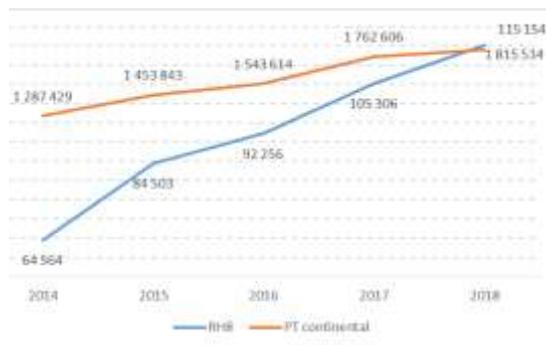


Figura 48 - Evolução do VAB das empresas do setor de atividade económica “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (2014-2018) (milhares de euros)

O VAB referente ao setor de atividade económica “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” registou um **fortíssimo aumento nesta região hidrográfica entre 2014 e 2018** (78,4%, a subir desde 2014), mais expressivo do que o que se verificou para Portugal continental (41%). Em 2018, o VAB deste setor na RH representa cerca de 6% do total de Portugal continental.

Pesca

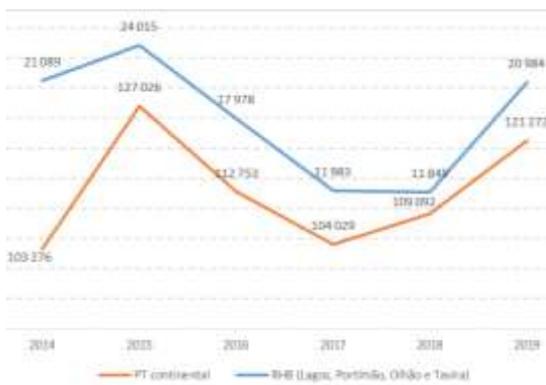


Figura 49 - Evolução das capturas nominais em quantidade (2014-2019) (toneladas)

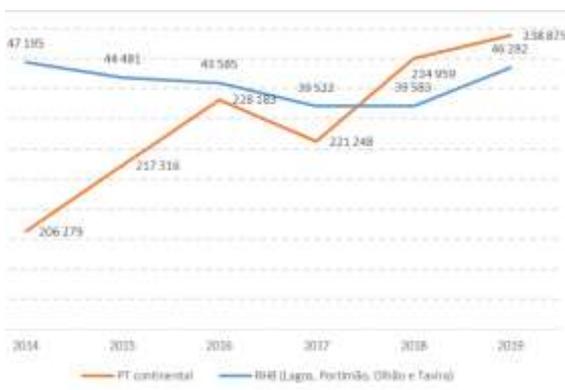


Figura 50 - Evolução das capturas nominais em valor (2014-2019) (milhares de euros)

Constata-se que no porto de Olhão, um dos mais importantes do País, as **quantidades de pescado têm vindo a subir desde 2017**. Em 2019, no porto de Olhão, foi descarregado cerca de 11% das capturas nominais de pescado a nível do continente em quantidade (9% em valor). Por seu lado, no porto de Portimão (o segundo mais relevante da região), a quantidade de pescado descarregado e o valor do mesmo corresponde a 5% do continente.

Aquicultura

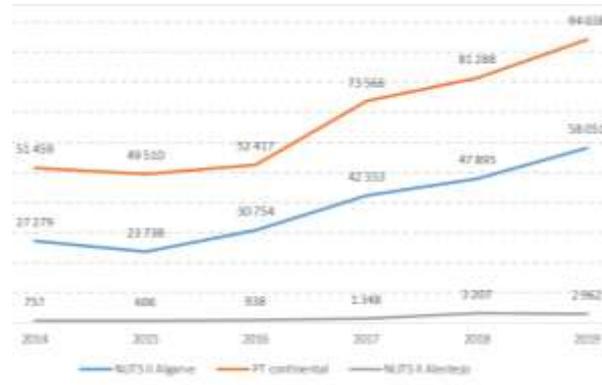


Figura 51 - Evolução da produção de aquicultura em valor (2014-2019) (milhares de euros)

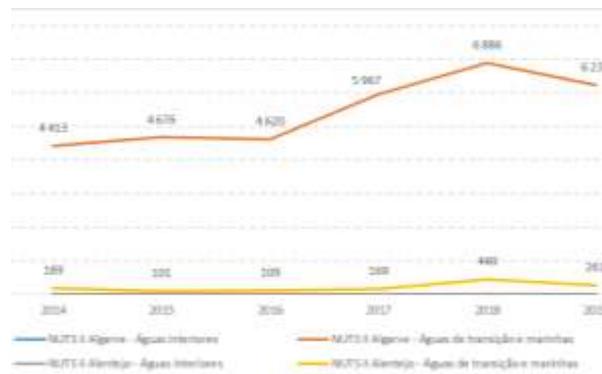


Figura 52 - Evolução da produção de aquicultura em quantidade por tipo de águas (2014-2019) (toneladas)

Não existindo disponíveis valores correspondentes exclusivamente à RH8, apresentam-se os valores apurados para a NUTS II Algarve e para a NUTS II Alentejo. No caso da NUTS II Algarve o valor máximo de produção registou-se em 2018 (6 886 toneladas) e o valor mínimo em 2014 (4 413 toneladas). Em termos de valor, o mais elevado observado no período em análise foi de 58 051 mil euros (2019) e o menor de 23 738 mil euros (2015). Para a NUTS II Alentejo os valores máximos de produção e de valor registaram-se em 2018 (440 toneladas; 3 207 mil euros) e os valores mínimos em 2015 (101 toneladas; 606 mil euros).

Indústria extrativa

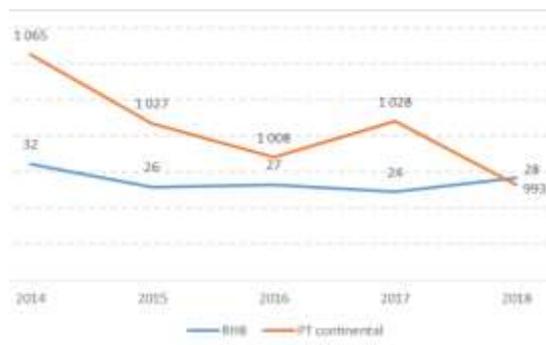


Figura 53 - Evolução do número de empresas no setor de atividade económica “Indústrias Extrativas” (2014-2018)

Verifica-se uma **diminuição do número de empresas neste setor de atividade económica na região hidrográfica** (-11,8%), no período temporal 2014-2018, mais acentuada do que a que se registou para Portugal continental (-6,8%).

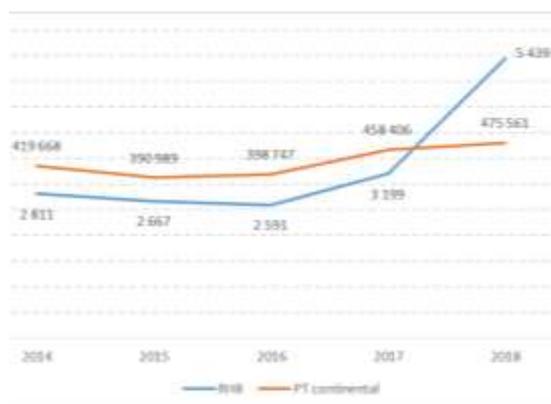


Figura 54 - Evolução do VAB das empresas do setor de atividade económica “Indústrias Extrativas” (2014-2018) (milhares de euros)

O VAB referente ao setor de atividade económica “Indústrias Extrativas” registou um **forte aumento nesta região hidrográfica entre 2017 e 2018**, mais acentuado do que o que se verifica para Portugal continental.

Indústria transformadora

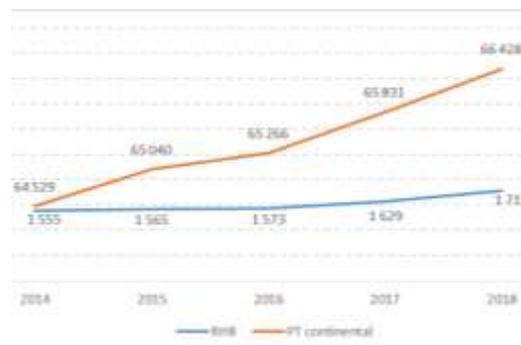


Figura 55 - Evolução do número de empresas no setor de atividade económica “Indústrias transformadoras” (2014-2018)

Verifica-se um **aumento do número de empresas neste setor de atividade económica na região hidrográfica** (10,2%), no período temporal 2014-2018, mais expressivo do que o verificado em Portugal continental (2,9%).

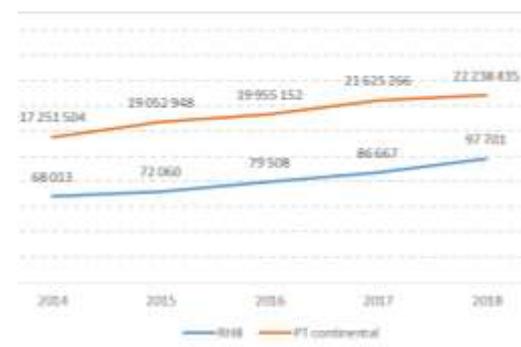


Figura 56 - Evolução do VAB das empresas do setor de atividade económica “Indústrias Transformadoras” (2014-2018) (milhares de euros)

O VAB referente ao setor de atividade económica “Indústrias Transformadoras” registou um **significativo aumento nesta região hidrográfica**, superior ao que se verificou ao nível de Portugal continental.

Energia

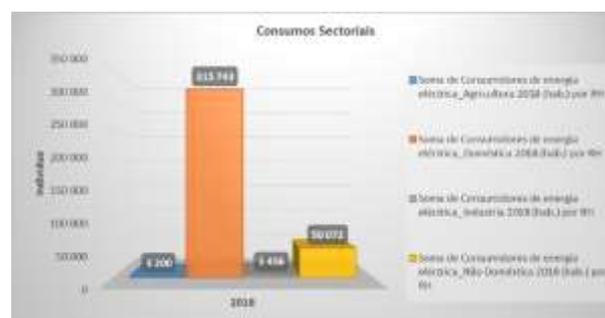


Figura 57 - Consumos comparativos entre setores na RH (2018)

Analisando os consumos para 2018 entre os vários setores, pode-se constatar que os **consumidores domésticos representam 84% do consumo total**.



Figura 58 - Fontes de produção bruta de energia (2014-2018)

Em **Portugal**, em 2018, a produção de energia foi de 57 901 GWh, sendo cerca de 54% de origem térmica, 23% de origem hídrica, 21% de origem eólica e apenas 2% de origem solar.

Nas figuras seguintes observa-se o consumo das várias fontes de energia para os vários setores em 2018 em **Portugal**.

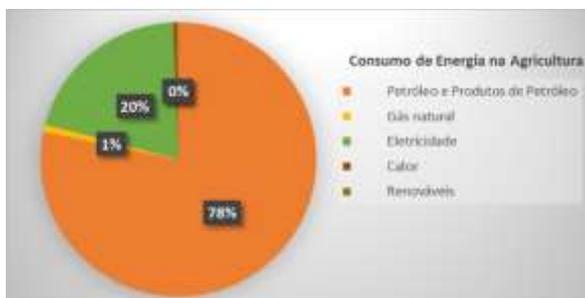


Figura 59 - Agricultura e Pescas (2018)



Figura 60 - Indústria (2018)

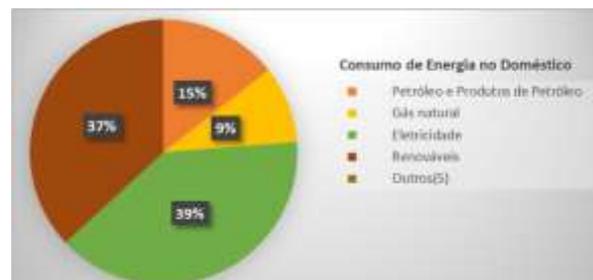


Figura 61 - Doméstico (2018)

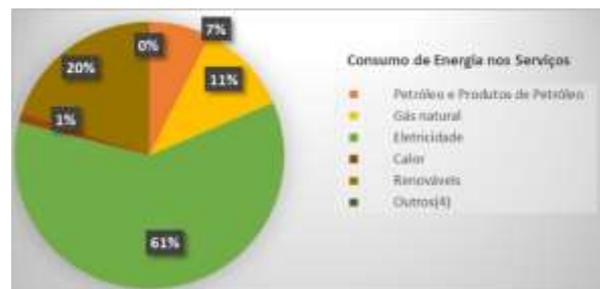


Figura 62 - Serviços (2018)

Turismo

A variação do número de dormidas, do número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, do número de empresas de alojamento, restauração e similares e do pessoal ao serviço destas empresas na RH, evidenciando-se, em todos estes indicadores, uma **clara tendência de crescimento ao longo do período 2014-2018**.

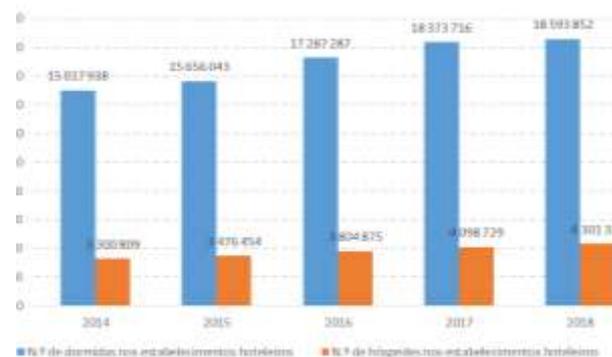


Figura 63 - Variação do número de dormidas e do número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros na RH (2014-2018)

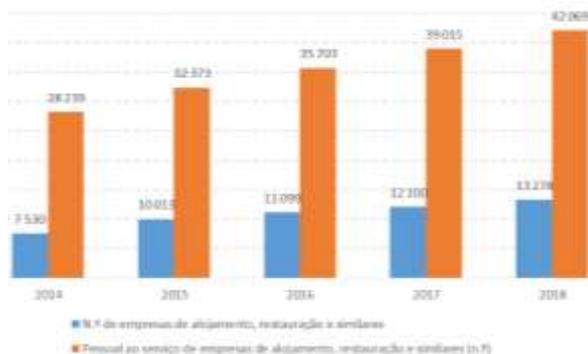


Figura 64 - Variação do número de empresas de alojamento, restauração e similares e do pessoal aos serviços destas empresas na RH (2014-2018)

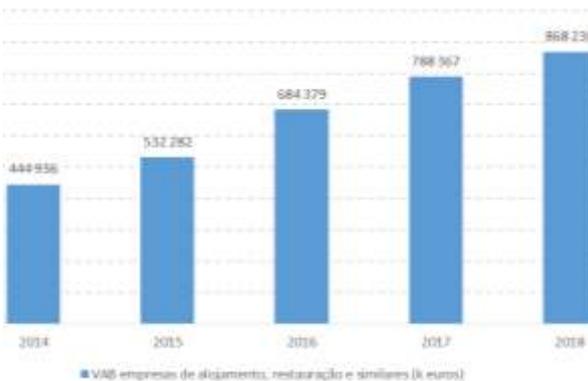


Figura 65 - Evolução do VAB das empresas de alojamento, restauração e similares na RH (2014-2018) (milhares de euros)

A análise da evolução do VAB das empresas de alojamento, restauração e similares nesta RH permite concluir da **evolução significativa da atividades turística nesta RH durante o período em apreço**.

Política de preços da água

Taxa de Recursos Hídricos (TRH)

O regime económico e financeiro dos recursos hídricos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na sua redação atual, constitui um instrumento fundamental na concretização dos princípios que orientam o regime consagrado na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), nomeadamente os princípios do valor social, da dimensão ambiental e do valor económico da água. Em concreto, a taxa de recursos hídricos (TRH), assume-se como um instrumento económico e financeiro essencial para a racionalização do aproveitamento dos recursos hídricos com base num princípio de equivalência, ou seja, na ideia fundamental de que o utilizador dos recursos hídricos deve contribuir na medida do custo

que imputa à comunidade ou na medida do benefício que a comunidade lhe proporciona, desígnios que se mantêm atuais.

A base tributável da TRH é constituída pela soma das suas seis componentes (TRH = A + E + I + O + U + S), a saber:

- **Componente A:** Utilização privativa de águas do domínio público hídrico do Estado (DPHE);
- **Componente E:** Descarga, direta ou indireta, de efluentes sobre os recursos hídricos, suscetíveis de causar impacto significativo;
- **Componente I:** Extração de inertes do DPHE;
- **Componente O:** Ocupação de terrenos do DPHE e à ocupação e criação de planos de água;
- **Componente U:** Utilização privativa de águas, qualquer que seja a sua natureza legal, sujeitas a planeamento e gestão públicos, suscetíveis de causar impacto significativo;
- **Componente S:** Utilização privativa de águas, qualquer que seja a sua natureza ou regime legal, captado ou utilizado para os sistemas de água de abastecimento público.

As componentes da TRH são sempre calculadas multiplicando um determinado volume/ quantidade de poluentes/ área ocupada por um valor de base, variável caso a caso e por setor. A aplicação das componentes é cumulativa, ou seja, para uma mesma utilização, como por exemplo numa captação de água, pode haver lugar ao pagamento de mais do que uma componente, como seja a ocupação do domínio público para além dos volumes captados, que podem incluir várias finalidades. Cada uma das componentes pode estar sujeita à aplicação de reduções ou isenções, de acordo com o estabelecido nos diplomas legais em vigor.

Numa análise efetuada ao período compreendido entre 2014 e 2019, verifica-se que a **receita apurada** proveniente da TRH anualmente na RH oscila entre 6,13% e 8,70% da correspondente no continente, destacando-se ainda a componente S que, de forma global, representa 4,93%, aproximadamente. Em termos de componentes afetas ao cálculo da TRH, verifica-se que a **componente O** constitui quase 44% do valor total de receita apurada, seguindo-se as componentes A, E, U, e S com 26%, 19%, 6,5% e 4,5%, respetivamente. Não existiu receita apurada proveniente da componente I (extração de inertes) na RH no período analisado.

Em termos de **receita efetiva** observou-se uma subida constante ao longo do período em análise sendo possível verificar que a componente O é determinante para o valor total de receita efetiva, sendo a sua contribuição significativamente superior à registada no

continente, ao passo as componentes A e E contribuem de forma menos considerável que a observada a nível nacional. No mesmo período e de forma global, constatou-se que a contribuição da receita efetiva de TRH proveniente de utilizações dos recursos hídricos efetuadas na RH representa 8% face à receita total arrecadada no continente, ou seja, ligeiramente superior à obtida para a receita apurada (7,88%).

M € - Milhões de euros

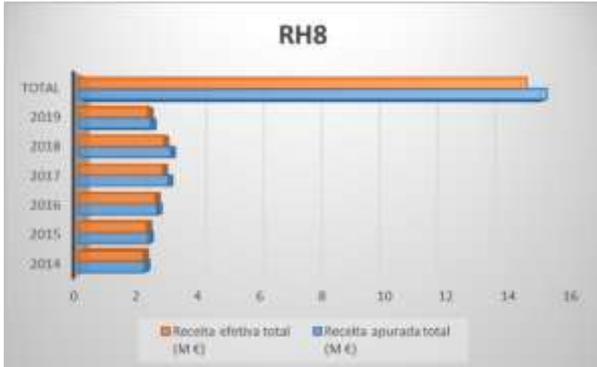


Figura 66 - Comparação entre a receita total de TRH apurada e efetiva

De um modo geral, é possível constatar que a relação entre a receita efetiva e apurada na RH apresenta o mesmo comportamento que no continente, ou seja, sempre inferior. Contudo, em termos globais na RH, a receita efetiva representa 96% da receita apurada, valor ligeiramente superior ao do continente (94%).

M € - Milhões de euros

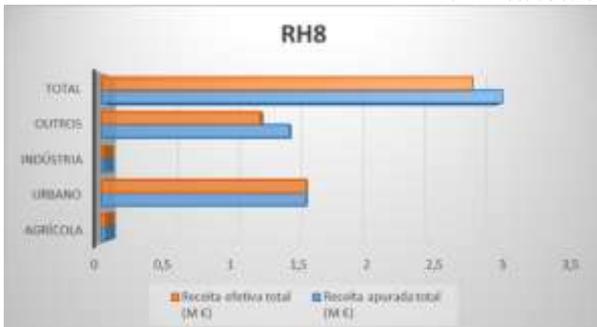


Figura 67 - Comparação entre a receita de TRH apurada e efetiva, por setor em 2018

No que diz respeito à distribuição das receitas apurada e efetiva pelos setores de atividade, verificou-se que, em 2018, o setor urbano foi o maior contribuinte (51,1% do total de receita apurada e 55,2% do total de receita efetiva), seguindo-se os outros setores (onde se incluem p.e. a aquicultura, marinhas de sal, apoios de praia e outros usos) e de forma distanciada a agricultura e a indústria. Relativamente à agricultura, e apesar da sua importância como setor de atividade, a TRH paga não reflete a sua pressão nos recursos hídricos, havendo a necessidade de incrementar a fiscalização e o licenciamento.

Sistema tarifário

Setor urbano

Os indicadores de acessibilidade económica dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais) avaliam o peso do encargo médio, para um consumo de 120 m³/ano (12 x 10 m³/mês), com tais serviços no rendimento médio disponível por agregado familiar na área de intervenção do sistema/entidade gestora e depois agregados por RH.

Nas figuras seguintes apresenta-se a evolução do encargo médio, para um consumo de 120 m³/ano, com os serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e total nesta RH e sua comparação com Portugal continental, no período compreendido entre 2014-2018.



Figura 68 - Evolução da acessibilidade económica do serviço de AA em baixa (2014-2018)

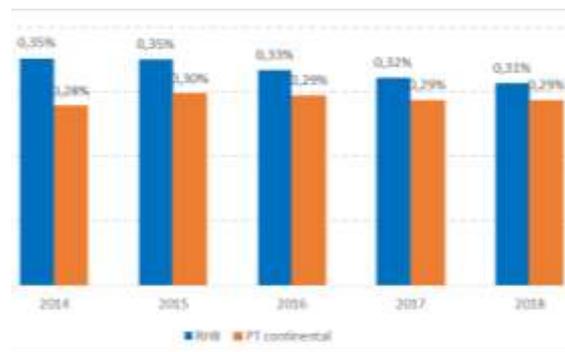


Figura 69 - Evolução da acessibilidade económica do serviço de AR em baixa (2014-2018)

Nesta RH, o peso do encargo médio para um consumo de 120 m³/ano, com o serviço de abastecimento de água no rendimento médio disponível por agregado familiar é inferior ao valor calculado para Portugal continental em todos os anos do período em análise, o contrário acontecendo no que concerne ao serviço de saneamento de águas residuais. No conjunto de ambos os serviços, a diferença entre os pesos verificados na região hidrográfica e em Portugal continental foi sendo

esbatida, convergindo para este último ao longo do período temporal em análise.



Figura 70 - Evolução da acessibilidade económica dos serviços de AA+AR em baixa (2014-2018)

Setor agrícola

A maior parte do regadio ocorre em explorações agrícolas individuais, com soluções implementadas pelos respetivos proprietários. No entanto, em muitos casos foram implementados os denominados Aproveitamentos Hidroagrícolas (AH), cujas receitas oriundas do fornecimento de água à agricultura estão previstas no Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril:

- **Taxa de Beneficiação** – destinada ao reembolso da percentagem do custo de investimento não financiado a fundo perdido;
- **Taxa de Conservação** – destinada à cobertura dos custos de conservação das infraestruturas;
- **Taxa de Exploração** – destinada à cobertura dos custos de gestão e exploração da obra e os custos cobrados por entidades fornecedoras de água a montante;
- **Taxa de Conservação e Exploração para atividades não agrícolas** - destinada à cobertura dos custos de gestão e exploração da obra e os custos cobrados por entidades fornecedoras de água a montante.

A forma de aplicação das taxas varia consoante o AH.

Quadro 26 - Serviços coletivos de abastecimento de água para rega na RH

AH	Grupo	Tutela	Ano conclusão
Alvor	II	DGADR	1959
Silves, Lagoa e Portimão	II	DGADR	1956
Sotavento Algarvio	II	DGADR	1998
Várzea do Benaciate	III	DGADR	1956
Malhada do Peres	IV	DRAP	2004
Pinhal	IV	DRAP	2004
Vale de Loulé	IV	DRAP	2004

Caracterização Económico Financeira

Nível de recuperação de custos (NRC)

Para os setores urbano e agrícola foram construídos três indicadores relevantes em termos da avaliação da recuperação dos custos dos serviços de águas, segundo a metodologia da Diretiva Quadro da Água, considerando, em cada um deles, a inclusão ou não de subsídios:

- **NRC financeiro (NRC-F)**, que avalia em que medida as receitas obtidas pelas entidades gestoras cobrem os custos financeiros dos serviços urbanos de águas que prestam;
- **NRC de exploração (NRC-E)**, que avalia em que medida as receitas obtidas pelas entidades gestoras cobrem os custos de exploração dos serviços urbanos de águas que prestam;
- **NRC por via tarifária (NRC-VT)**, que avalia em que medida as receitas tarifárias obtidas pelas entidades gestoras cobrem os custos (financeiros ou de exploração) dos serviços urbanos de águas que prestam.

Estes indicadores (NRC financeiro, NRC de exploração e NRC por via tarifária) permitem aferir em que extensão as receitas provenientes dos utilizadores (receitas tarifárias) e outras receitas cobrem os custos inerentes à prestação dos serviços respetivos e de que forma os subsídios atribuídos (ao investimento ou à exploração) são ou não representativos e podem influenciar as tarifas a pagar pelos consumidores.

NRC financeiro

- Rácio entre receitas totais e custos financeiros;
- As receitas totais incluem as receitas tarifárias, outras receitas e subsídios (ao investimento e à exploração);
- Os custos financeiros incluem custos de depreciação e amortização, custos de exploração e outros custos.

NRC de exploração

- Para o setor urbano, os custos de exploração são calculados considerando o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE), os custos com pessoal, as provisões e outros custos e perdas;
- Os custos considerados são os custos de exploração;
- São consideradas as mesmas receitas do que para o cálculo do NRC financeiro.

NRC por via tarifária (financeiro e de exploração)

- Apenas considera, como receitas, as receitas tarifárias;

- Os custos considerados são os custos financeiros (NRC por via tarifária – financeiro) e os custos de exploração (NRC por via tarifária – exploração).

Setor urbano

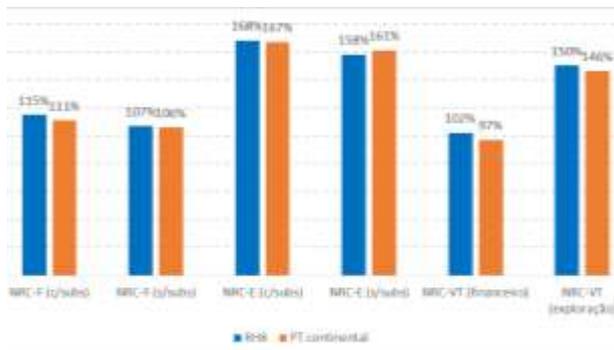


Figura 71 - NRC das entidades gestoras de abastecimento de água (AA) na RH

Verifica-se que para o serviço de abastecimento de água as receitas totais desta RH representam 7,5% das receitas totais do serviço em Portugal continental e que o peso dos custos totais no todo continental é ligeiramente inferior (7,3%).

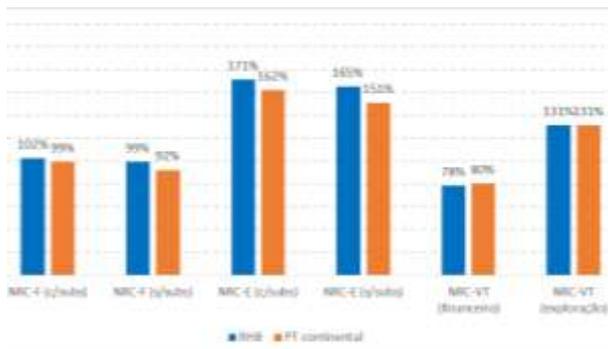


Figura 72 - NRC das entidades gestoras de saneamento de águas residuais (AR) na RH

No que diz respeito ao serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, observa-se que as receitas totais na região hidrográfica correspondem a 8,6% das receitas totais do serviço no todo continental, e os custos totais representam um valor sensivelmente igual (8,3%).

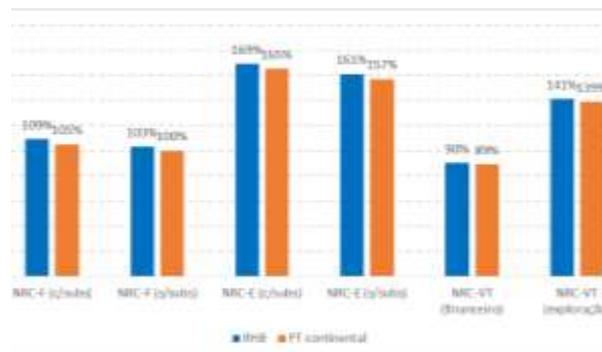


Figura 73 - NRC das entidades gestoras de AA+AR na RH

Analisando receitas e custos totais da globalidade do ciclo urbano da água (abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais), constata-se que as receitas totais na região hidrográfica representam 8,0% das receitas totais em todo continental, e os custos totais representam um valor ligeiramente inferior (7,7%).

Da análise conclui-se que para Portugal continental o NRC financeiro (sem subsídios) do serviço de águas residuais continua a ser inferior ao do serviço de abastecimento de água (106% em AA, 92% em AR e 100% em AA+AR). A mesma conclusão pode ser retirada para a RH, onde se regista um NRC financeiro (sem subsídios) de 107% em AA e 99% em AR e de 103% em AA+AR.

Setor agrícola

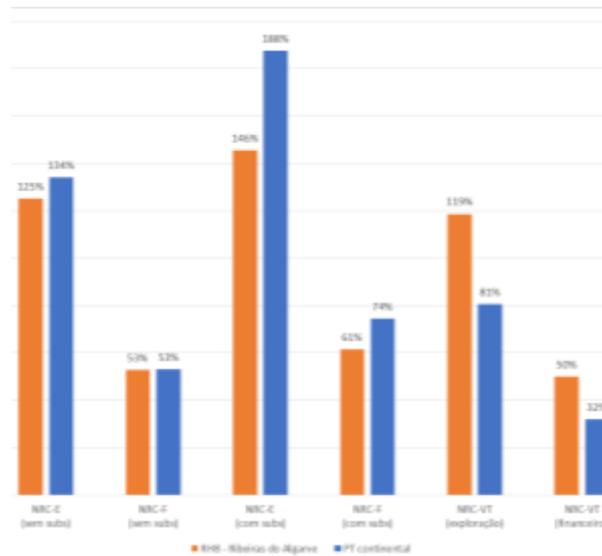


Figura 74 - NRC dos aproveitamentos hidroagrícolas (AH) na RH (tutela DGADR)

Analisando as receitas e custos totais, constata-se que as receitas totais (com subsídios) dos AH na região hidrográfica representam 4,7% das receitas totais (com

subsídios) em Portugal continental, e os custos totais representam um valor ligeiramente superior (5,6%).

O NRC de exploração (sem subsídios) na RH é de 125% (134% no continente), o que significa que as receitas cobrem a totalidade dos custos de exploração.

Verifica-se que o NRC financeiro (sem subsídios) é de 53%, igual ao valor apurado para o continente.

Quanto ao NRC por via tarifária - exploração, observa-se um valor de 119% na RH e de 81% para Portugal continental, o que significa, para o caso da região hidrográfica, que as receitas tarifárias cobrem os custos de exploração e manutenção dos AH. No que diz respeito ao NRC por via tarifária - financeiro, verifica-se que o mesmo é de 50% na RH e de 32% em Portugal continental. Em ambos os casos, as receitas tarifárias ficam muito aquém de cobrirem os custos financeiros dos AH.

Relativamente aos utilizadores agrícolas particulares considera-se que existe um autosserviço de água, que inclui a construção, exploração e manutenção de captações subterrâneas e superficiais para uso próprio, cujos custos são internalizados, beneficiando de apoios comunitários como o PDR 2020 e os que agora se preveem na nova PAC.

Setor industrial

Relativamente à indústria, incluindo a produção de energia, o que se observa é um autosserviço de água, que inclui a construção, exploração e manutenção de captações subterrâneas e superficiais para uso próprio, considerando-se que todos os custos financeiros associados à atividade são recuperados.

Parte 4 - Cenários prospetivos

A elaboração dos cenários prospetivos no âmbito do PGRH tem por objetivo, numa perspetiva estratégica, **identificar as dinâmicas dos diferentes setores económicos e a sua evolução**, traduzidas na forma de pressões e respetivos impactes sobre os recursos hídricos.

A definição dos cenários prospetivos inicia-se com a identificação e análise das principais linhas de orientação das políticas setoriais consubstanciadas em planos estratégicos, programas de ação, bases orientadoras, entre outros, relativos aos principais setores utilizadores de água: urbano, indústria, agricultura e pecuária, turismo, energia, pesca e aquicultura e navegação.

Foi levada a cabo a **síntese dos cenários socioeconómicos previstos para Portugal nos**

próximos anos, tendo por base as informações disponibilizadas pelas principais instituições nos documentos de referência nacionais nesta matéria (e.g. Ministério das Finanças, Banco de Portugal, AICEP Portugal Global).

A pandemia de COVID-19 – doença provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 – afetou de forma profunda a economia portuguesa e mundial em 2020 e anos seguintes. As medidas de contenção da crise sanitária e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano 2020. As projeções para a evolução da economia nacional assumiram que as restrições fossem gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade económica tenha ficado condicionada até ao momento da implementação de uma solução médica eficaz (vacinação da população). A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, desempenhando um papel fundamental na dinâmica de recuperação (Banco de Portugal, 2020).

As repercussões da invasão militar da Ucrânia, lançada pela Federação Russa em fevereiro de 2022, também continuam a ter um impacte negativo naquela que vinha sendo a recuperação económica mundial na sequência da pandemia. O impacte económico decorre sobretudo da escalada de preços de certos produtos, da desaceleração geral do Produto Interno Bruto (PIB) das economias europeias e do aumento combinado da dívida dos países e das taxas de juro.

É necessário ter em conta que o crescimento de alguns setores encontra-se diretamente relacionado com o crescimento económico do País e interfere com a realização de novos projetos e investimentos sobre os quais assenta o desenvolvimento de outras atividades económicas.

Neste contexto, foram desenvolvidos cenários de desenvolvimento para cada setor, com base na análise conjugada dos seguintes elementos:

- Cenários oficiais de desenvolvimento socioeconómico;
- Análise das principais políticas setoriais.

De modo a representar o clima de incerteza referido são definidos três cenários prospetivos:

- Cenário *business as usual* (BAU), que prevê a concretização das políticas setoriais, considerando caso a caso a adaptação às tendências atuais de evolução dos setores analisados;

- Cenário minimalista, face às tendências atuais dos setores analisados;
- Cenário maximalista, que prevê maior dinamização e crescimento dos setores.

Estes cenários são desenvolvidos de acordo com os seguintes horizontes de planeamento:

- Situação atual: 2021;
- Curto prazo: 6 anos (2027);
- Médio prazo: 12 anos (2033).

Políticas públicas setoriais

A complexidade das questões relacionadas com o planeamento e a gestão da água implica uma articulação coesa e estruturada com as restantes políticas setoriais, tendo em conta a sua natureza transversal aos vários setores de atividade e pelo facto de ser afetada, muitas vezes de forma negativa, por tais setores.

Neste âmbito, tendo presente o extenso quadro de políticas setoriais vigentes que se cruzam com as políticas da água, levou-se a cabo um exercício de inventariação dos **principais planos, programas e estratégias** enquadramentos das políticas para os setores de atividade com maior ligação e impacte expectável nos recursos hídricos, identificando-se os principais objetivos e os setores influenciados por cada um deles, e para os quais terá que ser assegurada a coerência de opções. As estratégias, programas e planos nacionais e internacionais foram agrupados da seguinte forma:

- Estratégias para o ambiente;
- Estratégia de ordenamento do território;
- Estratégias setoriais.

A análise documental efetuada teve como objetivo identificar e sistematizar as principais linhas orientadoras a nível setorial, local, regional, nacional e internacional, que contribuem para uma melhoria do planeamento e gestão dos recursos hídricos, promovendo o Bom estado das massas de água e a sua compatibilização com o desenvolvimento económico.

Evolução das principais pressões

Para perspetivar a evolução futura das principais pressões sobre as massas de águas identificaram-se os **principais projetos com impacte nas massas de água previstos para a região hidrográfica**. Por “**projeto impactante**” entende-se aquele que, sendo público ou privado, à escala regional a médio e a longo prazo, visa

o desenvolvimento das atividades económicas e que, da sua concretização devem resultar transformações no tecido económico e social, diretas e indiretas, podendo estas ter um impacte positivo ou negativo no ambiente, designadamente ao nível das massas de água.

Estes projetos impactantes podem ter:

- **Impactes positivos** nas massas de água que, inclusive, podem contribuir para o Bom estado dessas massas de água e que se transformam em medidas do plano, constando da Parte 6 (os projetos em curso que constituem medidas do 2.º ciclo do PGRH já foram alvo de análise mais detalhada nas avaliações intercalares desse ciclo de planeamento);
- **Impactes negativos** nas massas de água, fazendo com que tais projetos sejam sujeitos a uma apreciação no âmbito do processo de licenciamento necessária para avaliar as implicações em termos de alteração do estado das massas de água afetadas, bem como o processo de avaliação de impacte ambiental ou de incidências ambientais, nos casos aplicáveis.

Nesta RH, verifica-se que 13 projetos são do setor do turismo, sete do setor urbano e dois do setor da navegação, totalizando 22 projetos. Em termos do investimento conhecido para 13 projetos, este totaliza 1.424 M€, sendo 72% do setor do turismo, 27% do setor urbano e 2% do setor da navegação.

Foram analisadas as **grandes tendências de evolução das principais pressões** (qualitativas e quantitativas) sobre as massas de água, analisando-se os setores mais significativos em termos de consumos de água e de cargas poluentes que podem contribuir para o não atingir do Bom estado das massas de água, como sejam os setores urbano (incluindo a população flutuante turística), industrial, agrícola e pecuário.

Na **cenarização das pressões qualitativas e quantitativas** é analisada a tendência das cargas poluentes geradas e dos volumes captados pelos diferentes setores, para cada cenário.

A distribuição das cargas totais projetadas para cada um dos cenários e horizontes de planeamento, traduzindo as cargas afluentes anualmente às massas de água geradas pelos setores analisados, é apresentada nas figuras seguintes.



Figura 75 - Projeção das cargas afluentes às massas de água pelo setor urbano

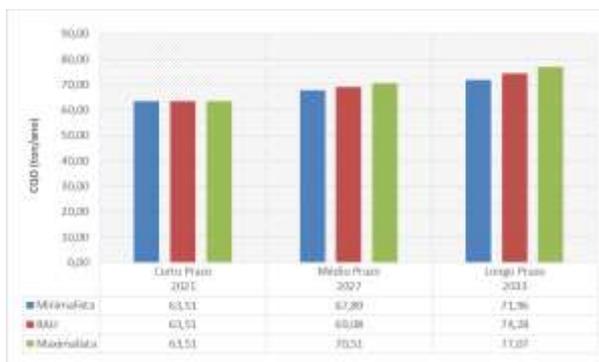


Figura 76 - Projeção das cargas afluentes às massas de água pelo setor da indústria



Figura 77 - Projeção das cargas afluentes de azoto às massas de água pelos setores agrícola e pecuário



Figura 78 - Projeção das cargas afluentes de fósforo às massas de água pelos setores agrícola e pecuário

Em síntese, as projeções das cargas provenientes dos vários setores de atividade apresentam as seguintes tendências relativamente à situação atual:

- **Setor urbano+turismo:** Verifica-se um aumento em todos os cenários quanto à carga gerada em termos de CBOs que, no longo prazo, vai desde 21% no cenário minimalista a 32% no cenário maximalista;
- **Setor indústria:** No médio e longo prazo verifica-se um aumento para todos os cenários, com tendência crescente do minimalista (13%) até ao maximalista (21%) quanto à carga gerada em termos de CQO;
- **Setor agrícola:** Prevê-se um aumento em todos os cenários quanto às cargas de azoto (N) e de fósforo (P) geradas, sendo esse aumento crescente a longo prazo do minimalista (9%) até ao maximalista (12%);
- **Setor pecuário:** Prevê-se um decréscimo em todos os cenários quanto às cargas de N e P, sendo essa diminuição na carga de azoto a longo prazo no cenário maximalista (-1%). Enquanto na carga de P essa diminuição no longo prazo no cenário maximalista (-5%).

Por seu turno, a projeção dos volumes totais captados para os setores urbano, industrial, agrícola e pecuário, em cada um dos cenários e horizontes de planeamento, é apresentada nas figuras seguintes.

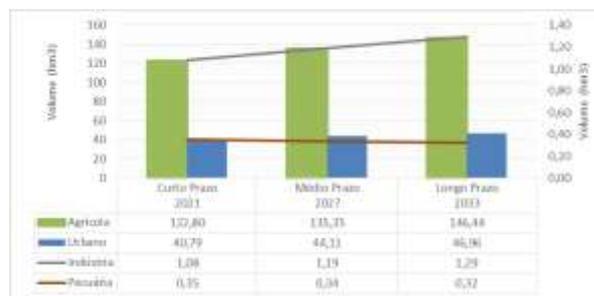


Figura 79 - Projeções de volume captado para o cenário minimalista



Figura 80 - Projeções de volume captado para o cenário BAU

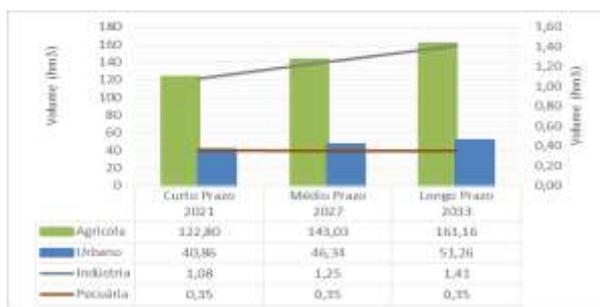


Figura 81 - Projeções de volume captado para o cenário maximalista

Em síntese, as projeções dos volumes totais captados para vários setores de atividade apresentam as seguintes tendências relativamente à situação atual:

- **Cenário minimalista:** existe um aumento para todos os setores nas projeções do volume captado ao longo dos horizontes de planeamento exceto para o setor da pecuária, sendo os maiores aumentos no setor agrícola com 19%, seguido do setor urbano+turismo (15%);
- **Cenário BAU:** segue a mesma tendência do cenário minimalista para todos os setores nas projeções do volume captado ao longo dos horizontes de planeamento, sendo o aumento no setor agrícola com 25%, seguido do setor urbano+turismo com 20%;
- **Cenário maximalista:** segue a mesma tendência do cenário BAU para todos os setores nas projeções do volume captado ao longo dos horizontes de planeamento, sendo o aumento no setor agrícola com 31%, seguido do setor urbano+turismo (26%).

Para os outros setores com alguma relevância social e económica, como sejam a energia, a navegação, a pesca e o turismo não foi possível reunir a informação que permita uma análise detalhada que deveria ser realizada em todos os planos ou estratégias setoriais.

Alterações climáticas

Diversos estudos apontam para que o sul da Europa, em geral, e a Península Ibérica, em particular, estejam entre as regiões do continente europeu potencialmente mais afetadas pelos efeitos das alterações climáticas. Toda esta região enfrenta uma multiplicidade de impactos potenciais, como sejam o aumento da frequência e intensidade de secas, inundações, cheias repentinas, ondas de calor, incêndios rurais, erosão e galgamentos costeiros.

Precipitação

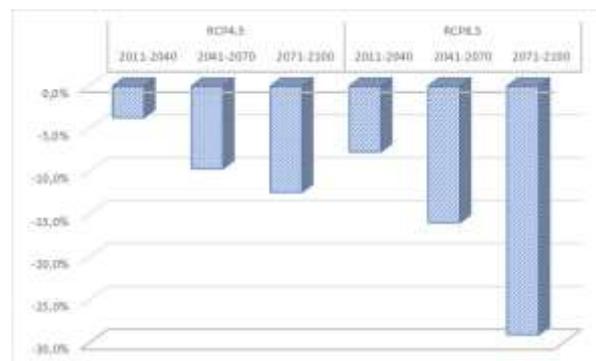


Figura 82 - Variação da precipitação média anual para diferentes horizontes temporais na RH (%)

A precipitação anual média diminui em todos os cenários, sendo a redução maior quando se considera o horizonte 2071-2100 e a trajetória RCP 8.5.

Temperatura

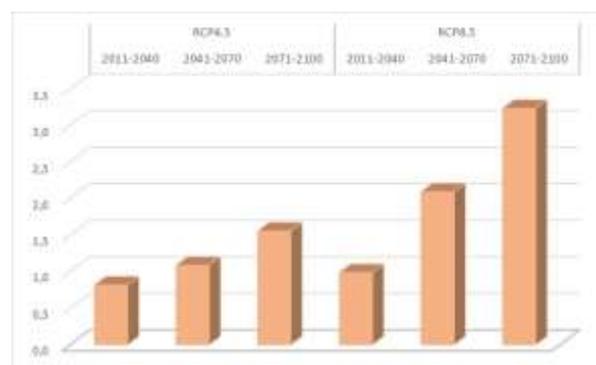


Figura 83 - Variação da temperatura média anual para diferentes horizontes temporais na RH (°C)

Verifica-se que a temperatura média anual aumenta em todos os cenários, com os maiores aumentos a ocorrerem nos últimos 30 anos do século, quando a temperatura média anual pode ser superior em 3 °C.

Disponibilidades hídricas superficiais

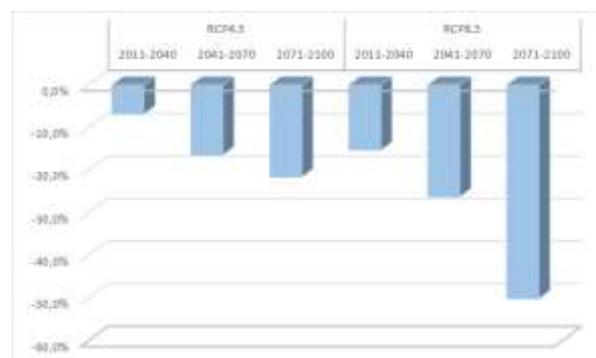


Figura 84 - Variação do escoamento médio anual para diferentes horizontes temporais na RH (%)

O escoamento médio anual diminui em todos os cenários, sendo a redução maior quando se considera o horizonte 2071-2100 e a trajetória RCP 8.5.

Disponibilidades hídricas subterrâneas

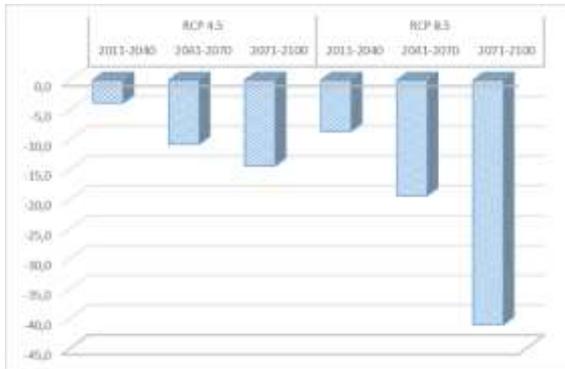


Figura 85 - Variação da recarga média anual para diferentes horizontes temporais na RH (%)

Em termos de RH verifica-se uma diminuição da recarga média anual em todos os cenários, sendo esta redução mais significativa quando se considera o horizonte 2071-2100 e a trajetória RCP 8.5.

Balço entre disponibilidades e necessidades futuras

Em termos de gestão da água, e tendo em conta os ciclos de planeamento de seis anos, é importante realizar uma análise comparativa entre as disponibilidades de água em regime natural no período 2011-2040, e comparar com os volumes de água captados para todos os setores no ano 2033, que é o ano final do mais longo horizonte de planeamento neste 3.º ciclo do PGRH.

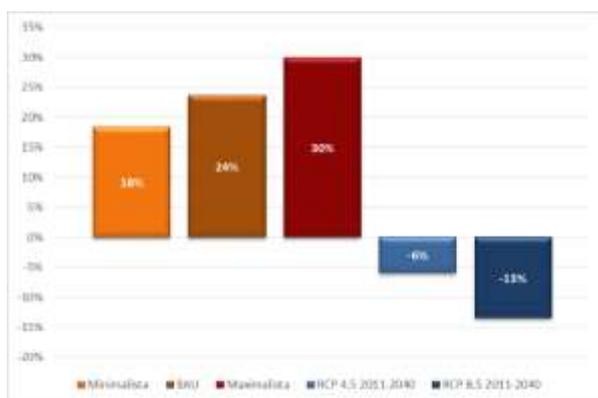


Figura 86 - Variação das necessidades futuras de água nos três cenários e do escoamento médio anual nos dois RCP na RH (%)

Pela análise do gráfico verifica-se, no geral, que as variações são acentuadas, sendo a variação positiva nas necessidades futuras de água em todos os cenários com um máximo de 30% para o cenário maximalista. Por

contraste, nas disponibilidades futuras de água, no RCP 8.5 e para o período 2011-2040, a variação é negativa (-13%).

Parte 5 – Objetivos

Este processo de planeamento considera os objetivos estabelecidos no artigo 1.º da Lei da Água, relativos à proteção das águas superficiais interiores, de transição e costeiras e das águas subterrâneas. Um aspeto extremamente relevante, já que a água é um elemento estruturante e transversal, é garantir que estes objetivos constituam a base de desenvolvimento de todos os planos setoriais, de modo a assegurar que estes objetivos são atingidos e que as atividades económicas possam ser desenvolvidas de forma sustentável. Os PGRH devem, assim, apresentar os objetivos estratégicos, enquadrando os objetivos ambientais. Assim, e no âmbito do presente PGRH, são considerados os seguintes objetivos:

- **Objetivos estratégicos e operacionais** delineados com base na análise integrada dos diversos instrumentos de planeamento, nomeadamente planos e programas nacionais e regionais relevantes para os recursos hídricos;
- **Objetivos ambientais** das massas de água ou grupos de massas de água e as situações de aplicação da prorrogação de prazos e derrogação desses objetivos, nos termos dos artigos 50.º a 52.º da Lei da Água.

Objetivos estratégicos e operacionais

Os objetivos estratégicos agregam e representam os grandes desígnios da política da água que se pretendem atingir, a nível nacional e regional, sendo consolidados na forma de objetivos operacionais, programas de medidas, medidas e metas. A definição dos objetivos estratégicos teve em conta, em particular, os objetivos estabelecidos na DQA e na Lei da Água (artigo 1.º), bem como a articulação e compatibilização com os objetivos estabelecidos em outros planos, programas e estratégias de interesse nacional e regional.

Os objetivos definidos são estruturados em dois níveis – estratégicos e operacionais – a que correspondem alcances e âmbitos distintos. Os objetivos estratégicos enquadram-se nos princípios da legislação que regula o planeamento e a gestão dos recursos hídricos e nas linhas orientadoras da política da água. Os objetivos operacionais associam-se, sobretudo, aos problemas identificados no diagnóstico e integram metas quantificáveis e indicadores de execução que permitem a prossecução efetiva dos objetivos estratégicos (Quadro 27).

Quadro 27 - Indicadores e metas dos Objetivos Operacionais

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS (QSiGA)	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	META	
1 - Governança	1 - Licenciamento insuficiente e/ou ineficiente	OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água	OO1.3 – Assegurar um licenciamento eficiente através da aplicação do Regime Jurídico do Licenciamento das Utilizações dos Recursos Hídricos (RJURH)	Utilizações licenciadas face ao total do número de pedidos de utilizações viáveis para licenciamento	Resposta	70% 2027 90% 2033	
			OO1.4 – Garantir a correta aplicação da TRH, alargando o âmbito dos poluentes descarregados e uma maior assertividade na cobrança e a transparência na utilização das receitas	Ações de cobrança com base em volumes medidos face ao número total de captações passíveis de cobrança	Resposta	75% 2027 90% 2033	
				Ações de cobrança com base em cargas medidas face ao número total de descargas passíveis de cobrança	Resposta	75% 2027 90% 2033	
	2 - Fiscalização insuficiente e/ou ineficiente	OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água	OO1.2 - Aprofundar e consolidar os exercícios de autoridade e de regulação da água	Ações realizadas para controlo de utilizações existentes (ETAR e captações) face aos TURH existentes destas utilizações	Resposta	50% 2027 70% 2033	
				Fiscalizações realizadas face ao número de utilizações ilegais (por denúncia)	Resposta	90% 2027 100% 2033	
	3 - Recursos humanos especializados e meios logísticos insuficientes	OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água	OO1.1 - Adequar e reforçar o modelo de organização institucional da gestão da água	Recursos humanos existentes face aos considerados adequados para desempenho das tarefas de gestão da água	Resposta	75% 2027 90% 2033	
				OO2.2 - Melhorar o conhecimento e as metodologias de monitorização e avaliação das massas de água	Estações de monitorização ativas face ao número de estações necessárias para monitorização da precipitação, do escoamento das águas superficiais e dos níveis piezométricos das águas subterrâneas	Resposta	75% 2027 90% 2033
					Locais de amostragem de monitorização existentes face ao número de locais necessários para monitorização dos estados ecológico e químico das massas de água	Resposta	75% 2027 90% 2033
					Soluções tecnológicas (TIC) desenvolvidas de apoio ao planeamento e gestão da água face ao número de soluções necessárias	Resposta	75% 2027 90% 2033
				4 - Insuficiente integração setorial da temática da água	OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais	OO8.1 - Assegurar a integração da política da água com as políticas setoriais	Medidas das Estratégias, Planos e Programas setoriais que integrem adequadamente a política da água face ao número de medidas que estejam ligadas a esta temática
	OO8.2 - Assegurar a coordenação setorial da gestão da água na região hidrográfica através da Comissão Interministerial de Coordenação da Água (CICA), prevista no Plano	Operacionalizar a CICA	Resposta				100% 2025
		Ações realizadas face ao número de ações previstas na CICA para assegurar a coordenação setorial da gestão da água	Resposta				50% 2027 80% 2033

Quadro 27 - Indicadores e metas dos Objetivos Operacionais

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS (QSiGA)	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	META	
			Nacional da Água (2016)				
	5 - Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das captações de água	OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	OO2.1 - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água	Disponibilização da informação sobre água pelos setores à autoridade nacional da água face à quantidade de informação sobre pressões necessária à gestão da água	Pressão	100% 2027	
	6 - Medição e autocontrolo insuficiente e/ou ineficiente das descargas de águas residuais			Ações realizadas para conhecimento do volume captado das captações existentes face aos TURH existentes	Resposta	70% 2027 90% 2033	
	8 - Agravamento da qualidade da água devido aos sedimentos (arrastamento e suspensão)			Ações realizadas para conhecimento das cargas rejeitadas das ETAR existentes face aos TURH existentes	Resposta	70% 2027 90% 2033	
	9 - Contaminação de águas subterrâneas por parâmetros físico-químicos			Massas de água superficiais em Bom estado	Estado	77% 2027 100% 2033	
	10 - Contaminação de águas subterrâneas por substâncias perigosas			Massas de água subterrâneas em Bom estado químico	Estado	96% 2027 100% 2033	
				OO3.2 – Garantir a implementação do programa de medidas	Taxa de execução das medidas que abrangem águas subterrâneas	Resposta	100% 2027
	11 - Poluição orgânica e nutrientes das águas superficiais			OO3.1 – Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões	Massas de água subterrâneas em Bom estado químico	Estado	96% 2027 100% 2033
				OO3.2 – Garantir a implementação do programa de medidas	Taxa de execução das medidas que abrangem águas subterrâneas	Resposta	100% 2027
	12 - Poluição química das águas superficiais			OO3.1 – Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões	Massas de água superficiais em Bom estado/potencial ecológico	Estado	80% 2027 100% 2033
				OO3.2 – Garantir a implementação do programa de medidas	Taxa de execução das medidas que abrangem águas superficiais	Resposta	88% 2027 100% 2033
	13 - Poluição microbiológica das águas superficiais			OO3.1 – Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões	Massas de água superficiais em Bom estado químico	Estado	93% 2027 100% 2033
				OO3.2 – Garantir a implementação do programa de medidas	Taxa de execução das medidas que abrangem águas superficiais	Resposta	88% 2027 100% 2033
				OO3.1 – Atingir e manter o Bom estado das massas de água	Zonas protegidas em massas de água superficiais em conformidade (captações de	Estado	100% 2027

Quadro 27 - Indicadores e metas dos Objetivos Operacionais

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS (QSIGA)	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	META
			reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões	abastecimento público e zonas balneares)		
	15 - Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos		OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas	Infraestruturas hidráulicas com regime de caudais ecológicos implementado face ao número de infraestruturas hidráulicas em que é necessário garantir a implementação dos caudais ecológicos	Estado	50% 2027 75% 2033
	16 - Alterações do regime de escoamento		OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva	Utilizações licenciadas com base no índice de escassez face ao total do número de pedidos de utilizações viáveis para licenciamento	Resposta	70% 2027 90% 2033
	17 - Alterações da interação água subterrânea/água superficial					
	18 - Escassez de água					
	19 - Sobre-exploração de aquíferos					
	20 - Intrusão salina nas águas superficiais					
21 - Intrusão nas águas subterrâneas (salina e outras origens)						
4 - Biodiversidade	22 - Alteração das comunidades da fauna e da flora	OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	OO5.2 - Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável	Medidas de controlo sobre as espécies invasoras implementadas face ao número total de medidas	Resposta	75% 2027 90% 2033
	23 - Destruição/fragmentação de habitats		OO5.1 - Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição.	Estruturas obsoletas removidas face ao número de estruturas obsoletas consideradas adequadas para remoção	Resposta	50% 2027 75% 2033
			OO5.2 - Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável	Passagem para peixes (PPP) implementadas face ao número de PPP considerado necessário implementar	Resposta	50% 2027 75% 2033
	24 - Aumento de ocorrências de espécies invasoras		Medidas de controlo sobre as espécies invasoras implementadas face ao número total de medidas	Resposta	75% 2027 90% 2033	
25 - Alterações da dinâmica sedimentar na bacia (erosão e assoreamentos)	Medidas de controlo de restauro ecológico implementadas face ao número total de medidas	Resposta	75% 2027 90% 2033			
5 - Gestão de riscos	26 - Degradação de zonas costeiras (erosão, alterações hidromorfológicas, dinâmica sedimentar)	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas realizadas face às necessárias para diminuição da exposição a perigos identificados nas zonas costeiras	Resposta	75% 2027 90% 2033
			OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de	Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do Programa COSMO	Resposta	100% 2027

Quadro 27 - Indicadores e metas dos Objetivos Operacionais

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS (QSiGA)	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	META
	27 - Secas		risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	(Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental)		
			OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas implementadas face às definidas nos Planos de Gestão de Secas e Escassez (PGSE)	Resposta	75% 2027 90% 2033
	OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação		Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do sistema de previsão, alerta e comunicação (SPGS)	Resposta	100% 2027	
	28 – Inundações		OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas implementadas face às definidas nos PGRI	Resposta	75% 2027 90% 2033
			OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do sistema de previsão, alerta e comunicação (SVARH)	Resposta	100% 2027
	29 - Contaminação radioativa		OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Ações realizadas face às consideradas adequadas para promover a melhoria do conhecimento das situações de risco	Resposta	75% 2027 90% 2033
6 - Quadro económico e financeiro	30 - Insuficiente nível de recuperação de custos dos serviços de águas no setor urbano	OE7 – Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água	OO7.2 – Garantir instrumentos de desenvolvimento da política da água integrando o crescimento económico	Nível de recuperação de custos das entidades gestoras (AA + AR)	Estado	>100% 2027
		OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água	OO1.2 - Aprofundar e consolidar os exercícios de autoridade e de regulação da água	Revisão dos tarifários para incremento do NRC	Resposta	100% 2027
	31 - Insuficiente nível de recuperação de custos dos serviços de águas no setor agrícola	OE7 – Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água	OO7.2 – Garantir instrumentos de desenvolvimento da política da água integrando o crescimento económico	Nível de recuperação de custos dos Aproveitamentos Hidroagrícolas coletivos públicos	Estado	>100% 2027
		OE1 - Adequar a Administração Pública	OO1.2 - Aprofundar e consolidar os exercícios de autoridade e de	Revisão do regime financeiro para incremento do NRC	Resposta	100% 2027

Quadro 27 - Indicadores e metas dos Objetivos Operacionais

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS (QSIGA)	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	META	
		na gestão da água	regulação da água				
	32 - Ineficiências no uso da água (setores urbano, turístico e industrial)	OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras	OO4.3 - Promover as boas práticas para um uso eficiente da água	Perdas físicas de água nas redes públicas de abastecimento	Pressão	20% 2027 15% 2033	
	33 - Ineficiências no uso da água (setores agrícola e pecuário)			Medidas realizadas no setor urbano face às consideradas adequadas para promover o uso eficiente da água	Resposta	75% 2027 90% 2033	
				Perdas físicas de água nas redes de rega	Pressão	25% 2027 20% 2033	
				Medidas realizadas no setor agrícola face às consideradas adequadas para promover o uso eficiente da água	Resposta	75% 2027 90% 2033	
7 – Comunicação e sensibilização	34 - Insuficiente envolvimento dos setores e participação pública	OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água	OO10.1 - Assegurar a comunicação e a divulgação sobre a água, promovendo a construção de uma sociedade informada e sensibilizada para o valor e a política da água	Taxa de aumento de divulgação da informação sobre a água	Resposta	Aumento de 5%/ano	
				OO10.2 - Assegurar um aumento dos níveis de participação e intervenção da sociedade e dos setores de atividade nas questões relacionadas com a gestão da água	Ações de participação pública realizadas por ano	Resposta	≥ 10/ano
					Taxa de aumento da participação da sociedade e dos setores em ações de participação pública	Resposta	Aumento de 5%/ano
	35 - Insuficiente sistematização e disponibilização de informação, pelos diferentes setores, relativa às utilizações da água	OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	OO2.1 - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água	Disponibilização da informação sobre água pelos setores à autoridade nacional da água face à quantidade de informação sobre pressões necessária à gestão da água	Pressão	100% 2027	

Objetivos ambientais

Os objetivos ambientais estabelecidos na Diretiva Quadro da Água (DQA) visavam alcançar o Bom estado das massas de água em 2015. Contudo, eram permitidas algumas situações de exceção em que os objetivos ambientais podiam ser prorrogados ou derogados para permitir que fossem alcançados de forma faseada. As prorrogações e derrogações atendem, entre outros aspetos, à viabilidade das medidas que têm de ser aplicadas, ao tempo necessário para que o seu efeito se faça sentir, ao trabalho técnico e científico a realizar, à comprovação da eficácia dessas medidas e aos custos operacionais envolvidos.

O objetivo ambiental estabelecido para as massas de água superficiais consiste em atingir o Bom estado quando simultaneamente o estado ecológico e o estado químico forem classificados como Bom. No caso das massas de água identificadas e designadas como massas de água fortemente modificadas ou artificiais, o objetivo ambiental só é alcançado quando o potencial ecológico e o estado químico forem classificados como Bom.

As massas de água subterrâneas devem ser protegidas e melhoradas para se atingir o Bom estado químico e o Bom estado quantitativo das mesmas. Do ponto de vista quantitativo, importa garantir o equilíbrio entre as captações e as recargas médias anuais a longo prazo, com o objetivo de alcançar uma utilização sustentável do recurso.

Evolução entre ciclos de planeamento

Com o objetivo de analisar a evolução do estado das massas de água fez-se uma análise da evolução entre os dois ciclos de planeamento:

1. As massas de água que mantiveram o seu estado entre o 2.º ciclo e o 3.º ciclo;
2. As massas de água que pioraram o seu estado entre o 2.º ciclo e o 3.º ciclo sendo que os principais motivos que justificam este facto são os seguintes:
 - a) uma monitorização mais completa que levou ao conhecimento de parâmetros que colocaram a massa de água em estado inferior a Bom;
 - b) a existência de novas pressões que provocaram uma deterioração do estado da massa de água;
 - c) a avaliação foi efetuada no 2.º ciclo por métodos indiretos, mas monitorização do 3.º ciclo revelou uma qualidade inferior.
3. As massas de água que atingiram os objetivos definidos no 2.º ciclo para 2021, para as quais as medidas implementadas foram eficazes e a recuperação do sistema respondeu ao esperado,

permitindo que a massa de água atingisse o Bom estado no tempo previsto;

4. As massas de água que superaram os objetivos definidos no 2.º ciclo, ou seja, estava previsto atingirem em 2027 e atingiram até 2021. Os principais motivos que justificam este facto são os seguintes:
 - a) as medidas implementadas foram mais eficazes do que o previsto e/ou a recuperação do sistema foi mais rápida do que o esperado, o que permitiu que a massa de água atingisse o Bom estado mais cedo;
 - b) a avaliação foi efetuada no 2.º ciclo por métodos indiretos, mas monitorização do 3.º ciclo revelou uma qualidade superior.
5. As massas de água em que estava previsto no 2.º ciclo atingiram os objetivos definidos em 2021 mas que não atingiram, sendo que os principais motivos que justificam este facto são os seguintes:
 - a) as medidas que não chegaram a ser implementadas ou que não foram eficazes o suficiente para que o estado da massa de água atingisse o Bom estado;
 - b) o prazo de implementação das medidas é no final do período de vigência do 2.º ciclo, pelo que não é possível avaliar a sua eficácia.
6. As massas de água para as quais estava previsto atingirem os objetivos em 2027 no 2.º ciclo e que permanecem com esse objetivo no 3.º ciclo;
7. As massas de água para as quais estava previsto atingirem os objetivos em 2027 no 2.º ciclo e que vão demorar mais tempo para alcançarem esse objetivo no 3.º ciclo.

A Figura 87 apresenta a comparação dos objetivos ambientais e do estado das massas de água superficiais entre o 2.º e o 3.º ciclo para o estado/potencial ecológico e a Figura 88 apresenta a comparação dos objetivos ambientais e do estado das massas de água superficiais e subterrâneas para o estado químico. A Figura 89 apresenta a comparação dos objetivos ambientais e do estado das massas de água subterrâneas entre o 2.º e o 3.º ciclo para o estado quantitativo.



Figura 87 - Comparação dos objetivos ambientais e do estado das massas de água superficiais entre o 2.º e o 3.º ciclo – Estado/potencial ecológico



Figura 88 - Comparação dos objetivos ambientais e do estado das massas de água superficiais e subterrâneas entre o 2.º e o 3.º ciclo – Estado químico



Figura 89 - Comparação dos objetivos ambientais e do estado das massas de água subterrâneas entre o 2.º e o 3.º ciclo – Estado quantitativo

Síntese dos objetivos ambientais do 3.º ciclo

No que respeita ao 3.º ciclo de planeamento foram analisadas as massas de água que estavam em condições de cumprir os objetivos ambientais em 2021 e aquelas para as quais seria necessário aplicar as exceções previstas no artigo 4.º da DQA, relativamente à prorrogação do prazo (n.º 4), à derrogação dos objetivos (n.º 5) e à deterioração temporária (n.º 6).

No estado/potencial ecológico (Figura 90), 12 massas de água deverão atingir o Bom estado até 2027 recorrendo a prorrogações, sendo que para 2 foi

necessário aplicar ainda a exceção relativa à deterioração temporária (massas de água afetadas por secas e incêndios). Após 2027, 16 massas de água deverão atingir o Bom estado recorrendo à prorrogação do prazo, sendo que a três destas, aplica-se ainda a deterioração temporária.

Para o estado químico das águas superficiais (Figura 91) foi aplicada a prorrogação do prazo a uma massa de água que deverá atingir o bom estado até 2027 e a seis massas de água que deverão atingir o Bom estado após 2027.

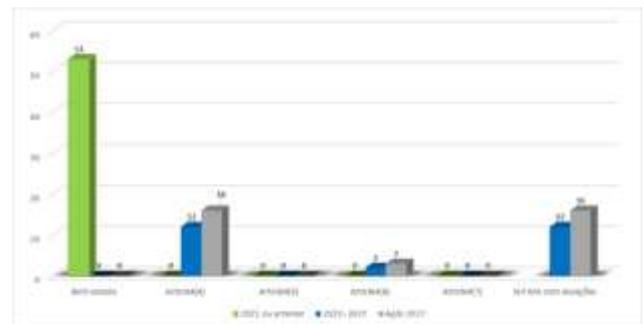


Figura 90 - Objetivos ambientais e exceções estabelecidos para as águas superficiais- Estado /potencial ecológico (N.º de massas de água)

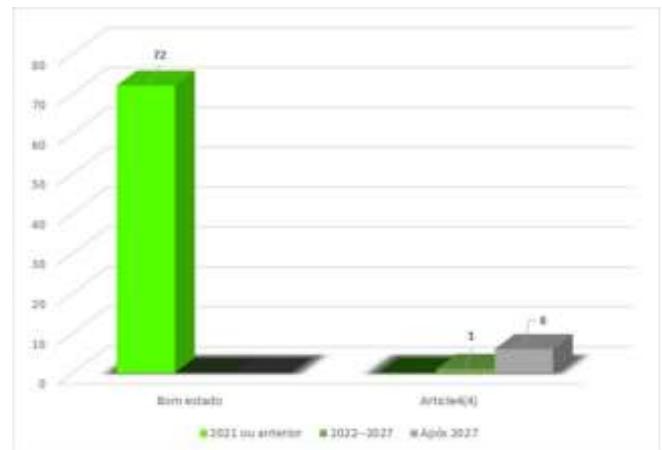


Figura 91 - Objetivos ambientais e exceções estabelecidos para as águas superficiais- Estado químico (N.º de massas de água)

No estado quantitativo das águas subterrâneas (Figura 92) foi aplicada a prorrogação do prazo e a exceção relativa à deterioração temporária (secas) cinco massas de água em estado quantitativo inferior a Bom, que deverão atingir o Bom estado até 2027.

Para o estado químico das águas subterrâneas (Figura 93) foi aplicada a prorrogação do prazo a quatro massas de água que deverão atingir o bom estado até 2027 e a uma massa de água que deverá atingir o Bom estado após 2027.

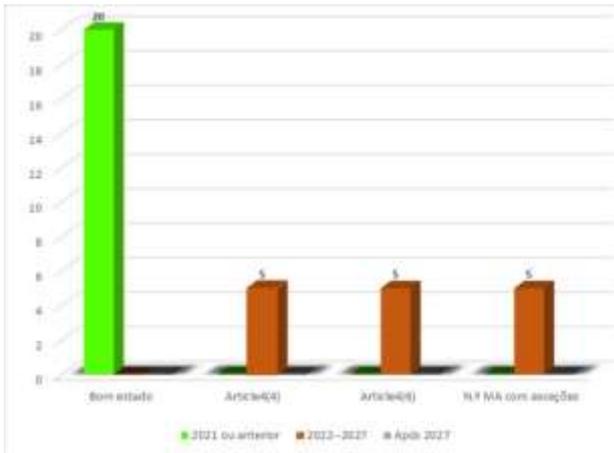


Figura 92 - Objetivos ambientais e exceções estabelecidos para as águas subterrâneas- quantitativo (N.º de massas de água)

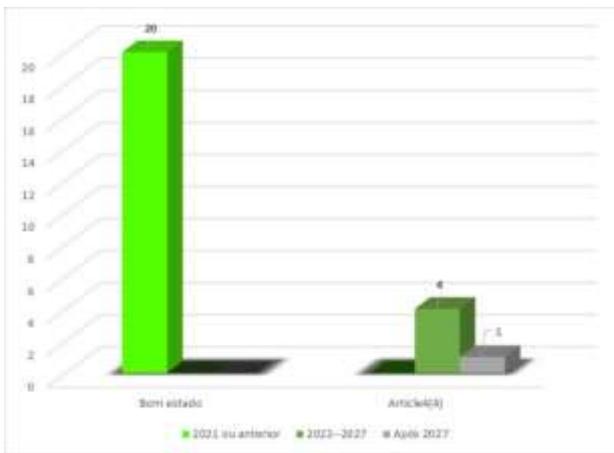


Figura 93 - Objetivos ambientais e exceções estabelecidos para as águas subterrâneas- Estado químico (N.º de massas de água)

As Figura 94, Figura 95, Figura 96 e Figura 97 apresentam geograficamente as massas de água em Bom estado e as exceções aplicáveis às massas de água com estado inferior a Bom, respetivamente, para o estado/potencial ecológico, para o estado químico das águas superficiais, para o estado quantitativo e para o estado químico das águas subterrâneas.

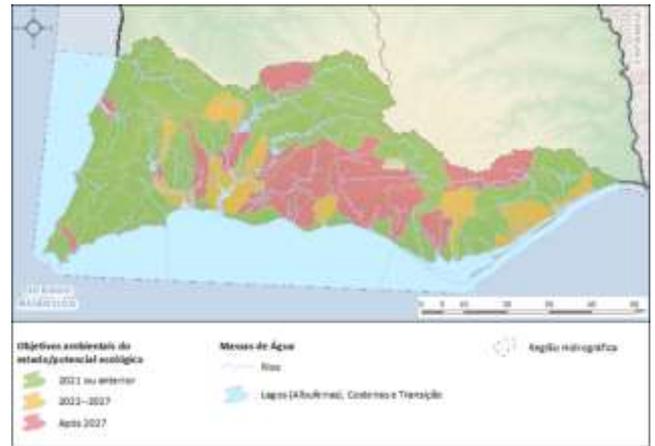


Figura 94 - Objetivos ambientais para as massas de água superficiais – Estado/potencial ecológico

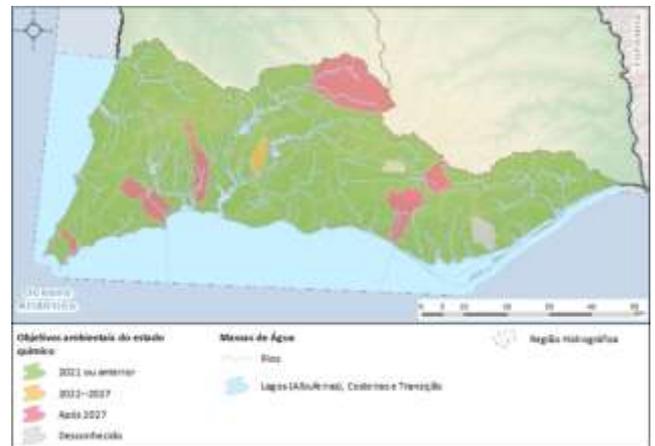


Figura 95 - Objetivos ambientais para as massas de água superficiais – Estado químico

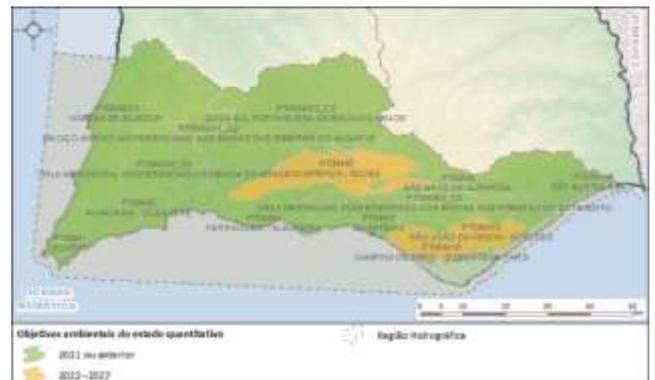


Figura 96 - Objetivos ambientais para as massas de água subterrâneas – Estado quantitativo



Figura 97 - Objetivos ambientais para as massas de água subterrâneas – Estado químico

Parte 6 – Programa de medidas

A definição de medidas constitui uma fase crucial de implementação do PGRH e tem como objetivo atingir os objetivos ambientais, concretizado no Bom estado de todas as massas de água.

A sua definição tem por base o conhecimento das relações entre causas (pressões significativas) e efeitos (impactes significativos), numa abordagem combinada, de forma a desenvolver instrumentos de gestão que permitam avaliar as respostas do meio e as alterações das pressões que sobre ele são exercidas, nomeadamente pelas diferentes atividades socioeconómicas existentes.

O programa de medidas inclui medidas de base e medidas suplementares. As medidas de base correspondem aos requisitos mínimos para cumprir os objetivos ambientais ao abrigo da legislação em vigor e as medidas suplementares visam garantir uma maior proteção ou uma melhoria adicional das massas de água sempre que tal seja necessário, nomeadamente para o cumprimento de acordos internacionais.

As medidas podem ser específicas para resolver o problema de determinadas pressões e, dessa forma, diminuir o seu impacto nas massas de água; ou podem ser medidas regionais que incidem, de uma forma geral, em todas as massas de água, consoante o problema que esteja subjacente ao seu estado, uma vez que a sua causa não é resolúvel com medidas específicas, mas sim com medidas mais abrangentes que podem ser de ordem económico-financeira, regulatória/legal ou de governança, tendo sido classificadas em legislativas, administrativas e de licenciamento.

A organização das medidas em eixo e programa de medidas, com a respetiva correspondência aos KTM (Key Types of Measures) – definidos no Water Information System for Europe (WISE) –, de forma a permitir a comparação entre Estados-Membros (Quadro 28).

Quadro 28 - Os eixos e programa de medidas com a respetiva correspondência aos KTM (Key Types of Measures)

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		Key Types of Measures	
Código	Designação	Código	Designação	KTM	Designação KTM
PTE1	Redução ou eliminação de cargas poluentes	PTE1P01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas	KTM01	Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas
		PTE1P02	Remodelação ou melhoria das estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo as explorações agrícolas)	KTM16	Remodelações ou melhorias de estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo explorações agrícolas).
		PTE1P03	Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias	KTM15	Medidas para a eliminação progressiva das emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias
		PTE1P04	Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias	KTM15	Medidas para a eliminação progressiva das emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias ou para a redução de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias
		PTE1P05	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99	Outra KTM reportada no PM
		PTE1P06	Reduzir a poluição por nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária	KTM02	Reduzir a poluição por nutrientes da agricultura
		PTE1P07	Reduzir a poluição por pesticidas	KTM03	Reduzir a poluição por pesticidas da

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		Key Types of Measures	
Código	Designação	Código	Designação	KTM	Designação KTM
			proveniente da agricultura		agricultura
		PTE1P08	Reduzir a poluição proveniente da atividade florestal	KTM22	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição da silvicultura
		PTE1P09	Remediação de áreas contaminadas (poluição)	KTM04	Remediação de locais contaminados (poluição histórica incluindo sedimentos, águas subterrâneas, solo)
		PTE1P10	Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas	KTM21	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição das áreas urbanas, transporte e infraestruturas construídas
		PTE1P11	Locais de deposição de resíduos: aterros sanitários	KTM04	Remediação de locais contaminados (poluição histórica incluindo sedimentos, águas subterrâneas, solo)
		PTE1P12	Explorações mineiras: medidas de minimização	KTM04	Remediação de locais contaminados (poluição histórica incluindo sedimentos, águas subterrâneas, solo)
		PTE1P13	Áreas aquícolas: medidas de minimização	KTM20	Medidas para prevenir ou controlar os impactes adversos da pesca e outra exploração/remoção de animais e plantas
		PTE1P14	Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas	KTM21	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição das áreas urbanas, transporte e infraestruturas construídas
		PTE1P15	Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem	KTM21	Medidas para prevenir ou controlar a entrada de poluição das áreas urbanas, transporte e infraestruturas construídas
PTE2	Promoção da sustentabilidade das captações de água	PTE2P01	Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	KTM08	Eficiência hídrica, medidas técnicas para irrigação, indústria, energia e residências
		PTE2P02	Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações	KTM13	Medidas de proteção da água potável (por exemplo, estabelecimento de zonas de salvaguarda, zonas tampão, etc.)
		PTE2P03	Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário	KTM13	Medidas de proteção da água potável (por exemplo, estabelecimento de zonas de salvaguarda, zonas tampão, etc.)
		PTE2P04	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99	Outra KTM reportada no PM
		PTE2P05	Controlar a recarga das águas subterrâneas	KTM99	Outra KTM reportada no PM
PTE3	Minimização de alterações hidromorfológicas	PTE3P01	Promover a continuidade longitudinal	KTM05	Melhoria da continuidade longitudinal (por exemplo, estabelecimento de passagens para peixes, demolição de barragens antigas)
		PTE3P02	Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água	KTM06	Melhoria das condições hidromorfológicas das massas de água além da continuidade longitudinal
		PTE3P03	Implementar regimes de caudais ecológicos	KTM07	Melhorias no regime de caudal e/ou estabelecimento de caudais ecológicos
		PTE3P04	Condicionantes a aplicar no licenciamento	KTM99	Outra KTM reportada no PM
PTE4	Controlo de espécies exóticas e pragas	PTE4P01	Prevenir ou controlar os impactes negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas	KTM18	Medidas para prevenir ou controlar os impactes adversos de espécies exóticas invasoras e doenças introduzidas
		PTE4P02	Prevenir ou controlar os impactes negativos da pesca e outras formas de exploração/remoção de animais e plantas	KTM20	Medidas para prevenir ou controlar os impactes adversos da pesca e outra exploração/remoção de animais e plantas
PTE5	Minimização de riscos	PTE5P01	Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água)	KTM23	Medidas naturais de retenção de água
		PTE5P02	Adaptação às alterações climáticas	KTM24	Adaptação às alterações climáticas
		PTE5P03	Medidas para combater a acidificação	KTM25	Medidas para combater a acidificação
		PTE5P04	Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)	KTM17	Medidas para reduzir os sedimentos da erosão do solo e escoamento superficial
		PTE5P05	Prevenção de acidentes de poluição	KTM15	Medidas para a eliminação progressiva das emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias ou para a redução de emissões, descargas e perdas de substâncias

EIXO		PROGRAMA DE MEDIDAS		Key Types of Measures	
Código	Designação	Código	Designação	KTM	Designação KTM
					prioritárias
		PTE5P06	Medidas para combater a erosão costeira	KTM24	Adaptação às alterações climáticas
PTE6	Recuperação de custos dos serviços de águas	PTE6P01	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos	KTM09	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos de águas
		PTE6P02	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação de custos dos serviços de águas da indústria	KTM10	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de águas da indústria
		PTE6P03	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação de custos dos serviços de águas da agricultura	KTM11	Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços de águas da agricultura
PTE7	Aumento do conhecimento	PTE7P01	Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	KTM14	Pesquisa, melhoria da base de conhecimento reduzindo a incerteza
PTE8	Promoção da sensibilização	PTE8P01	Elaboração de guias	KTM12	Serviços de consultoria para agricultura
		PTE8P02	Sessões de divulgação	KTM12	Serviços de consultoria para agricultura
PTE9	Adequação do quadro normativo	PTE9P01	Promover a fiscalização	KTM99	Outra KTM reportada no PM
		PTE9P02	Adequar a monitorização	KTM14	Pesquisa, melhoria da base de conhecimento reduzindo a incerteza
		PTE9P03	Revisão legislativa	KTM99	Outra KTM reportada no PM
		PTE9P04	Articular com objetivos das Diretivas Habitats e Aves	KTM99	Outra KTM reportada no PM
		PTE9P05	Articular com objetivos da DQEM	KTM99	Outra KTM reportada no PM
		PTE9P06	Gestão das bacias internacionais	KTM99	Outra KTM reportada no PM
		PTE9P07	Articular com políticas setoriais	KTM99	Outra KTM reportada no PM

Estado de implementação das medidas do 2.º ciclo

Na versão final do PGRH efetuou-se a avaliação final da implementação das medidas do 2.º ciclo, que corresponde ao período de 2016 a 2021, uma vez que algumas destas medidas também contribuem para atingir o Bom estado das massas de água no período de vigência do 3.º ciclo.

No âmbito da avaliação final foram identificadas 63 medidas regionais, 58 medidas específicas, **totalizando 121 medidas** (Figura 98).

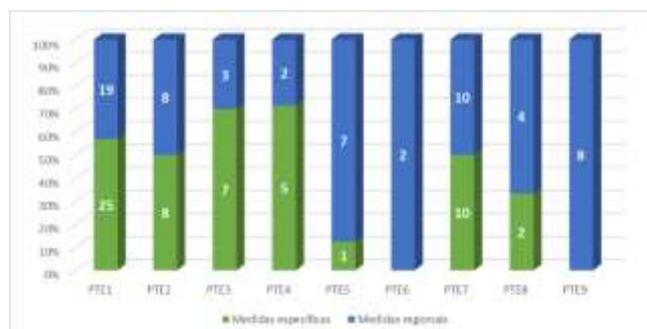


Figura 98 - Número das medidas em 2021

Com base nesta avaliação, a análise da execução física das medidas foi efetuada para os anos de 2016 a 2021 apresentando-se a síntese do ponto de situação da implementação das medidas regionais (Figura 99) e específicas (Figura 100).

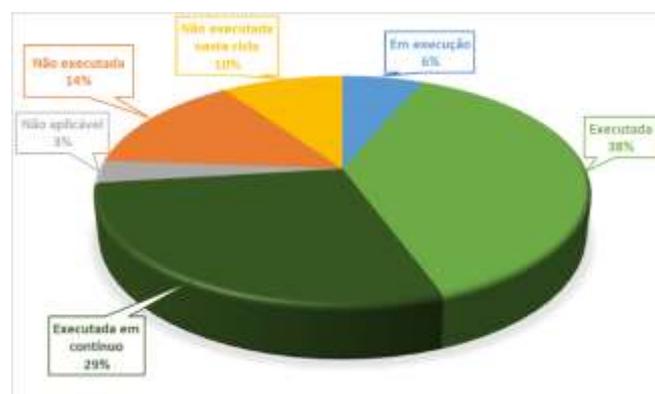


Figura 99 - Ponto de situação das medidas regionais

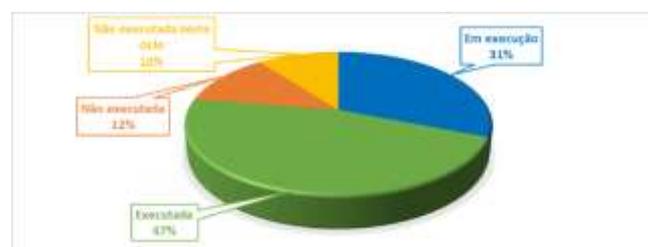


Figura 100 - Ponto de situação das medidas específicas

No final de 2021, **42% das medidas estavam executadas, 15% das medidas eram executadas em contínuo e 18% das medidas estavam em execução.** Nesta avaliação final também se aferiram as medidas que não vão ser executadas neste ciclo (10%), mas são

transferidas para o 3.º ciclo, e aquelas que não vão ser, de todo, executadas por razões várias (15%).

O investimento final, após a avaliação final da implementação das medidas do 2.º ciclo, foi retificado para 80 milhões de euros. No entanto, para o período do **2º ciclo (2016-2021) esse valor foi de cerca de 61 milhões de euros, ou seja, o remanescente 19 milhões de euros são para as medidas que continuam para o 3º ciclo (2022-2027).**

Assim, a **taxa de execução financeira em 2016-2021**, face ao total do investimento, **ronda os 77%**, o que traduz que o remanescente será executado no período de vigência do 3.º ciclo. Consta-se que, em termos globais o **investimento comunitário foi cerca de 56%** do investimento total, o que mostra a importância do apoio comunitário na implementação das medidas.

Análise por massa de água

Com base na informação constante da Parte 2 – Caracterização e Diagnóstico, verifica-se que, nesta RH, cerca de 62% das massas de água superficiais e 72% das massas de água subterrâneas estão em Bom estado.

No diagnóstico realizado na Parte 2 – Caracterização e Diagnóstico foi efetuada uma análise por massa de água, com estado inferior a Bom, onde se identificaram as pressões significativas associadas aos impactos, o que permitiu uma avaliação mais integrada.

Este diagnóstico indica que, para as 31 massas de água superficiais com estado inferior a Bom existentes na RH, foram identificadas 55 pressões significativas, uma vez que uma massa de água pode ter várias pressões a contribuir para o seu estado. Para o caso das massas de água subterrâneas, existem sete massas de água com estado inferior a Bom e 17 massas de água em risco devido a 25 pressões significativas.

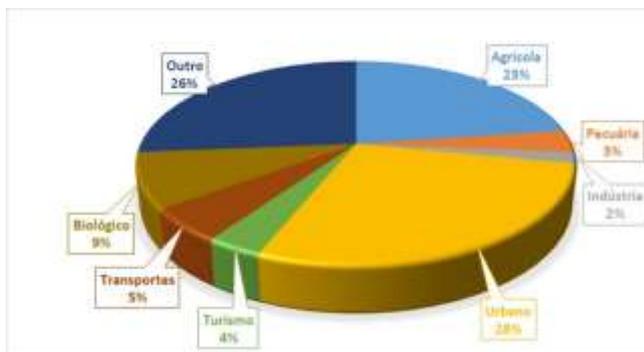


Figura 101 - Setores e subsectores responsáveis pelas pressões significativas nas massas de água superficiais

Observa-se na Figura 101 que **a origem principal das pressões significativas é do setor urbano com 28%**,

seguido do setor Outro e agropecuário com 26%, em que agricultura representa 23% e a pecuária 3%.

Isto representa que, em termos de pressões significativas pontuais, cerca de 7% tem origem nas águas residuais urbanas e 2% tem origem industrial. Relativamente às pressões significativas difusas, cerca de 20% tem origem nas águas residuais urbanas, seguindo-se a agricultura com 18% e a pecuária com 6%. Quanto às pressões hidromorfológicas, o setor da navegação representa 6%, enquanto as barragens/açudes representam 7%, assim como as alterações hidrológicas. Por fim, as pressões biológicas representam 9% com a introdução de espécies e doenças. Existem ainda 18% de pressões antrópicas cuja origem é desconhecida.

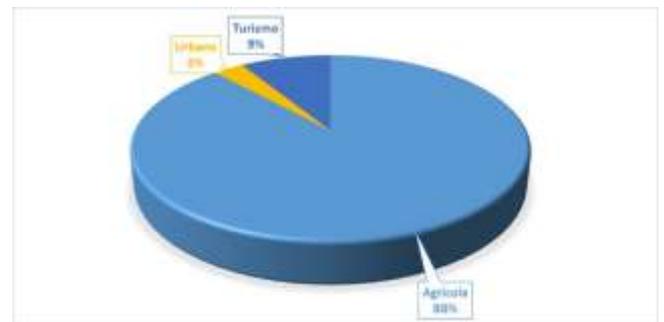


Figura 102 - Setores e subsectores responsáveis pelas pressões significativas nas massas de água subterrâneas

Observa-se na Figura 102 que a origem principal das pressões significativas é do setor agrícola com 88%, seguido do setor do turismo com 9% e o setor urbano com 3%.

Isto representa que, em termos de pressões difusas, cerca de 34% tem origem na agricultura, seguindo-se a as águas residuais urbanas com 3%. Em relação às pressões quantitativas, 52% têm origem agrícola e 10% do setor do turismo.

As massas de água superficiais e subterrâneas, respetivamente, com estado inferior a Bom associadas ao programa de medidas que melhor se enquadra para diminuir as pressões significativas identificadas (Figura 103 e Figura 104).

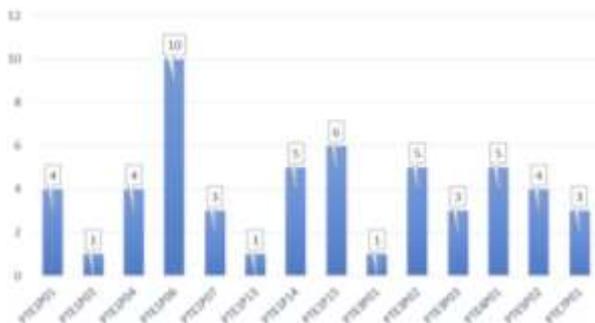


Figura 103 - Massas de água superficiais com estado inferior a Bom e respetivo programa de medidas

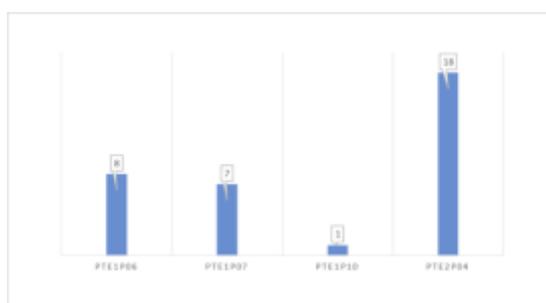


Figura 104 - Massas de água subterrâneas com estado inferior a Bom e respetivo programa de medidas

Em termos de análise do número de massas de água superficiais e subterrâneas com estado inferior a Bom (e também para as massas de água subterrâneas em risco), verifica-se a seguinte distribuição pelas linhas de ação dos principais programas de medidas selecionados:

- PTE1P06 (Reduzir a poluição por nutrientes fertilizantes provenientes da agricultura, incluindo pecuária) é o eixo que vai abranger mais massas de água, cerca de 10 superficiais e oito subterrâneas;
- PTE2P04 (Condicionantes a aplicar no licenciamento) com 18 massas de água subterrâneas;
- PTE1P07 (Reduzir a poluição por pesticidas proveniente da agricultura) com sete massas de água subterrâneas;
- PTE1P15 (Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem) com seis massas de água superficiais;
- PTE1P14 (Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas) com cinco massas de água superficiais;

- PTE3P02 (Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água) com cinco massas de água superficiais;
- PTE4P01 (Prevenir ou controlar os impactes negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas) com cinco massas de água superficiais.

Medidas de base

As medidas de base correspondem aos requisitos para cumprir os objetivos ambientais ao abrigo da legislação em vigor e englobam as medidas, os projetos e as ações previstos no n.º 3 do artigo 11.º da Diretiva Quadro da água (DQA), no n.º 3 do artigo 30.º da Lei da Água (LA) e o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março.

Assim, foram definidas sete medidas regionais de base, sendo cinco medidas administrativas (Quadro 29) e duas medidas de licenciamento (Quadro 30). Quanto à sua distribuição por programa de medida, verifica-se na Figura 105 que duas medidas estão integradas no eixo PTE1 (redução ou eliminação de cargas poluentes), três medidas estão no eixo PTE2 (Promoção da sustentabilidade das captações de água) e duas medidas estão no eixo PTE3 (Minimização de alterações hidromorfológicas).

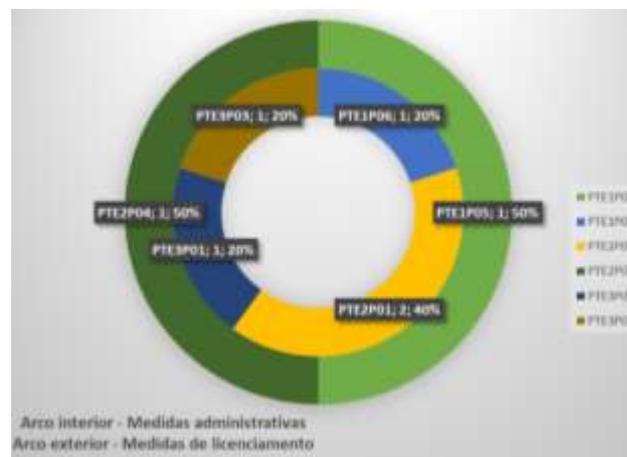


Figura 105 - Número de medidas regionais de base por programa de medidas

Quadro 29 - Medidas regionais de base administrativas

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
PTE1P06 - Reduzir a poluição de nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária	PTE1P06M04R_RH_3Ciclo	Aplicação dos princípios orientadores do Programa de Ação das Zonas Vulneráveis às massas de água com estado inferior a Bom resultante de atividades agrícolas	2022-2027	-	-	APA/DGADR/CCDR-DRAP
PTE2P01 - Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	PTE2P01M02R_RH_3Ciclo	Redução de perdas físicas de água no setor agrícola	2022-2027	-	-	DGADR/CCDR-DRAP
PTE2P01 - Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	PTE2P01M03R_RH_3Ciclo	Redução de perdas físicas de água no setor urbano	2022-2027	-	-	EG/ERSAR
PTE3P01 - Promover a continuidade longitudinal	PTE3P01M03R_SUP_RH_3Ciclo	Avaliação da necessidade e modo de funcionamento das passagens para peixes nas barragens e açudes	2022-2027	-	-	ICNF/APA
PTE3P03 - Implementar regimes de caudais ecológicos	PTE3P03M01R_SUP_RH_3Ciclo	Definição de caudais ecológicos nas barragens	2023-2027	100	Fundo Ambiental	APA/ICNF

Quadro 30 - Medidas regionais de base de licenciamento

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
PTE1P05 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE1P05M01R_RH_3Ciclo	Condicionar a emissão e renovação de TURH e, sempre que necessário, a sua revisão, na rejeição de águas residuais provenientes dos setores urbano e industrial em massas de água com estado inferior a bom e/ou em sub-bacias com índice de escassez significativo	2022-2027	-	-	APA
PTE2P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M03R_RH_3Ciclo	Condicionar a emissão e renovação de TURH das captações e, sempre que necessário, a sua revisão, nas massas de água com estado inferior a bom ou em sub-bacias com índice de escassez significativo, promovendo a utilização de origens de água alternativas	2022-2027	-	-	APA

Foram definidas sete medidas específicas de base. Quanto à sua distribuição por programa de medida, verifica-se na Figura 106 que três das medidas de base estão integradas no eixo PTE1 (Redução ou eliminação de cargas poluentes), todas integram o programa de medidas PTE1P01 (Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas), enquanto que no eixo PTE2 (Promoção da sustentabilidade das captações de água) são duas medidas e no eixo PTE3 (Minimização de alterações hidromorfológicas) existem duas medidas. Em termos do número de massas de água abrangidas são 17 em que algumas são beneficiadas por mais de uma medida.

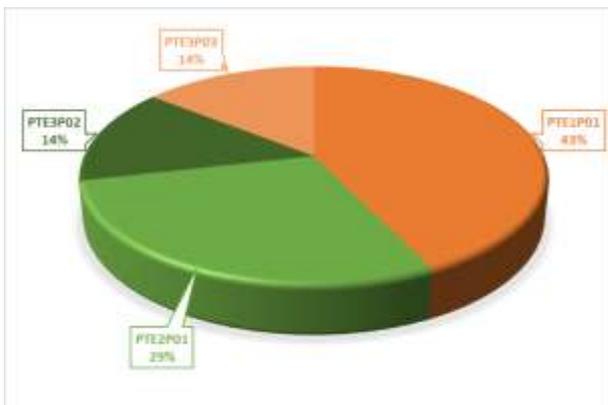


Figura 106 - Número de medidas específicas de base por programa de medidas

Medidas suplementares

As medidas suplementares visam assim garantir uma maior proteção ou uma melhoria adicional das águas sempre que tal seja necessário, nomeadamente para o cumprimento de acordos internacionais e englobam as medidas, os projetos e as ações previstos no n.º 6 do artigo 30.º da Lei da Água (LA) e no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março.

Assim, foram definidas 55 medidas regionais suplementares, sendo 11 medidas legislativas (Quadro 31), 32 medidas administrativas (Quadro 32) e 12 medidas de licenciamento (Quadro 33). Quanto à sua distribuição por programa de medida, verifica-se na Figura 107 que 14 medidas estão integradas no eixo PTE1 (redução ou eliminação de cargas poluentes), 12 medidas estão no eixo PTE2 (Promoção da sustentabilidade das captações de água), três medidas estão no eixo PTE3 (Minimização de alterações hidromorfológicas), duas medidas estão no eixo PTE4 (Controlo de espécies exóticas e pragas), cinco medidas estão no eixo PTE5 (Minimização de riscos), duas medidas estão no eixo PTE6 (Recuperação de custos dos serviços de águas), oito medidas estão no eixo PTE7 (Aumento do conhecimento), uma medida está no eixo PTE8 (Promoção da sensibilização) e oito medidas estão no eixo PTE9 (Adequação do quadro normativo).



Figura 107 - Número de medidas regionais suplementares por programa de medidas

Quadro 31 - Medidas regionais suplementares legislativas

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
PTE1P06 - Reduzir a poluição de nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária	PTE1P06M01R_RH_3Ciclo	Elaboração de diploma legal para redução da poluição difusa	2025	-	-	APA/DGADR/GPP
PTE1P14 - Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas	PTE1P14M01R_RH_3Ciclo	Revisão do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais	2024	-	-	ERSAR
PTE2P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M01R_RH_3Ciclo	Definição dos coeficientes de escassez por sub-bacia no âmbito do regime económico e financeiro dos recursos hídricos	2024	-	-	APA
PTE2P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M02R_RH_3Ciclo	Revisão do regime económico e financeiro no que diz respeito à taxa de recursos hídricos (TRH)	2024	-	-	APA
PTE5P02 - Adaptação às alterações climáticas	PTE5P02M01R_RH_3Ciclo	Elaboração de diploma legal para regulação do serviço de produção de água para reutilização (ApR)	2024	-	-	ERSAR/APA
PTE6P01 - Medidas de política de preços da água para a implementação da recuperação dos custos dos serviços urbanos	PTE6P01M01R_RH_3Ciclo	Revisão dos tarifários no setor urbano	2024	-	-	ERSAR
PTE6P03 - Medidas de política de preços para a implementação da recuperação de custos dos serviços de água da agricultura	PTE6P03M01R_RH_3Ciclo	Revisão do regime financeiro no setor agrícola	2025	-	-	DGADR
PTE9P03 - Revisão legislativa	PTE9P03M01R_RH_3Ciclo	Revisão do diploma legal relativo à proteção do meio aquático e melhoria da qualidade das águas em função dos seus principais usos	2024	-	-	APA
PTE9P03 - Revisão legislativa	PTE9P03M02R_RH_3Ciclo	Revisão do diploma legal sobre a avaliação do estado quantitativo	2024	-	-	APA
PTE9P03 - Revisão legislativa	PTE9P03M03R_RH_3Ciclo	Alteração da titularidade das águas subterrâneas	2026	-	-	APA
PTE9P04 - Articular com objetivos das Diretivas Habitats e Aves	PTE9P04M01R_RH_3Ciclo	Elaboração de diploma legal para criação de reservas fluviais	2025	-	-	APA/ICNF

Quadro 32 - Medidas regionais suplementares administrativas

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
PTE1P06 - Reduzir a poluição de	PTE1P06M02R_RH_3Ciclo	Implementação da Estratégia Nacional para os	2022-2027	-	-	DGADR/CCDR-DRAP/APA

Quadro 32 - Medidas regionais suplementares administrativas

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária		Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030)				
PTE1P06 - Reduzir a poluição de nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária	PTE1P06M03R_RH_3Ciclo	Desenvolvimentos do SI REAP e do sistema de guias eletrónicas de transporte (eGTEP e eGAS)	2022-2023	350	Fundo Ambiental	IFAP/DGADR/APA
PTE1P07 - Reduzir a poluição por pesticidas proveniente da agricultura	PTE1P07M01R_RH_3Ciclo	Promoção da agricultura biológica para redução da poluição difusa nos recursos hídricos	2022-2027	-	-	DGADR/CCDR-DRAP
PTE1P07 - Reduzir a poluição de pesticidas proveniente da agricultura	PTE1P07M03R_RH_3Ciclo	Redução da utilização de pesticidas químicos com impacte nos recursos hídricos	2022-2027	-	-	APA/DGAV/CCDR-DRAP/Agricultores
PTE1P14 - Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas	PTE1P14M02R_SUP_RH_3Ciclo	Adoção de regulamento de descarga de águas residuais industriais em todas as redes de drenagem pública	2022-2027	-	-	EG/ERSAR
PTE1P14 - Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas	PTE1P14M03R_SUP_RH_3Ciclo	Aprovação e implementação do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)	2022-2027	-	-	EG/ERSAR/APA
PTE2P01 - Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	PTE2P01M01R_RH_3Ciclo	Revisão do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) e respetivas metas	2024-2025	150	Fundo Ambiental	APA
PTE2P01 - Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	PTE2P01M04R_RH_3Ciclo	Promoção da eficiência hídrica em empreendimentos e atividades turísticas	2022-2027	-	-	ADENE/Promotores
PTE2P01 - Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações	PTE2P01M05R_RH_3Ciclo	Integração da eficiência hídrica em projetos de nova construção e de reabilitação de edifícios	2022-2027	-	-	ADENE/ERSAR/ANMP
PTE2P05 - Controlar a recarga das águas subterrâneas	PTE2P05M01R_SUB_RH_3Ciclo	Restringir e condicionar o uso e a ocupação do solo nas Zonas de Infiltração Máxima (ZIM)	2022-2027	-	-	DGT/APA
PTE3P01 - Promover a continuidade longitudinal	PTE3P01M01R_SUP_RH_3Ciclo	Atualização do inventário das pressões hidromorfológicas e identificação das barreiras artificiais obsoletas	2024-2025	500	Fundo Ambiental	APA
PTE3P01 - Promover a continuidade longitudinal	PTE3P01M02R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração do plano de ação nacional para a reposição da continuidade fluvial	2025-2027	75	Fundo Ambiental	ICNF/APA
PTE3P02 - Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de	PTE3P02M01R_SUP_RH_3Ciclo	Aprovação e implementação da Estratégia Nacional de Reabilitação de Rios e Ribeiras	2023-2025	250	Fundo Ambiental	APA

Quadro 32 - Medidas regionais suplementares administrativas

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
água						
PTE4P01 - Prevenir ou controlar os impactes negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas	PTE4P01M01R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração de planos de ação de prevenção, controlo, contenção ou erradicação de espécies exóticas invasoras - fauna aquática	2024-2025	250	Fundo Ambiental	ICNF/APA
PTE4P01 - Prevenir ou controlar os impactes negativos das espécies exóticas invasoras e introdução de pragas	PTE4P01M02R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração de planos de ação de prevenção, controlo, contenção ou erradicação de espécies exóticas invasoras - flora aquática	2024-2025	250	Fundo Ambiental	ICNF/APA
PTE5P02 - Adaptação às alterações climáticas	PTE5P02M02R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração dos Planos de Gestão de Seca e Escassez por Região Hidrográfica	2023-2024	350	Fundo Ambiental	APA
PTE5P02 - Adaptação às alterações climáticas	PTE5P02M03R_SUP_RH_3Ciclo	Promoção da utilização de água para reutilização (ApR) como origem de água alternativa e complementar	2022-2027	-	-	APA/EG
PTE5P02 - Adaptação às alterações climáticas	PTE5P02M04R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração do Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (RNA 2100)	2022-2023	1 300	EEA Grants/APA	APA/DGT/IPMA
PTE5P04 - Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta)	PTE5P04M01R_SUP_RH_3Ciclo	Recuperação das bacias de drenagem das massas de água afetadas por incêndios florestais	2022-2027	-	Fundo Ambiental	ICNF/CM/Proprietários
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M01R_SUP_RH_3Ciclo	Definição de rios ou troços de rios a preservar	2024-2025	250	Fundo Ambiental	APA
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M02R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração de guia metodológico para a avaliação do parâmetro hidromorfologia como elemento de qualidade	2024	100	Fundo Ambiental	APA
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M03R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração de guia metodológico de definição das massas de água fortemente modificadas	2024-2025	75	Fundo Ambiental	APA
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M04R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração de metodologia para avaliação do efeito pressão-estado	2024	60	Fundo Ambiental	APA
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M05R_SUP_RH_3Ciclo	Elaboração de estudo visando a otimização da rede de monitorização da ictiofauna nos rios	2022	100	Fundo Ambiental	APA
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M06R_SUP_RH_3Ciclo	Atualização das dotações de rega de referência por tipo de cultura e região agroclimática	2024-2025	-	-	DGADR/CCDR-DRAP
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M08R_SUP_RH_3Ciclo	Criação de plataforma eletrónica para registo da	2022-2027	-	-	DGAV/IFAP

Quadro 32 - Medidas regionais suplementares administrativas

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
da base de conhecimento para reduzir a incerteza		aplicação de fitofármacos, fertilizantes e planos de rega				
PTE7P01 - Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza	PTE7P01M09R_RH_3Ciclo	Investigação da origem de determinados poluentes em massas de água	2023-2025	200	Fundo Ambiental	APA
PTE8P02 - Sessões de divulgação	PTE8P02M01R_RH_3Ciclo	Realização de campanhas de sensibilização para a necessidade do uso eficiente e sustentável da água pelos vários setores	2023-2027	75	Fundo Ambiental	APA/ERSAR/DGADR/TP/A DENE/EG/ANMP
PTE9P01 - Promover a fiscalização	PTE9P01M01R_RH_3Ciclo	Utilização de novas tecnologias para reforçar a fiscalização de captações e rejeições ilegais nos recursos hídricos	2022-2027	6 000	Fundo Ambiental	APA
PTE9P02 - Adequar a monitorização	PTE9P02M01R_RH_3Ciclo	Monitorização da quantidade e qualidade dos recursos hídricos	2022-2027	10 000	Fundo Ambiental	APA
PTE9P02 - Adequar a monitorização	PTE9P02M02R_SUP_RH_3Ciclo	Revisão da delimitação de massas de água superficiais	2023-2024	550	Fundo Ambiental	APA
PTE9P02 - Adequar a monitorização	PTE9P02M03R_SUP_RH_3Ciclo	Definição de uma tipologia de rios temporários	2024-2025	90	Fundo Ambiental	APA

Quadro 33 - Medidas regionais suplementares de licenciamento

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
PTE1P05 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE1P05M03R_SUP_RH_3Ciclo	Condicionar a emissão e renovação de TURH para rejeição de águas residuais provenientes de ETAR urbanas, sempre que se justifique, à implementação de medição automática com telemetria de parâmetros de qualidade no ponto de descarga	2022-2027	-	-	APA
PTE1P05 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE1P05M05R_RH_3Ciclo	Condicionar a emissão e renovação de TURH para rejeição de águas residuais provenientes de ETAR industriais, sempre que se justifique, à implementação de medição automática com telemetria de parâmetros de qualidade no ponto de descarga	2022-2027	-	-	APA
PTE1P05 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE1P05M06R_RH_3Ciclo	Condicionar e fiscalizar o licenciamento das explorações pecuárias à instalação de locais para abeberamento animal, com o objetivo de preservar os recursos hídricos	2022-2027	-	-	DGADR/CCDR-DRAP
PTE1P05 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE1P05M07R_SUP_RH_3Ciclo	Identificação e análise de situações recorrentes de descarga direta de águas residuais urbanas para as massas de água associadas a sistemas públicos de drenagem e tratamento, nomeadamente os dispositivos de elevação	2022-2027	-	-	APA/EG

Quadro 33 - Medidas regionais suplementares de licenciamento

Programa de medida	Código	Designação da medida	Programação física	Investimento (mil €)	Fonte de financiamento	Entidade responsável
PTE1P06 - Reduzir a poluição de nutrientes provenientes da agricultura, incluindo pecuária	PTE1P06M06R_RH_3Ciclo	Condicionantes ambientais na avaliação dos projetos de gestão e valorização agrícola de efluentes pecuários e de lamas de ETAR	2022-2027	-	-	APA/DGADR
PTE1P07 - Reduzir a poluição de pesticidas proveniente da agricultura	PTE1P07M02R_RH_3Ciclo	Reduzir ou eliminar as derrogações na aplicação de fitofármacos por via aérea	2022-2027	-	-	DGAV/CCDR-DRAP/APA
PTE2P02 - Promover a aprovação de perímetros de proteção de captações	PTE2P02M01R_RH_3Ciclo	Elaboração e aprovação da delimitação dos perímetros de proteção das captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público	2022-2027	-	-	EG/APA
PTE2P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M04R_SUB_RH_3Ciclo	Condicionar o licenciamento das captações de água subterrânea (novas ou a regularizar) a autorização, eliminando a comunicação prévia, independentemente da potência de extração	2022-2027	-	-	APA
PTE2P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M06R_RH_3Ciclo	Condicionar a emissão e revisão de TURH para captação de água destinada ao abastecimento público à implementação de medição automática do volume captado, incluindo telemetria para utilizações críticas em termos de disponibilidades hídricas	2022-2027	-	-	APA
PTE2P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M07R_RH_3Ciclo	Condicionar a emissão e revisão de TURH para captação de água para rega à implementação de medição automática do caudal, incluindo telemetria para utilizações críticas em termos de disponibilidades hídricas	2022-2027	-	-	APA
PTE2P04 - Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M08R_RH_3Ciclo	Condicionar a emissão e revisão de TURH para captação de água para a indústria à implementação de medição automática do caudal, incluindo telemetria para utilizações críticas em termos de disponibilidades hídricas	2022-2027	-	-	APA
PTE2P04 – Condicionantes a aplicar no licenciamento	PTE2P04M09R_RH_3Ciclo	Condicionar o licenciamento de novas captações de água para rega e abeberamento animal nas áreas abrangidas por aproveitamentos hidroagrícolas públicos	2022-2027	-	-	APA

Foram definidas 21 medidas específicas suplementares. Quanto à sua distribuição por programa de medida, verifica-se na Figura 108 que sete medidas estão no eixo PTE1 (Redução ou eliminação de cargas poluentes), três no eixo PTE3 (Minimização de alterações hidromorfológicas), nove no eixo PTE5 (Minimização de riscos) e duas no eixo PTE8 (Promoção da sensibilização). Em termos do número de massas de água abrangidas são 68 em que algumas são beneficiadas por mais de uma medida.

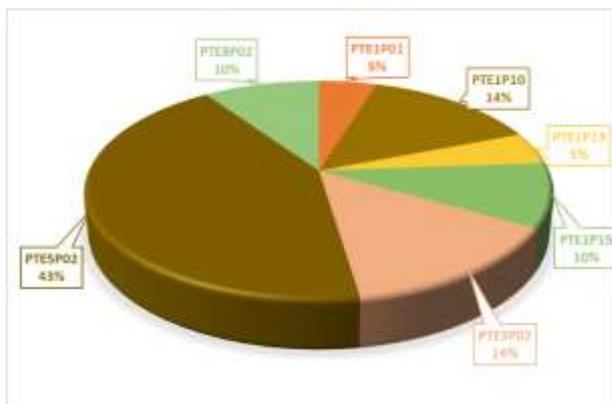


Figura 108 - Número de medidas específicas suplementares por programa de medidas

Nas massas de água onde existem zonas protegidas, além de terem que atingir o bom estado, caso seja necessário, estas massas de água têm também que cumprir com os requisitos da diretiva sob a qual foram criadas as zonas protegidas.

Nesse sentido, com base na avaliação complementar associada a estas zonas protegidas, importa verificar quais as medidas que serão necessárias para estas massas de água atingirem os objetivos específicos, estando estes devidamente articulados com o atingir do Bom estado das massas de água.

As duas zonas protegidas que não cumprem abrangem duas massas de água subterrâneas, ambas com estado inferior a Bom.

Em termos de medidas do 3.º ciclo, foram definidas 62 medidas regionais em que sete são medidas de base e 55 são medidas suplementares. Quanto às medidas específicas foram definidas no 3.º ciclo sete medidas de base e 21 medidas suplementares, num total de 28 medidas. Assim, o total de medidas definidas foram 14 de base e 76 suplementares, num total de 90.

Enquanto as medidas regionais integram todos os eixos de medidas (Figura 109), as medidas específicas incidem mais nos eixos PTE1 (Redução ou eliminação de cargas poluentes) e PTE3 (Minimização de alterações hidromorfológicas).

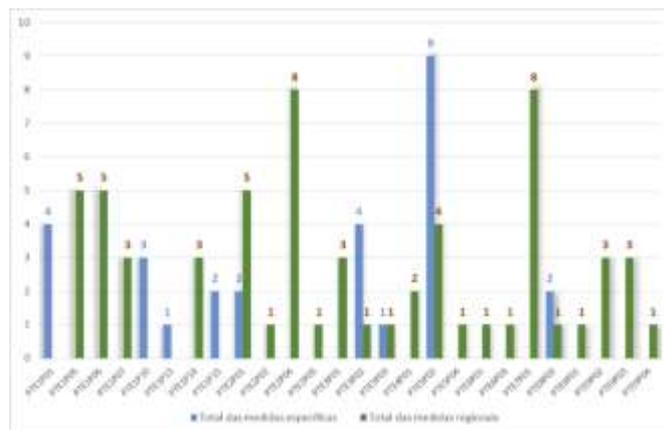


Figura 109 - Número de medidas do 3.º ciclo por programa de medidas

Programação da execução das medidas

O planeamento da execução física e financeira das medidas é condição essencial para garantir uma implementação eficaz e atempada das mesmas, não obstante a existência de inúmeros fatores que podem condicionar a sua execução temporal, destacando-se os fatores de ordem financeira como os mais suscetíveis.

Foram considerados as estimativas dos custos de investimento inicial bem como os custos de exploração e manutenção, quando aplicáveis. Na ausência de informação adicional, admitiu-se que os custos de exploração e manutenção correspondem a 5% do investimento inicial.

Nas Figura 110 e Figura 111 apresentam-se o custo de investimento das medidas por programa de medidas.

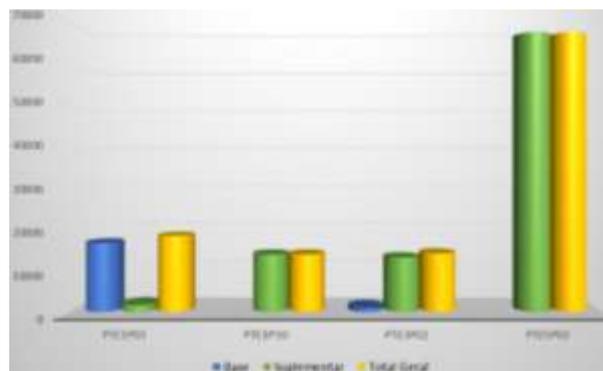


Figura 110 - Custo de investimento das medidas por programa de medida com maior investimento (mil €)

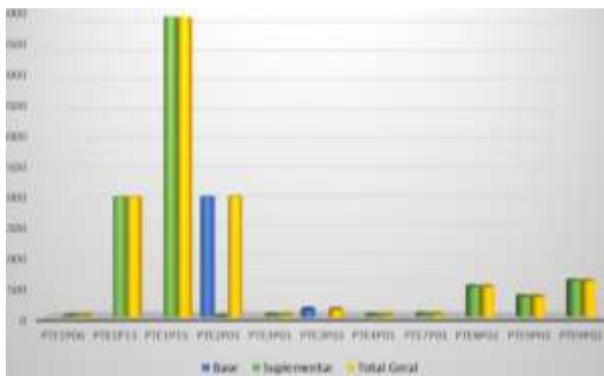


Figura 111 - Custo de investimento das medidas por programa de medida com menor investimento (mil €)

Nesta RH, o custo total das 90 medidas propostas é de 124 737 mil euros, em que as medidas de base têm um custo de 19 863 mil € (16% do investimento total) e as medidas suplementares um custo de 104 874 mil euros (84% do investimento total).

Em termos de repartição de custos, 55% estão alocados ao programa de medidas PTE5P02 - Adaptação às alterações climáticas, seguindo-se o programa de medidas PTE1P01 – Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas com 15%, o PTE3P02 - - Melhorar as condições hidromorfológicas das massas de água e o PTE1P10 - Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas, ambos com 11%.

Apresenta-se na Figura 112 os custos anuais, desde 2022 até ao ano 2027, referentes ao 3.º ciclo, e após 2027, para observar quais os anos onde vão recair os maiores investimentos de implementação das medidas, assim como as respetivas fontes de financiamento.

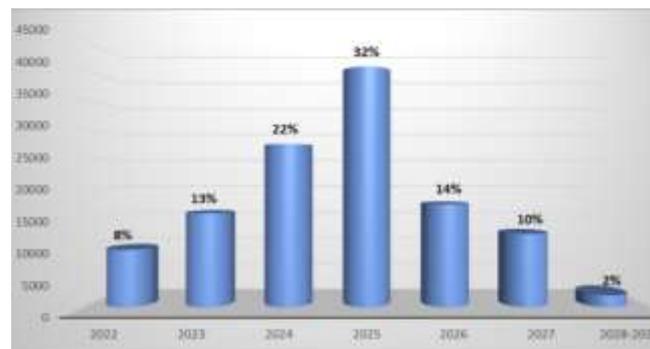


Figura 112 - Custos anuais totais das medidas (mil €)

Analisando os custos anuais totais, prevê-se que, neste 3.º ciclo de planeamento, o maior peso de investimento irá recair nos anos 2024 a 2026, num total de 68% do investimento onde o ano 2025 terá a maior fatia (32%).

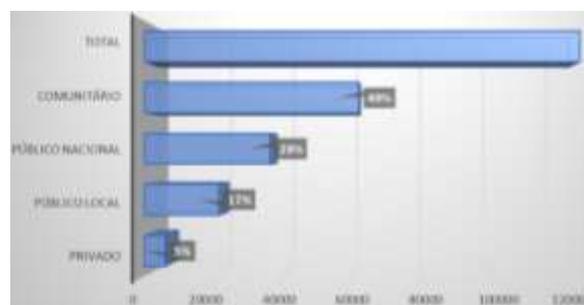


Figura 113 - Custos totais das medidas por fonte de financiamento (mil €)

Analisando os custos totais por fonte de financiamento (Figura 113), verifica-se que, neste 3.º ciclo de planeamento, a maior contribuição nesta RH irá recair no investimento nacional com 51%, enquanto os fundos comunitários representam 49%. Desagregando o investimento nacional público, verifica-se que 29% tem origem pública nacional, seguido do investimento público local com 17%.

No Quadro 34 apresentam-se as medidas específicas, a sua tipologia, programação física e investimento, assim como a entidade responsável pela sua implementação.

Quadro 34 - Programação física e financeira das medidas e respetivas entidades responsáveis na sua execução

Código	MEDIDA Designação	Tipologia	CARATERIZAÇÃO		
			Programação física	Investimento (mil €)	Entidade responsável
PTE1P01M01_SUP_RH8_3Ciclo	Reforço da capacidade da ETAR de Vilamoura	Base	2026-2028	7 958,58	Águas do Algarve
PTE1P01M07_SUP_RH8	Construção do sistema elevatório da Mexilhoeira da Carregação, no concelho de Lagoa, e ligação à ETAR da Companheira, no concelho de Portimão	Base	2027-2028	1 300,00	Águas do Algarve
PTE1P01M20_SUP_RH8	Remodelação da ETAR de Paderne, no concelho de Albufeira	Base	2023-2025	7 475,00	Águas do Algarve
PTE1P01M21_SUP_RH8	Desativação da ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respetivos emissários	Suplementar	2022-2023	1 696,25	Águas do Algarve
PTE1P10M02_SUP_RH8	Remodelação das infraestruturas de saneamento com vista à eliminação da intrusão salina e redução de afluências indevidas, no concelho de Lagos	Suplementar	2022-2026	700,00	Câmara Municipal de Lagos
PTE1P10M02_SUP_RH8_3Ciclo	Eliminação das afluências indevidas nas redes de drenagem de águas residuais e pluviais, no concelho de Olhão	Suplementar	2022-2027	4 000,00	Câmaras Municipais
PTE1P10M03_SUP_RH8_3Ciclo	Remodelação das infraestruturas de saneamento com vista à eliminação de ligações indevidas, interligações entre redes de drenagem de águas pluviais e residuais, intrusão salina e melhoria da resiliência das infraestruturas de saneamento	Suplementar	2022-2027	9 200,00	Câmaras Municipais
PTE1P13M01_SUP_RH8_3Ciclo	Gestão da capacidade de renovação de água nos sistemas lagunares com dragagens direcionadas para a melhoria das águas conquícolas, nos concelhos de Lagos, Portimão, Loulé, Faro, Olhão e Tavira	Suplementar	2022-2027	2 000,00	Docapesca Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
PTE1P15M01_SUP_RH8_3Ciclo	Remodelação das infraestruturas de saneamento, no concelho de Loulé	Suplementar	2022	1 990,28	Câmara Municipal de Loulé
PTE1P15M02_SUP_RH8_3Ciclo	Remodelação das infraestruturas de saneamento de Algoz/Tunes	Suplementar	2024	3 000,00	Águas do Algarve Câmara Municipal de Silves
PTE2P01M02_RH8_3Ciclo	Gestão integrada de origens de água no perímetro do aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão, no Barlavento Algarvio	Base	2022-2026	2 000,00	Águas do Algarve Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Regantes e Beneficiários de Silves Lagoa e Portimão
PTE2P01M03_RH8_3Ciclo	Otimização e Gestão eficiente dos recursos e infraestruturas da FAGAR	Base	2022	4,06	FAGAR - Faro, Gestão de Águas e Resíduos
PTE3P02M01_SUP_RH8_3Ciclo	Gestão da capacidade de renovação de água com intervenção na foz da ribeira de Aljezur	Suplementar	2022-2027	100,00	Câmara Municipal de Aljezur
PTE3P02M02_SUP_RH8_3Ciclo	Gestão da capacidade de renovação de água nos sistemas lagunares com dragagens seletivas nas barras de maré para gestão diferenciada dos prismas de maré, nos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Portimão e Lagos	Suplementar	2022-2027	12 000,00	Agência Portuguesa do Ambiente Docapesca Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
PTE3P02M03_SUP_RH8_3Ciclo	Renaturalização e recuperação de áreas artificializadas nos sistemas estuarino-lagunares do Algarve	Suplementar	2022-2027	1 056,00	Agência Portuguesa do Ambiente Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade Câmaras Municipais

MEDIDA		Tipologia	CARATERIZAÇÃO		
Código	Designação		Programação física	Investimento (mil €)	Entidade responsável
PTE3P02M05_SUP_RH8_3Ciclo	Reabilitação da ribeira do Cadouço, no concelho de Loulé - parte 1	Base	2022-2023	1 000,00	Câmara Municipal de Loulé
PTE3P03M01_SUP_RH8	Estudo de viabilidade técnica de adaptação de órgãos para libertação de caudal ecológico na barragem da Bravura, no concelho Lagos, e nas barragens do Arade e do Funcho, no concelho de Silves	Base	2022-2027	120,00	Associação de Regantes e Beneficiários de Alvor Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão Agência Portuguesa do Ambiente
PTE5P02M01_SUP_RH8_3Ciclo	Produção de água para reutilização (ApR) na ETAR de Vilamoura, no concelho de Loulé	Suplementar	2023-2025	6 040,23	Águas do Algarve
PTE5P02M02_RH8_3Ciclo	Produção de água para reutilização (ApR) na ETAR de Boavista, no concelho de Lagoa	Suplementar	2023-2024	433,71	Águas do Algarve
PTE5P02M03_RH8_3Ciclo	Produção de água para reutilização (ApR) na ETAR de Albufeira Poente, no concelho de Albufeira	Suplementar	2024-2025	3 480,37	Águas do Algarve
PTE5P02M04_RH8_3Ciclo	Produção de água para reutilização (ApR) na ETAR da Quinta do Lago, no concelho de Loulé	Suplementar	2023-2025	1 487,57	Águas do Algarve
PTE5P02M05_RH8_3Ciclo	Produção de água para reutilização (ApR) na ETAR de Lagos, no concelho de Lagos	Suplementar	2023-2025	1 666,67	Águas do Algarve
PTE5P02M06_RH8_3Ciclo	Produção de água para reutilização (ApR) na ETAR de Faro Noroeste, no concelho de Faro	Suplementar	2024-2025	1 666,67	Águas do Algarve
PTE5P02M07_RH8_3Ciclo	Produção de água para reutilização (ApR) na ETAR de Almargem, no concelho de Tavira	Suplementar	2022-2027	1 666,67	Águas do Algarve
PTE5P02M08_RH8_3Ciclo	Construção das infraestruturas de distribuição e elevação para utilização de ApR	Suplementar	2022-2027	6 000,00	Promotores
PTE5P02M09_RH8_3Ciclo	Implementação da dessalinização da água do mar para consumo humano	Suplementar	2024-2026	45 000,00	Águas do Algarve
PTE8P02M01_RH8_3Ciclo	Laboratório vivo de boas práticas para gestão da água	Suplementar	2026-2031	500,00	Águas do Algarve Agência Portuguesa do Ambiente Câmaras Municipais
PTE8P02M02_RH8_3Ciclo	Programa de voluntariado ambiental para a água	Suplementar	2022-2027	140,00	Agência Portuguesa do Ambiente

Priorização das medidas

A eficácia de uma medida é estimada segundo o impacto de redução que a mesma origina sobre a(s) pressão(ões) significativa(s) sobre a(s) qual(quais) incide e a consequente capacidade de se atingir os objetivos ambientais estabelecidos para a(s) massa(s) de água envolvidas, ou seja, a capacidade de suprir a distância entre a situação existente e a desejada, igualmente conhecida como “gap analysis”.

A valorização da eficácia de cada medida está, também relacionada com a natureza da mesma, distinguindo-se, para este efeito, as medidas corretivas (quando visam solucionar um problema existente) destinadas a alterar o estado das massas de água e as medidas preventivas (quando previnem a ocorrência de um problema que se

sabe que surgirá se não forem tomadas medidas ou que seja previsível que tal aconteça) destinadas às restantes finalidades, como, por exemplo, monitorização, fiscalização, licenciamento, sensibilização e informação.

Índice de Prioridade de Implementação

Para o estabelecimento de prioridades quanto às medidas a aplicar no 3.º ciclo de planeamento, foi definido um Índice de Prioridade de Implementação (IPI), associado à eficácia e pertinência de cada medida e que serve de suporte à Análise Custo-Eficácia (ACE).

O cálculo deste índice baseou-se na classificação de cada medida segundo uma série de parâmetros e respetivas escalas (Quadro 35).

Quadro 35 - Parâmetros considerados no Índice de Prioridade de Implementação (IPI)

Parâmetro	Descrição e escala para as medidas																								
P1 – Tipologia de medidas e relação com o estado da(s) massa(s) de água	<p>Considerando as tipologias de medidas definidas, de base e suplementares, associadas às massas de água para cada medida, e consoante o seu estado, foram atribuídas pontuações de 1 a 5 repartidas da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medidas de base a implementar em massas de água com estado inferior a Bom – Pontuação 5; • Medidas de base a implementar em massa de água com estado Bom ou superior – Pontuação 4; • Medidas suplementares a implementar em massas de água com estado inferior a Bom – Pontuação 3; • Medidas suplementares a implementar em massa de água com estado Bom ou superior – Pontuação 2; • 																								
P2 – Regimes de proteção associados à(s) massa(s) de água	<p>Existência de regimes de proteção associados às massas de água abrangidas pela medida, pontuados numa escala de 1 a 5 da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Massas de água associadas a zonas protegidas para captações de abastecimento público e/ou para zonas balneares com classificação não conformes - Pontuação 5; • Massas de água associadas a zonas protegidas para conquícolas e/ou para piscícolas com classificação não conformes- Pontuação 4; • Massas de água associadas a zonas protegidas para captações de abastecimento público, zonas balneares, e conquícolas com classificação conforme e zonas vulneráveis e zonas sensíveis (definidas no âmbito da Diretiva das Águas Residuais Urbanas) – Pontuação 3; • Massas de água associadas a zonas protegidas piscícolas com classificação conforme e áreas protegidas para aves e habitats – Pontuação 2; • Massas de água não associadas a zonas protegidas nem a zonas sensíveis definidas no âmbito da Diretiva das Águas Residuais Urbanas – Pontuação 1. 																								
P3 – Distância ao objetivo ambiental	<p>No caso de medidas diretamente associadas ao cumprimento de objetivos ambientais das massas de água, avaliando a distância do estado atual para o estado a atingir, com base numa valorização de acordo com as tabelas seguintes:</p> <table border="1" data-bbox="470 1646 1310 1812"> <thead> <tr> <th>Estado ecológico atual MA SUP/Estado químico atual MA SUP</th> <th>Insuficiente</th> <th>Bom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mau</td> <td>5</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Medíocre</td> <td>4</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Razoável</td> <td>3</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Bom</td> <td>2</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" data-bbox="470 1868 1310 1973"> <thead> <tr> <th>Estado quantitativo atual MA SUB/Estado químico atual MA SUB</th> <th>Medíocre</th> <th>Bom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Medíocre</td> <td>5</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Bom</td> <td>3</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	Estado ecológico atual MA SUP/Estado químico atual MA SUP	Insuficiente	Bom	Mau	5	4	Medíocre	4	3	Razoável	3	2	Bom	2	1	Estado quantitativo atual MA SUB/Estado químico atual MA SUB	Medíocre	Bom	Medíocre	5	3	Bom	3	1
Estado ecológico atual MA SUP/Estado químico atual MA SUP	Insuficiente	Bom																							
Mau	5	4																							
Medíocre	4	3																							
Razoável	3	2																							
Bom	2	1																							
Estado quantitativo atual MA SUB/Estado químico atual MA SUB	Medíocre	Bom																							
Medíocre	5	3																							
Bom	3	1																							

Parâmetro	Descrição e escala para as medidas																
P4 – Contribuição para o objetivo ambiental	Classificação da medida relativamente ao seu contributo para o objetivo ambiental (para redução das pressões/melhoria da qualidade) ao nível das seguintes áreas temáticas que foram consideradas na definição das QSIGA:																
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Área temática principal da medida</th> <th>Pontuação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1 – Governança</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>2 – Qualidade da água</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>3 – Quantidade da água</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>4 – Biodiversidade</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>5 – Gestão de riscos</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>6 – Quadro económico e financeiro</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>7 – Comunicação e sensibilização</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	Área temática principal da medida	Pontuação	1 – Governança	4	2 – Qualidade da água	5	3 – Quantidade da água	5	4 – Biodiversidade	4	5 – Gestão de riscos	3	6 – Quadro económico e financeiro	2	7 – Comunicação e sensibilização	1
	Área temática principal da medida	Pontuação															
	1 – Governança	4															
	2 – Qualidade da água	5															
	3 – Quantidade da água	5															
	4 – Biodiversidade	4															
	5 – Gestão de riscos	3															
6 – Quadro económico e financeiro	2																
7 – Comunicação e sensibilização	1																
P5 - Natureza da medida	A natureza das medidas é classificada como corretiva (quando visam solucionar um problema existente) ou preventiva (nas situações em que previnem a ocorrência de um problema que se sabe que ocorrerá se não forem tomadas medidas ou que seja previsível que ocorra):																
	<ul style="list-style-type: none"> • Massas de água com natureza corretiva – Pontuação 5; • Massas de água com natureza preventiva – Pontuação 1. 																
Índice de Prioridade de Implementação (IPI)																	
$IPI = 4 \times P1$ (tipologia da medida e relação com o estado da(s) massa(s) de água) + $3 \times P2$ (zonas protegidas associadas às massas de água) + $5 \times P3$ (distância ao objetivo ambiental) + $2 \times P4$ (contribuição para o objetivo ambiental) + $P5$ (natureza da medida)																	

Análise custo-eficácia das medidas

A ACE das medidas pretende contribuir para a identificação e seleção de projetos/ações alternativos (quantificados em termos físicos) para um determinado nível de resultados esperados (objetivos), otimizando os investimentos e custos necessários. Permite a seleção de uma combinação de medidas que consiga, através do menor custo, atingir os objetivos propostos.

Após o cálculo do IPI por medida e com base nos respetivos custos, foi calculado o rácio custo/IPI com o objetivo de obter informação que auxilie o processo de programação e implementação destas medidas.

Quanto à prioridade, e após aplicação da metodologia anteriormente explanada para cálculo do IPI, foi

operacionalizada a ACE, através do rácio custo/IPI, que integra o custo das medidas. Após este cálculo, as medidas foram priorizadas tendo em consideração bandas de referência (Quadro 36). Nas situações em que o custo da medida é nulo (a medida não tem custos associados, por os mesmos estarem internalizados ou não serem passíveis de quantificação), a priorização foi feita com base apenas no IPI. As prioridades vão desde 1 (menor prioridade) até 5 (maior prioridade).

Quadro 36 - Classes para definição da prioridade das medidas

Rácio custo-IPI (€/IPI)	Prioridade	IPI	Prioridade
≥ 53.5	5	≥ 55	1
]14.1; 53.5]	4]50; 55]	2
]3.1; 14.1]	3]44; 50]	3
]1.2; 3.1]	2]37; 44]	4
[0; 1.2]	1	[0; 37]	5

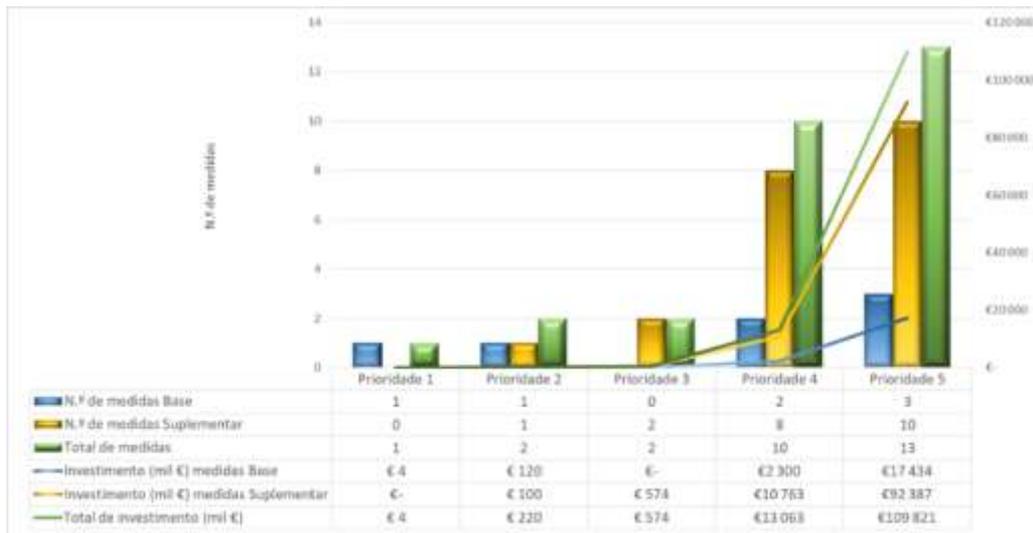


Figura 114 - N.º de medidas e respetivos investimentos associadas a cada uma das prioridades

As medidas recaem mais nas prioridades 4 e 5, sendo 13 medidas na prioridade 5 e 10 na prioridade 4. Em

termos de investimento, a prioridade 5 engloba 89% do investimento total, seguido da prioridade 4 com 11% (

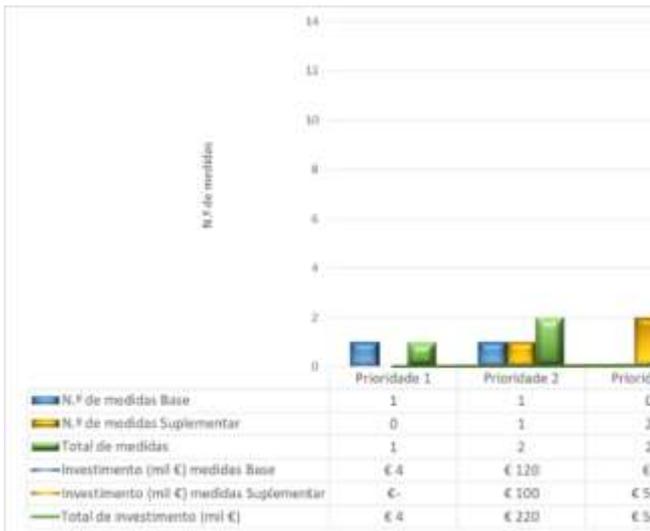


Figura 114).

Parte 7 – Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação

O Sistema de Promoção, Acompanhamento e Avaliação permite avaliar a implementação do PGRH, mediante uma visão integrada do desempenho do conjunto de competências e funções atribuídas às entidades com responsabilidades sobre a gestão dos recursos hídricos e do resultado das medidas implementadas para alcançar os objetivos definidos.

Sistema organizacional

O sistema organizacional do PGRH assenta em cinco componentes tal como ilustra a Figura 115.



Figura 115 - Componentes do sistema organizacional do PGRH

O sistema tem como âmbito de intervenção a Região Hidrográfica (RH) e integra-se de modo coerente e consistente nos princípios de funcionamento de âmbito nacional, avaliando a concretização das medidas previstas e promovendo o envolvimento das organizações incumbidas da aplicação dessas medidas, nomeadamente as entidades que integram os Conselhos de Região Hidrográfica (CRH).

Contempla, ainda, âmbitos de intervenção que garantem a segurança dos resultados e a independência das avaliações pelo que foi estruturado considerando os seguintes módulos:

- a) Módulo tecnológico/técnico: identifica a solução eletrónica de recolha e tratamento de dados e informações a utilizar pelas organizações que

devem recolher e introduzir esses dados e informações;

- b) Módulo de acompanhamento e avaliação: identifica as entidades setoriais que deverão avaliar a progressão da aplicação do PGRH;
- c) Módulo de Informação e divulgação pública dos resultados.

termos da evolução da Pressão, do Estado e da Resposta, na sequência da implementação do programa de medidas.

Estes indicadores são complementares aos já apresentados na Parte 5 – Objetivos ambientais do PGRH, onde constam as metas para a região hidrográfica.

O Quadro 37 apresenta alguns dos indicadores a utilizar nos anos de avaliação de implementação do PGRH, em

Quadro 37- Indicadores de Pressão, Estado e Resposta

N.º	Indicadores Pressão	Unidade	Fonte	Entidade Responsável
1	Carga de origem urbana rejeitada	t/ano CBO5; t/ano CQO; t/ano N; t/ano P % face aos valores do PGRH	SILiAmb	APA
2	Carga de origem industrial rejeitada	t/ano CBO5; t/ano CQO; t/ano N; t/ano P % face aos valores do PGRH	SILiAmb	APA
3	Carga de origem animal	t/ano N; t/ano P % face aos valores do PGRH		APA/DGAV
4	Quantidade de efluentes pecuários (EP) com destino de valorização agrícola/quantidade de efluentes pecuários produzidos	kg/ha.ano % de EP com destino valorização		DGADR/ CCDR_DRAP
5	Quantidade de lamas com destino de valorização agrícola/quantidade de lamas produzidas	kg/ha.ano % de lamas com destino valorização	SILiAmb	APA
6	Quantidade de fertilizantes agrícolas comerciais utilizados (ano)/ Quantidade de fertilizantes agrícolas comerciais utilizados (ano-1)	kg/ha.ano % de redução		DGAV
7	Quantidade de pesticidas comerciais utilizados (ano)/ Quantidade de pesticidas comerciais utilizados (ano-1)/	kg/ha.ano % de redução		DGAV
8	Volumes de água captados por setor	hm ³ /ano % face aos valores do PGRH	SILiAmb	APA
9	Volumes de água utilizados (hidroelétrica)	hm ³ /ano % face aos valores do PGRH	SILiAmb/ SNIRH	APA
10	Novas captações licenciadas (superficiais e subterrâneas) por setor	N.º % face aos valores do PGRH	SILiAmb	APA
11	Novas rejeições de águas residuais por setor	N.º % face aos valores do PGRH	SILiAmb	APA
12	Novas infraestruturas hidráulicas autorizadas	N.º % face aos valores do PGRH	SILiAmb	APA
13	Quantidade de material proveniente de dragagens e desassoreamentos	m ³ extraídos % face aos valores do PGRH	SILiAmb	APA; Portos
14	Perdas físicas de água no setor urbano	% % face aos valores do PGRH		APA com base em dados da ERSAR
15	Perdas físicas de água no setor agrícola	%		GPP/DGADR

Nº	Indicadores Estado	Unidade	Fonte	Entidade Responsável
1	Estado/potencial ecológico das massas de água superficiais	% e nº com estado Excelente, Bom, Razoável, Mediocre, Mau e Desconhecido	SNIRH	APA
2	Estado químico das massas de água superficiais	% e n.º com estado Bom, insuficiente e Desconhecido	SNIRH	APA
3	Estado químico das massas de água subterrâneas	% e n.º com estado Bom, Mediocre e Desconhecido	SNIRH	APA
4	Estado quantitativo das massas de água subterrâneas	% e n.º com estado Bom, Mediocre e Desconhecido	SNIRH	APA
5	Qualidade das zonas protegidas designadas para a proteção de águas doces superficiais e subterrâneas destinadas à produção de água para consumo humano	% de zonas protegidas > A3 e < A3 (A2 ou A1)	SNIRH	APA
6	Qualidade das águas balneares	% com classe de qualidade Excelente, Boa, Aceitável e Má	SNIRH	APA
7	Qualidade das águas conquícolas	% conforme e não conforme	SNIRH	APA/ IPMA
8	Troços de MA renaturalizadas	Km/ano	SNIRH	APA/ CCDR

Nº	Indicadores Estado	Unidade	Fonte	Entidade Responsável
9	Aplicação da TRH	€ por componente Total/ ano	SILiAmb	APA

Nº	Indicadores Resposta	Unidade	Fonte	Entidade Responsável
1	Cumprimento do programa de medidas por eixo de medida	% de execução física % de execução financeira	SNIRH	APA
2	Aprovação de zonas de proteção de captações superficiais para abastecimento	N.º/ano % face às captações superficiais para abastecimento	Diário da República	APA
3	Aprovação de zonas de proteção de captações subterrâneas para abastecimento	N.º/ano % face às captações subterrâneas para abastecimento	Diário da República	APA
4	MA integradas em áreas da Rede Natura com medidas de gestão e proteção	Nº/ano	SNIRH	APA/ICNF
5	Produção e utilização de águas para reutilização (ApR) por finalidade	hm3/ano %/ano	SILiAmb	APA

Sistema de avaliação

O acompanhamento e a avaliação do PGRH envolvem uma avaliação interna assegurado pela APA, em articulação técnica com as entidades que constituem o CRH, ao qual compete promover e acompanhar a definição de procedimentos e a produção de informação relativamente à avaliação da execução dos programas de medidas para os recursos hídricos, constituindo-se como fóruns dinamizadores da articulação entre as entidades promotoras dessas medidas, bem como na partilha de resultados de monitorização do estado das massas de água e outros aspetos relevantes associados à sua gestão.

No âmbito desta avaliação são realizadas reuniões a nível regional com as entidades cuja ação tem impactes nos recursos hídricos e com os organismos responsáveis pelo ordenamento do território, e a nível luso-espanhol, no contexto da Comissão para Aplicação

e Desenvolvimento da Convenção Luso-Espanhola. O facto da execução das medidas a aplicar não depender exclusivamente das entidades da Administração Pública com responsabilidade sobre os recursos hídricos reforça a importância destas reuniões, como pontos de interface de conhecimento e reconhecimento das medidas e da respetiva calendarização.

Paralelamente, no âmbito da Comissão interministerial prevista no Plano Nacional da Água (PNA) que envolve a administração central e regional, será acompanhada a evolução da implementação pelos diferentes setores, das medidas previstas, bem como do cumprimento dos objetivos estabelecidos, promovendo a recolha da informação necessária para a sua verificação.

A Figura 116 sistematiza o fluxo e as entidades responsáveis pela implementação do PGRH.

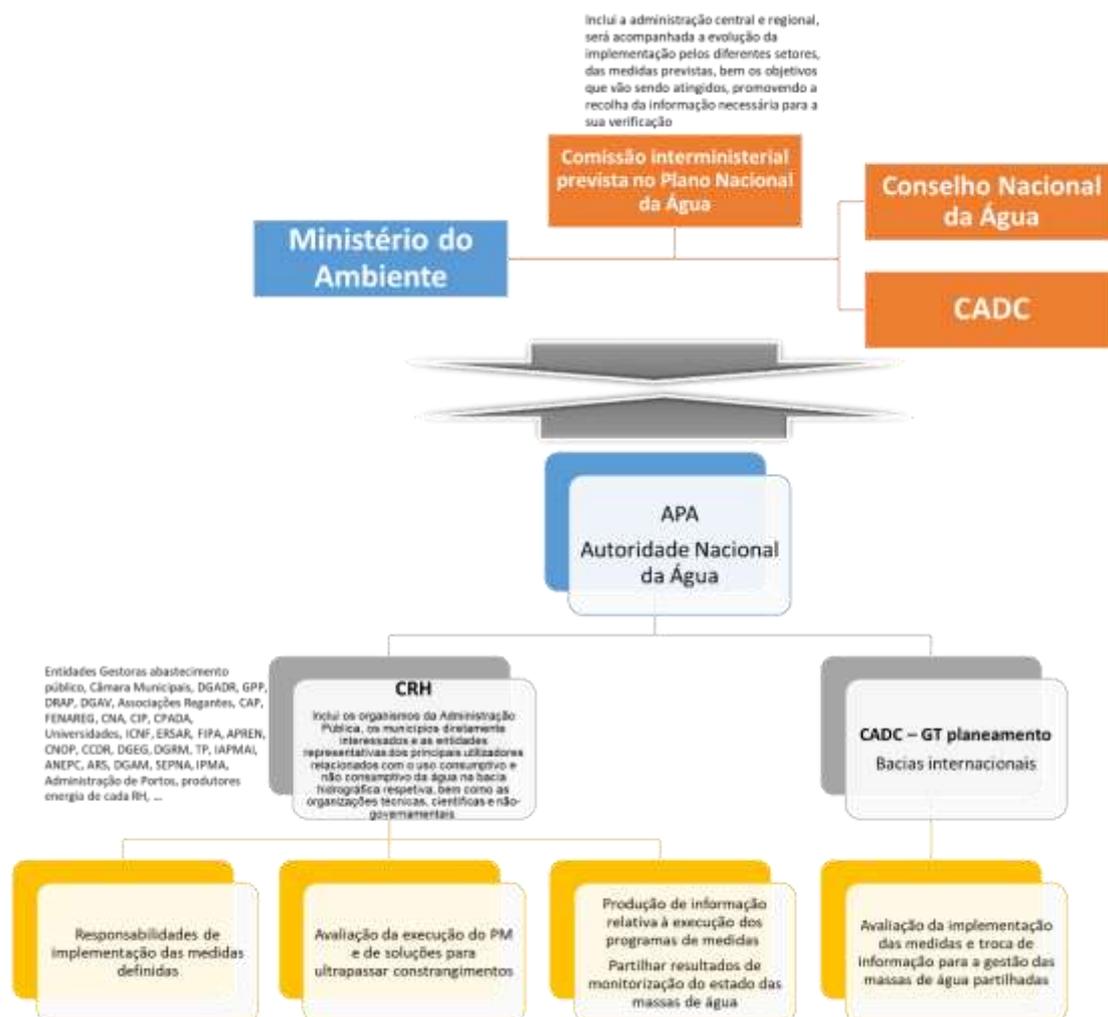


Figura 116 - Principais atores na implementação do PGRH e responsabilidades

Sistema tecnológico

O sistema tecnológico de gestão de informação, que vai armazenar a informação relativa às pressões, às massas de água, aos objetivos ambientais e às medidas do PGRH, é o novo Sistema de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH), constituindo o suporte ao sistema de promoção, de acompanhamento e de avaliação.

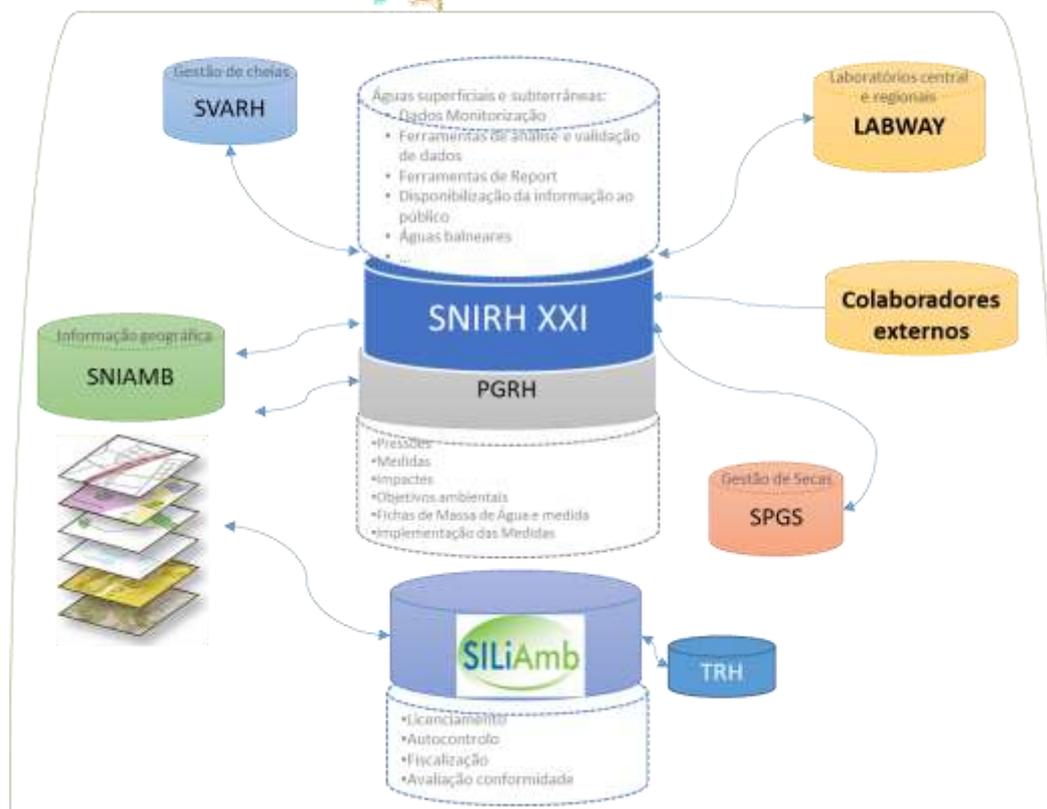
O sistema de gestão da informação será constituído por uma base de dados e por um sistema de informação geográfica (SNIAMB) e configura-se, fundamentalmente, como um sistema de planeamento e de apoio à decisão, orientado pelos princípios de flexibilidade, adaptabilidade e interatividade com o utilizador (Figura 117), permitindo:

- Constituir uma base organizada de informação essencial para suportar os processos de planeamento, decisão e gestão futura;
- Suportar e coordenar a informação a compilar e a produzir no âmbito da elaboração do PGRH;
- Satisfazer as necessidades de disponibilização de informação relativamente ao PGRH, durante as fases de consulta pública e posteriormente na fase de implementação;
- Fornecer informação atualizada sobre os indicadores de avaliação do PGRH aos atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos;
- Satisfazer as necessidades de report à CE.

Produção Dashboards



Quero tudo sobre o rio Sabor (características das massas de água, utilizações, monitorização, medidas,...)



O novo SNIRH pretende materializar a dinâmica integrada na gestão de recursos hídricos, dentro do espírito da LA/DQA, modernizando e potenciando a regência e a disponibilização das atividades de monitorização promovendo uma visão global e articulada da informação.

Figura 117 - Disponibilização da informação no SNIRH

A **informação geográfica** dos PGRH encontra-se sistematizada numa base de dados geográfica da APA e será desenvolvido um geovisualizador, acessível no Sistema de Informação do Ambiente (SNIAMB) no endereço <https://sniamb.apambiente.pt/> que disponibilizará a seguinte informação relativa ao 3.º ciclo de planeamento:

- Informação de base: Regiões hidrográficas, bacias, sub-bacias hidrográficas e massas de água;
- Zonas protegidas;
- Estado das massas de água superficiais (ecológico, químico e global);

- Estado das massas de água subterrâneas (químico, quantitativo e global);
- Pressões qualitativas pontuais;
- Pressões qualitativas difusas;
- Pressões hidromorfológicas;
- Pressões biológicas;
- Pressões significativas;
- Impactes significativos;
- Objetivos ambientais.

Pretende-se que o novo geovisualizador disponibilize várias ferramentas de análise e pesquisa geográficas (Figura 118), designadamente:

- Produção e impressão de mapas interativos com vários conteúdos sobre a caracterização das regiões hidrográficas;
- Visualização dos atributos referentes a cada tema (p.e. cargas rejeitas por tipo de pressão qualitativa, volumes captados/estimados por pressão qualitativa);
- Realização de análises geográficas a partir da introdução de um ponto, linha ou polígono e definindo uma distância limite (buffer para limite da análise) e possibilidade de exportação do resultado da análise para um ficheiro com o formato csv;
- Desenho e medição sobre o mapa;
- Consulta de temas pré-definidos;
- Navegação rápida através de marcadores pré-definidos (p.e. Regiões hidrográficas do continente) ou criados à medida do utilizador;
- Possibilidade de adicionar dados externos ao geovisualizador, incorporando-os na visualização e consultas a efetuar, através de um endereço URL ou de um fiheiro (shapefile, CSV, KML, GPX, Geo JSON);
- Partilhar uma ligação ou incorporar um mapa num site *web*.



Figura 118 - Interface do geovisualizador dos PGRH 2022-2027

Sistema de promoção

O sistema de Promoção do PGRH consubstancia-se na informação, consulta e envolvimento ativo de stakeholders e do público em geral no processo de implementação do PGRH.

O **público-alvo** é constituído pelo público institucional, público externo e público internacional.



Público-alvo do sistema de promoção do PGRH

As **mensagens** a transmitir é definida de acordo com as características de cada grupo:

A. Público institucional - cariz essencialmente técnico e científico, devendo incluir os seguintes elementos:

- Objetivos a atingir a curto e médio prazo;
- Programas e medidas em curso;
- Outras mensagens específicas: por exemplo, principais programas de educação ambiental e cidadania em curso ou projetados.

B. Para o público externo - cariz técnico e dados generalistas, incluindo:

- Perspetiva técnica:
 - Objetivos a atingir para os recursos hídricos: curto e médio prazo;
 - Programas e medidas em curso.
- Perspetiva generalista:
 - Informação de promoção da educação ambiental e da cidadania;

C. Público internacional - mensagem de cariz homólogo à definida para o público externo.